CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

O INGRESSO DE SENEGALESES E HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO EM CAXIAS DO SUL (RS): AS INFLUÊNCIAS DO RACISMO NA OCUPAÇÃO DE VAGAS

Tiago Picolotto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Cefet/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do certificado em Relações Étnico-Raciais

Orientador: Mário Luiz de Souza

Rio de Janeiro
Novembro de 2024

O INGRESSO DE SENEGALESES E HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO EM CAXIAS DO SUL (RS): AS INFLUÊNCIAS DO RACISMO NA OCUPAÇÃO DE VAGAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca Cefet/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre

Tiago Picolotto

Banca Examinadora:

Presidente, Professor Dr. Mário Luiz de Souza (orientador)

Professor Dr. Dyego de Oliveira Arruda – Cefet/RJ

Professor Dr. Victor Leandro Chaves Gomes – UFF

Suplentes:

Professora Dra. Talita de Oliveira (Cefet/RJ)

Professora Dra. Zuleide Simas da Silveira

Rio de Janeiro
Novembro de 2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

P598 Picolotto, Tiago
O Ingresso de senegaleses e haitianos no mercado de trabalho em Caxias do Sul (RS): as influências do racismo na ocupação de vagas / Tiago Picolotto. — 2024.
158f. + anexo : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2024.
Bibliografia : f. 150-158
Orientador: Mário Luiz de Souza

1. Discriminação no mercado de trabalho - Brasil. 2. Haitianos. 3. Senegaleses. 4. Racismo - Brasil. 5. Capitalismo. I. Souza, Mário Luiz de. (Orient.). II. Título.

CDD 338.1330981

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ilir, e à minha tia, Maria Antonieta, que foram incansáveis em me acompanhar durante as entrevistas em dias extremamente frios, sem reclamar de nada. Amo vocês.

Ao meu pai, Luiz Antônio, meu irmão, Douglas, minha cunhada, Magda, e minha sobrinha recém-nascida, Alice, que foram fundamentais nessa caminhada, simbolizando o amor e a estrutura familiar que me deram forças para seguir até o fim. Amo vocês também.

À Felipe, Fernando, Glaucia, Guilherme, Isabela Almeida, Isabela Devonish, Mariana, Marilda, Natasha e Thais meus colegas e ex-colegas da Assessoria de Comunicação e da Divisão de Programação Visual do Cefet/RJ, que me incentivaram a escrever um projeto para o PPRER e se dispuseram a cobrir minhas atividades durante o período em que tirei licença. Além disso, sempre que precisei de ajuda com questões burocráticas, todos foram muito prestativos. Sem vocês, nada seria possível. Vocês são mais que colegas, são amigos para sempre.

À minha ex-companheira e amiga Fernanda. Obrigado por dividir comigo alguns anos da sua vida e por me ensinar tanto, mesmo sem ter essa intenção. Sua companhia fez eu identificar, em mim mesmo, falas e atitudes racistas e despertou a vontade de mudança, além de um novo olhar sobre a vida e as pessoas. Mesmo que cada um tenha seguido o seu caminho, você sempre estará junto comigo de alguma forma.

Ao meu orientador Mário Luiz de Souza, pela dedicação em corrigir a rota do trabalho sempre que foi preciso, pela paciência com a minha “cabeça-dura” e por estar sempre disponível para orientar o melhor caminho a ser seguido na pesquisa.

Aos professores Dyego Arruda e Victor Gomes, por aceitarem o convite de participar da banca, e por darem sugestões valiosas para a melhoria do trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, Robson, Antônio e Viviane, por todo apoio durante essa caminhada. E, em especial, à minha colega Márcia, por dividir comigo as dificuldades enfrentadas durante o processo de escrita e por ser paciente ao me aconselhar e ouvir meus desabafos.

À Zenaide, minha psicóloga, que deu ótimas ideias durante o processo e acompanhou meus lamentos diante das dificuldades encontradas, me ajudando, inclusive, a superá-las.

RESUMO

O ingresso de senegaleses e haitianos no mercado de trabalho em Caxias do Sul (RS): as influências do racismo na ocupação de vagas

A presente dissertação tem como objetivo investigar a influência do racismo no acesso ao mercado de trabalho dos imigrantes senegaleses e haitianos em Caxias do Sul, um fluxo migratório que se intensificou a partir de 2010. Esses imigrantes chegam ao Brasil na expectativa de melhores oportunidades, porém, ao se depararem com um mercado de trabalho restrito e discriminatório, muitos acabam exercendo atividades informais, como o comércio ambulante, sem as garantias trabalhistas e direitos básicos que um emprego formal oferece. A pesquisa analisa as peculiaridades do racismo estrutural brasileiro, buscando compreender como esse preconceito mantém as estruturas de dominação através da exploração da mão de obra e acumulação de riqueza pela elite branca, sustentando-se pela exclusão social. Nesse contexto, o racismo afeta a vida desses imigrantes, influenciando suas perspectivas de crescimento profissional e sua qualidade de vida, ao limitá-los a postos precários e desvalorizados. A dissertação busca, ainda, entender como o preconceito impacta sua autoestima e é por eles internalizado, criando um ciclo de estagnação econômica e social. A pesquisa explora em que medida esse contexto de discriminação e falta de oportunidades impulsiona esses imigrantes a deixarem Caxias do Sul em busca de uma vida mais digna em outras localidades, evidenciando o papel do racismo como uma barreira à inclusão e mobilidade social dos novos migrantes. Como metodologia, a pesquisa utilizou a revisão bibliográfica, que respalda a compreensão do racismo e seus efeitos nocivos na vida das vítimas, a análise de dados estatísticos de institutos de pesquisa brasileiros, que apontam as diferenças entre brancos e negros no mercado de trabalho, além de entrevistas semiestruturadas com imigrantes senegaleses e haitianos em Caxias do Sul para compreender os impactos do racismo e da xenofobia em suas vidas, complementadas pelas observações do próprio pesquisador. O estudo contribui para o entendimento das dinâmicas de racismo que afetam os imigrantes, além de oferecer uma visão mais ampla sobre os desafios que influenciam suas trajetórias no Brasil.

Palavras-chave: Haitianos; Senegaleses; Capitalismo; Racismo; Trabalho

ABSTRACT

The entry of senegalese and haitians into the labor market in Caxias do Sul (RS): the influences of racism on the occupation of vacancies

This dissertation aims to investigate the influence of racism on access to the job market for Senegalese and Haitian immigrants in Caxias do Sul, a migratory flow that intensified from 2010 onwards. These immigrants arrive in Brazil expecting better opportunities, however, when faced with a restricted and discriminatory job market, many end up carrying out informal activities, such as street trading, without the labor guarantees and basic rights that formal employment offers. The research analyzes the peculiarities of Brazilian structural racism, seeking to understand how this prejudice maintains structures of domination through the exploitation of labor and accumulation of wealth by the white elite, sustained by social exclusion. In this context, racism affects the lives of these immigrants, influencing their prospects for professional growth and their quality of life, by limiting them to precarious and devalued positions. The dissertation also seeks to understand how prejudice impacts their self-esteem and is internalized by them, creating a cycle of economic and social stagnation. The research explores to what extent this context of discrimination and lack of opportunities drives these immigrants to leave Caxias do Sul in search of a more dignified life in other locations, highlighting the role of racism as a barrier to the inclusion and social mobility of new migrants. As a methodology, the research used a bibliographical review, which supports the understanding of racism and its harmful effects on the lives of victims, the analysis of statistical data from Brazilian research institutes, which point out the differences between whites and blacks in the job market, in addition of semi-structured interviews with Senegalese and Haitian immigrants in Caxias do Sul to understand the impacts of racism and xenophobia on their lives, complemented by the researcher's own observations. The study contributes to the understanding of the dynamics of racism that affect immigrants, in addition to offering a broader view of the challenges that influence their trajectories in Brazil.

Keywords: Haitians; Senegalese; Capitalism; Racism; Work

SUMÁRIO

‘

Introdução **8**

1 A questão da imigração para um país de maioria negra **26**

1.1 A imigração no final do século 19 e início do século 20: o Brasil deveria ser branco e capitalista 26

1.2 Presença negra no mercado de trabalho e seus reflexos na situação social, no capitalismo brasileiro, após o refluxo da imigração europeia 36

1.3 Um olhar mais geral sobre a situação dos imigrantes oriundos de países pobres no Brasil, no período recente da nossa história 48

2 A jornada de senegaleses e haitianos em busca de oportunidades **60**

2.1 Senegal: contextualização da influência do colonialismo e do capitalismo para os históricos fluxos migratórios 62

2.2 Viajo porque preciso: haitianos em busca da sobrevivência 66

2.3 Refúgio ou migração econômica? 69

2.4 Senegaleses na Região Sul do Brasil: caminhos e desafios 84

2.5 Haitianos na Região Sul: condições de vida e oportunidades de trabalho 89

3 Desafios enfrentados por senegaleses e haitianos em Caxias do Sul **95**

3.1 Senegaleses em Caxias: muito trabalho e sextas-feiras dedicadas à fé 96

3.2 Cadê a oportunidade? Uma vida melhor, mas nem tanto assim 116

3.3 Levantamento de dados e análise dos resultados 131

3.3.1 Perfil dos imigrantes entrevistados 131

3.3.2 Percepções do racismo e da xenofobia 135

3.3.3 Inserção e mobilidade no mercado de trabalho 139

3.3.4 Barreiras para ascensão profissional e qualidade de vida 144

Considerações Finais **146**

Referências **150**

Anexo A **159**

Introdução

Em seu ensaio “Por uma história do homem negro”, a escritora Beatriz Nascimento reflete sobre uma das manifestações mais duras de racismo que sofreu em toda a sua vida. Ao ser interpelada por um intelectual branco, que escreveu um trabalho científico sobre religião afro-brasileira, foi acusada de ser menos negra do que ele, por não usar cabelo afro e nem frequentar candomblé. Nas palavras dela “Se ele é mais preto que eu, o que é que eu sou?” Esse trecho escancara que uma das ações do racismo é roubar protagonismos, ou seja, querer ocupar espaços que não lhe pertencem. Através da defesa do suposto conhecimento universal, o racismo age autorizando quem pode falar e deslegitimando os discursos de que vivencia na pele o preconceito, por considerá-los subjetivos, essencialistas ou emocionais demais.

> Ser negro não pode ser resumido a um “estado de espírito”, a “alma branca ou negra”, a aspectos de comportamento que determinados brancos elegeram como sendo de negro e assim adotá-los como seus. Ser negro por adoção é uma tarefa tão simples quanto falsa. Nela se esconde a tentativa de permanecer o quadro racial dominante, é uma forma sofisticada de apresentar sob forma de paternalismo o preconceito de quem não pode negar uma origem que repudia; de quem deve maior parte do que possui ao povo que escravizou e desumanizou. (NASCIMENTO, 2021, p.99)

Achei importante começar o trabalho dessa forma, antes de me apresentar. Sou um homem branco, com descendência italiana por parte de pai e de mãe, e que, talvez por nunca ter feito estudos de árvore genealógica ou aqueles exames de mapeamento de DNA, não conheça qualquer vestígio de negritude nas minhas origens. A autora Cida Bento traz no seu livro “O Pacto da Branquitude” um estudo de Matthew Hughey explicando que todos os brancos carregam consigo a herança do privilégio construído socialmente, tem acesso a uma estrutura de facilidades, mesmo sendo pobres ou antirracistas. Ou seja, por mais que eu trabalhe por combater preconceitos, me benefício das vantagens de ser branco em um país racista.

> É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da

> representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (BENTO, 2022 p.11)

Em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura, em 2020, o escritor Sílvio Almeida reforçou o papel dos brancos na luta antirracista. “Sem os brancos não é possível superar o racismo porque eles também são uma criação do racismo”, afirmou. O autor complementou o pensamento dizendo que a ideia da luta antirracista não é apenas para reforçar as raças, mas para superá-las como forma de classificação dos indivíduos. Entretanto, é preciso inicialmente que a raça seja reconhecida como construção social para que não se reafirme a ideia de que o racismo não existe por sermos todos humanos.

Minha inquietação e incômodo com as violências promovidas pelo racismo sempre existiram, mas creio que a revolta que inspirou o estudo sobre relações étnico-raciais foi amadurecendo ao longo da vida. Presenciei episódios e convivi com pessoas declaradamente racistas dentro da minha própria família, ao ponto de não gostarem que seus filhos namorassem com pessoas pretas. A violência jamais era verbalizada, sendo escancarada somente quando preciso – ou seja – nos momentos em que era necessário evitar a convivência.

Outros parentes não concordavam com tais atitudes, inclusive eu, mas evitavam entrar em conflito. Considerávamos que o racismo era um comportamento a ser criticado, mas apenas uma opinião pessoal, sem gravidade – e não um crime. Nunca me esqueci que, quando eu era criança, com cerca de 10 anos de idade, cheguei a participar de uma encenação de Natal, pintado de preto no rosto e nos braços, porque o padre da paróquia que minha família frequentava não gostava de pessoas negras na missa. A partir dessas constatações, meu exercício nesse trabalho de pesquisa é reconhecer, como homem branco, a posição privilegiada que ocupo na sociedade, e promover um estudo que contribua para compreensão de como o racismo mantém as estruturas de dominação através da exploração de mão de obra e acumulação de riqueza pela elite branca, por exclusão social.

Hall (2003) os ensina sobre como o papel da ideologia é fundamental para compreensão da construção e difusão das concepções das visões de mundo e das representações sociais. Além de moldar as percepções, crenças e valores de uma sociedade, a ideologia influencia em como as pessoas entendem o mundo ao seu redor e como agem dentro dele. Hall (2003) argumenta que a ideologia não é apenas um conjunto de ideias abstratas, mas sim um conjunto de práticas sociais e discursos que refletem e sustentam as relações de poder existentes. Portanto, compreender a

ideologia é essencial para compreender como as sociedades funcionam, como as desigualdades são reproduzidas e como as lutas por mudança social podem ser articuladas.

> O problema da ideologia, portanto, concerne às formas pelas quais as ideias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma "força material". Nessa perspectiva mais politizada, a teoria da ideologia nos ajuda a analisar como um conjunto particular de ideias passa a dominar o pensamento social de um bloco histórico, no sentido de Gramsci, e, assim, nos ajuda a unir esse bloco a partir de dentro, manter seu domínio e liderança sobre a sociedade como um todo. Está relacionada principalmente com os conceitos e linguagens do pensamento prático que estabilizam uma forma particular de poder e dominação; ou que reconciliam e acomodam as massas em seu lugar subordinado na formação social.(HALL, 2003, p.267)

Diversos segmentos da sociedade exercem seu poder ideológico. Através da religião, a ideologia age moldando crenças, valores e comportamentos e determinando sistemas morais e sociais em diversas culturas. Outro exemplo é a ação ideológica que impulsiona o consumismo, que promove a busca incessante por bens materiais. Para Chauí (2014) a ideologia opera em benefício do capitalismo ao criar uma falsa consciência nas pessoas, fazendo com que aceitem as desigualdades como naturais e inevitáveis. Essa naturalização das relações de poder serve para manter a estabilidade do sistema e dificultar a mobilização contra as injustiças. E, segundo essa lógica, cabe ao Estado e às instituições defensoras de uma concepção de mundo assentado nos interesses da burguesia, atuar nessa perspectiva:

> (A ideologia é) um conjunto de ideias ou representações com teor explicativo (ela pretende dizer o que é a realidade) e prático ou de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuí-las à divisão da sociedade em classes, determinada pelas divisões na esfera da produção econômica. Pelo contrário, a função da ideologia é ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento de uma mesma identidade social, fundada em referenciais unificadores como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação. (CHAUÍ, 2014, p. 117-118). _

Hall (2003), entretanto, aborda a ideologia como uma construção que permeia não apenas os setores dominantes, mas também as classes dominadas. Ele argumenta que a ideologia não é imposta passivamente, mas é negociada e contestada pelas

diferentes classes sociais, refletindo as relações de poder e as lutas por hegemonia na sociedade. Hall (2003) destaca que as classes dominadas podem internalizar e reproduzir ideologias que, em última instância, servem aos interesses dos setores dominantes, mas também podem resistir e reinterpretar essas ideologias de maneiras subversivas.

> Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta e a dialética da luta cultural. Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas. (HALL, 2003, p.255)

Ainda na perspectiva de Hall (2003), o conceito de ideologia é fundamental para entender tanto a construção e difusão da ideologia racista quanto a luta antirracista. Hall utiliza conceito de Gramsci para examinar como determinados discursos, imagens e práticas sociais são mobilizados para naturalizar e justificar a opressão racial, legitimando assim as desigualdades estruturais. Por outro lado, a luta antirracista também opera no campo da ideologia, desafiando e desestabilizando as narrativas e práticas racistas. É neste espaço que acontece o embate cultural.

> As crenças populares, a cultura de um povo — afirma Gramsci — não são arenas de luta que podem ser deixadas a própria mercê. Elas são "elas mesmas forças materiais" (C!P, p. 165). Assim, e necessário que haja uma ampla luta cultural e ideológica para efetuar a unidade intelectual e ética, essencial a hegemonia: uma luta que toma a forma de "uma luta de hegemonias políticas e de direções opostas, primeiro no campo ético e, depois, naquele da política propriamente dita" (CP, p. 333) - Isso tem implicações diretas sobre o tipo de luta social que identificamos com os movimentos nacionais, anti-coloniais ou anti-racistas (HALL, 2003, p. 322 e 323)

Munanga (2004), antropólogo e pesquisador congolês, explica que enquanto conceito, o racismo foi criado em 1920 e já passou por diversas leituras e interpretações. Ele argumenta que o racismo não é apenas uma questão de preconceito individual, mas é sustentado e perpetuado por sistemas de crenças e valores que são enraizados na ideologia. Munanga destaca que ideologias dominantes, têm contribuído para a justificação e perpetuação do racismo ao longo da história, moldando as estruturas sociais, políticas e econômicas que mantêm as hierarquias raciais.

> Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações

> entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 1999, p.7)

Segundo Munanga (2004), essa relação intrínseca entre raça e racismo percorre a história humana. Conforme o autor, no século 18, a cor da pele foi considerada um critério fundamental e um divisor de águas entre as chamadas raças e dividiu a espécie humana em três raças estanques que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Já século 19, outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do crânio, são utilizados para aperfeiçoar a classificação. Somente no século 20 descobriu-se, graças aos progressos da genética humana, que não havia no sangue critérios químicos mais determinantes para consagrar definitivamente a divisão da humanidade em raças estanques. Porém, Munanga alerta.

> Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular as raças não existem, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas ainda existem raças fictícias e outras construídas a partir de diferenças fenotípicas como a cor de pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantem os racismos populares. (MUNANGA, 2004, p.22)

Ou seja, se as raças não existem na biologia, elas existem no imaginário social. Ianni (2004) reforça que o conceito de raça é mantido por meio de processos sociais, políticos e econômicos, e que essas ideias são usadas para justificar a dominação e a exploração de certos grupos em detrimento de outros. Ele enfatiza a importância de reconhecer a natureza social e histórica da raça para entender e combater o racismo e traz uma definição importante para auxiliar nessa compreensão, abordando também a diferença entre raça e etnia.

> A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a metamorfose da etnia e raça. A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. (IANNI, 2004, p.23)

Ianni (2004) argumenta que as relações raciais não podem ser compreendidas de forma linear, mas sim como um processo dialético, onde há uma constante interação e conflito entre elementos opostos, como racismo e resistência, dominação e emancipação. Essa abordagem reconhece a coexistência de diferentes perspectivas e experiências dentro das relações raciais, destacando a importância de considerar o contexto histórico, social e político ao analisar essas dinâmicas.

> A questão racial parece um desafio do presente, mas trata-se de algo que existe desde há muito tempo. Modifica-se ao acaso das situações, das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais, mas reitera-se continuamente, modificada, mas persistente...Ao hierarquizar as "civilizações", hierarquizando também povos, nações, nacionalidades e etnias, é evidente que se promove a classificação, entre positiva, negativa, neutra ou indefinida, de uns e de outros. (IANNI, 2004, p.21)

Almeida (2019) contribui com esse pensamento ao dar luz ao racismo estrutural, que está nas entranhas das instituições. O autor argumenta que a ideologia desempenha um papel fundamental na manutenção e perpetuação desse racismo, pois molda as percepções, valores e normas da sociedade, sustentando as hierarquias raciais existentes. Almeida enfatiza como as ideologias dominantes legitimam e justificam as desigualdades raciais, tornando-as parte integrante das estruturas sociais, políticas e econômicas.

> O significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia. Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos. (ALMEIDA, 2019, p.43)

Segundo o autor, a naturalização desse *status quo*, tem um papel fundamental das instituições, estabelecendo papéis determinados às pessoas negras no imaginário social. Almeida destaca como o racismo cria uma narrativa que associa as pessoas negras a papéis subalternos, como trabalhadores braçais, criminosos ou figuras de menor status social, enquanto privilegia pessoas brancas com papéis de liderança, sucesso e prestígio. Essa dinâmica perpetua a marginalização e a exclusão das pessoas negras em diversos aspectos da vida social, econômica e política.

> O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas

> brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticulosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes.(ALMEIDA, 2019, p.41)

Em seus textos, Frantz Fanon explora como a ideologia colonialista e racista perpetua a opressão e subjugação das pessoas negras. Em seu ensaio “Racismo e Cultura”, Fanon (1980) explica como as sociedades europeias colonizadoras impuseram suas próprias normas sobre as comunidades colonizadas, desvalorizando e suprimindo suas raízes. Essa violência simbólica perpetua a inferiorização das populações colonizadas e fortalece a hegemonia da cultura branca, fazendo com que o racismo opere na subjugação e exploração das comunidades negras.

> Numa primeira fase o invasor instala sua dominação, estabelece firmemente sua autoridade. O grupo social submetido econômica e militarmente é desumanizado segundo um método polidimensional. Exploração, torturas, pilhagens, racismo, assassinatos coletivos, opressão racional se revezam em diferentes níveis para literalmente fazer do autóctone um objeto nas mãos da nação ocupante. Esse homem-objeto, sem meios de existência, sem razão de ser, é destruído no que há de mais profundo em sua essência. O desejo de viver, de prosseguir, torna-se cada vez mais confuso, mais fantasmático. (FANON, 1980, p.74)

O resultado é que a criação desses estereótipos causa efeitos devastadores nas próprias vítimas, que passam a introjetar na subjetividade sentimentos de inferioridade e lamentação. Sobre esse complexo de culpa, em seu livro "Pele Negra, Máscaras Brancas", Frantz Fanon descreve como a narrativa racista penetra na mente dos colonizados, levando muitos a internalizarem essas ideias e a desenvolverem um complexo de inferioridade em relação à sua própria identidade racial. Eles podem se sentir culpados por serem negros, por não se encaixarem nos padrões de beleza, sucesso ou moralidade estabelecidos pela cultura dominante. Isso pode levar a uma série de comportamentos e atitudes, como o desejo de se assemelhar aos brancos, a negação de sua própria herança cultural e até mesmo a auto aversão. Para exemplificar, Fanon relata como é a experiência de um homem negro diante dessa realidade.

> O negro, desde que permaneça na sua terra, cumpre mais ou menos a sina da criança branca, mas se for a Europa, terá de rever seu destino. Pois o negro na França, em seu próprio país, acabará se

> sentindo diferente dos outros. Apressadamente se diz: o negro se inferioriza. A verdade é que o inferiorizamos para o negro existe um mito a confrontar. Um mito fortemente ancorado. O negro não tem consciência disso enquanto a sua existência ocorrer entre os seus; mas, ao primeiro olhar do branco, ele sente o peso da sua melanina. (FANON, 2020, p.164 e 165)

Para Souza (2014), a ideologia racista, quando adquire a perspectiva de força material, engendra uma representação social que se transforma em exclusão social e poder, que pode estar presente nos mais diversos setores da sociedade, criando entraves concretos para que a população negra possa se realizar enquanto cidadã numa sociedade dita democrática. Segundo ele, em se tratando de Brasil, os baixos índices socioeconômicos que retratam a maioria da população negra, desde o período pós-abolição, é um fenômeno que atesta essa realidade.

> Sejam nos relatos históricos ou nos mais diversos levantamentos, constata-se o quanto à população negra vem sofrendo em termos de escolaridade, mortalidade infantil, violência urbana, local de moradia, saneamento básico, mercado de trabalho, concentração de renda e outros aspectos reveladores da cidadania de um povo. Somado a isso, a comparação histórica desses aspectos com os da população branca, demonstra a persistência de uma disparidade racial em termos socioeconômicos, que nem mesmo a sensível melhora da população negra, no tocante a esses índices, nos últimos 15 anos, conseguiu reverter. (SOUZA, 2014, p.7)

Os dados da atualidade são reflexos desse cenário. Para se ter uma ideia, um estudo intitulado “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” divulgado no mês de novembro de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que as pessoas brancas recebem, em média, 75% a mais do que as pessoas negras no mercado de trabalho. Já com relação a pobreza, a mesma pesquisa indicou que, enquanto 18,6% dos brancos são consideras pobres, com base nos patamares usados pelo Banco Mundial, esse percentual salta para 34,5% entre pretos e 38,4% entre os pardos (IBGE, 2022).

A pesquisa escancara também grandes distinções na fila de desempregados. Entre os brancos a taxa de desocupação em 2021 era de 11,3% e sobe para mais de 16% entre a população preta e parda. Outro estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), de 2023, aponta resultados na mesma direção. Embora representem 56,1% da população em idade de trabalhar, os negros correspondem a mais da metade dos desocupados, o equivalente a 65,1% (DIEESE, 2023).

Os mesmos índices desfavoráveis a pretos e pardos se repetem na ocupação de cargos gerenciais. Ainda segundo o DIEESE, quando conseguem trabalho, os negros atuam em funções mais precarizadas e com poucas perspectivas de ascensão profissional. Enquanto apenas 2,1% de mulheres e homens negros desempenham funções de chefia, esse percentual é mais que o dobro entre mulheres não negras (4,3%) e praticamente triplica entre homens não negros (5,5%). O DIEESE também constatou que a informalidade é muito maior entre os negros. Enquanto quase metade da população preta e parda ocupa postos desprotegidos pelas leis trabalhistas (cerca de 46%), esse dado cai para 34% entre os não negros. São números que refletem um cenário visto, não só na dureza da matemática, mas na trajetória de construção histórica, que causou imensos prejuízos à emancipação e à luta por direitos iguais dos negros (DIEESE, 2023).

Justamente por esse motivo, este trabalho irá abordar como o predomínio do racismo na sociedade brasileira é profundamente enraizado na sua formação histórico-social, onde a escravidão colonial estabeleceu uma hierarquia racial que persiste até hoje. Esse sistema opressivo foi perpetuado pelos interesses da classe dominante, que se beneficiava economicamente da exploração do trabalho escravo e, posteriormente, da mão de obra negra marginalizada. A imigração no Brasil também desempenhou um papel significativo, pois enquanto os imigrantes brancos europeus eram incentivados a assimilar-se à sociedade, os afrodescendentes continuaram a ser marginalizados, impedidos de acessar oportunidades econômicas e sociais devido ao racismo estrutural. Essa dinâmica criou e perpetuou desigualdades persistentes ao longo do tempo, que ainda são evidentes nos dias de hoje.

Diante de todas essas informações, pretendo pesquisar “O ingresso de senegaleses e haitianos no mercado de trabalho em Caxias do Sul (RS): as influências do racismo na ocupação de vagas”. Meu trabalho parte da premissa de que esses imigrantes, pretos retintos, sofram as mesmas violências impostas pelo racismo já existente na sociedade brasileira. A partir dos anos 2010, houve um grande fluxo migratório de imigrantes do Sul Global em Caxias do Sul. O que me motivou a realizar esse estudo foi observá-los atuando como vendedores ambulantes nas ruas da cidade, vendendo meias, gorros, casacos de frio e outros objetos de pouco valor.

O fluxo migratório de senegaleses e haitianos para Caxias do Sul está inserido em um contexto marcado por dificuldades socioeconômicas e desastres ambientais enfrentados em seus países de origem. O Senegal, localizado na África Ocidental, enfrenta desafios como altas taxas de desemprego, pobreza estrutural e instabilidade

política, fatores que impulsionam sua população a buscar melhores condições de vida em outros continentes. No caso do Haiti, a situação é agravada por tragédias naturais, como o terremoto de 2010, que devastou o país, deixando milhares de mortos e desabrigados, além de comprometer a infraestrutura econômica e social. Diante desse cenário, Caxias do Sul emergiu como um destino atrativo para esses migrantes devido à sua economia industrial dinâmica e à oferta de empregos, especialmente no setor metal-mecânico. Movidos pela esperança de reconstruir suas vidas e oferecer um futuro mais promissor às suas famílias, muitos senegaleses e haitianos decidiram se estabelecer na cidade gaúcha.

Sou nascido e criado em Caxias do Sul, na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, que sempre foi uma cidade habitada, majoritariamente, por pessoas brancas. Lá eu vivi durante 25 anos, até me mudar para o Rio de Janeiro, em 2009. Durante essas mais de duas décadas, morei com meus pais e meu irmão no mesmo bairro e tive uma infância sem grandes privações, mas pobre. Talvez o período mais difícil tenha sido quando meus pais se separaram, em virtude dos problemas de alcoolismo do meu pai. No auge das crises de comportamento provocadas pela bebida, minha mãe pegou os dois filhos, de 7 e 5 anos, e fugiu de casa. Moramos por algum tempo de favor na casa de parentes até nos mudarmos para os fundos de uma casa cedida por um tio. Não cheguei a passar fome nessa época, bem longe disso, mas, em momentos de maior dureza, quando meu irmão e eu estávamos com vontade de comer algum doce, minha mãe mandava a gente misturar arroz, açúcar e canela. Era o que tinha.

Fui uma criança pobre que sempre frequentei escolas públicas, nossa família nunca teve condições de pagar escola particular para os filhos. Mesmo em escolas públicas, havia poucas crianças negras, duas ou três, no máximo, em cada turma. Durante alguns anos, meu melhor amigo na escola era um menino negro, o Cristiano. Eu nunca tinha pensado sobre isso, até escrever esse parágrafo, mas possivelmente o que nos aproximou foi o fato de ambos sermos, em alguma medida, rejeitados. Eu por ser péssimo com esportes e ter trejeitos bastante desengonçados, sendo alvo constante de piada entre os colegas e ele, simplesmente, por ser negro. É claro que não há comparações entre os motivos para a rejeição, mas o fato é que nos aproximamos. A amizade durou até eu mudar de colégio e a vida nos levar para caminhos diferentes.

Um episódio marcante da minha infância ocorreu quando eu tinha no máximo uns 10 anos e envolveu outra criança negra, que chamarei de Mateus. Lembro que alguns coleguinhas, em melhores condições financeiras, tinham dinheiro e compravam lanche na cantina na hora do recreio. Eu nunca comprei e, morria de vergonha, porque

sempre levava algo simples, que minha mãe preparava com carinho. Um belo dia, eu havia levado um pedaço de pão com chimia[1] de uva, que eu não gostava muito. O Mateus percebeu que eu não havia comido o meu lanche e perguntou se eu poderia dar aquele pedaço de pão para ele - o que fiz sem hesitar. Ele pegou o pote da minha mão e sumiu. Quando o encontrei novamente, ele estava em um canto, escondido, lambendo a chimia que havia escorrido pelo pote. Acho que depois desse dia, eu nunca mais reclamei de levar meu pão com chimia para escola.

Mesmo depois de me tornar adulto em Caxias do Sul, tive pouco convívio com pessoas negras. Trabalhei em diversos empregos, como auxiliar administrativo, vendedor de cursos de inglês, até ser aprovado no concurso da Caixa Econômica Federal, aos 20 anos. Foi esse trabalho que me permitiu pagar a faculdade de jornalismo e conseguir a transferência para o Rio de Janeiro, a cidade que sempre esteve nos meus sonhos e que eu só conhecia pela televisão. Porém, a mudança para a cidade maravilhosa me fez acompanhar apenas a distância as mudanças na fotografia da minha cidade natal, a partir dos anos 2010.

Depois da minha mudança para o Rio de Janeiro, toda a vez que eu retornava à cidade para visitar os meus familiares, encontrava novos rostos negros trabalhando como vendedores ambulantes, que não fizeram parte da minha experiência como caxiense. A venda de mercadorias nas ruas, que se configura como opressão de raça e classe no capitalismo brasileiro, se apresenta também na realidade desses imigrantes e a pesquisa se debruça sobre as razões desse cenário. De que forma o racismo age para que esses imigrantes tenham de ganhar seu sustento sem direitos trabalhistas e correndo riscos inerentes aos trabalhadores ambulantes de perderem suas mercadorias por furtos ou mesmo por ações de fiscalização?

Caxias do Sul é a segunda cidade mais populosa do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2022, a população do município é de 463 mil pessoas[2] e aumentou cerca de 6% em relação ao censo anterior, realizado em 2010. Fundada em 1890 por imigrantes italianos, a cidade de Caxias do Sul tem forte influência da cultura da Itália e se desenvolveu principalmente a partir da agricultura e da indústria.

Apesar da região ter um perfil voltado às atividades turísticas, Caxias do Sul se destaca em especial pela pujança econômica, em comparação às cidades

[1] Chimia é uma palavra derivada do termo schimier, de origem alemã, e que é usada no Sul para designar as geleias e os doces artesanais feitos a partir de frutas. Fonte: Site Colônia virtual .

[2] Conforme notícia publicada pelo Portal G1, baseada em números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

vizinhas. Conforme Herédia (2015), a cidade recebeu a vinda de migrantes durante vários momentos de sua história: primeiro, a grande imigração italiana; depois, com seu desenvolvimento industrial, principalmente a partir das décadas de 60, ao provocar o êxodo rural da região colonial italiana e, mais tarde, do próprio estado e dos demais estados do país.

> A vinda de italianos para o Brasil consolidou-se como imigração em massa entre os anos de 1897 e 1902, quando aproximadamente 900.000 pessoas se instalaram no país (Trento, 1981:10). Nesse período a Itália encontrava-se em um processo de constituição de um Estado nacional, com disputas entre regiões e um contexto de grande pobreza. Além disso, nas regiões agrícolas havia uma grande concentração fundiária e uma relação de baixa disponibilidade de capitais por cada camponês. A massa de camponeses era então apresentada como excedente populacional e a emigração era justificada como meio de resolução de problemas sociais (IANNI, 1972 apud NOBREGA e DAFLON, 2009, p.15).

Foi nesse contexto que os primeiros imigrantes chegaram a Caxias do Sul. Passado mais de um século, a cidade é um dos maiores polos metal/mecânicos do país e abriga a sede de empresas de grande porte como a Marcopolo e a Randon, conhecidas pela produção de carroceria de ônibus e caminhões. Além disso, Caxias do Sul já foi destaque na mídia por ser um centro de oportunidades profissionais, em várias áreas[3]. A população é formada, em sua grande maioria, por pessoas que se autodeclaram brancas, conforme o quadro abaixo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1 - População de Caxias do Sul por cor ou raça (em percentual)

	População total	Brancos	Pretos	Pardos	Indígenas	Amarelos
Censo 2010	435.564	82,8%	3,31%	13,36%	0,11%	0,41%
Censo 2022	463.338	76,47%	4,74%	18,61%	0,09%	0,08%

Fonte: IBGE

[3] Conforme o site g1, em 2018, a cidade assumiu a liderança nacional na geração de empregos na indústria com carteira assinada

Entretanto, esse mesmo quadro aponta, nos últimos 12 anos, uma redução na população branca, que caiu de 82,8% para 76,47% durante o período. Já a soma de pretos e pardos subiu de 16,67% para 23,35%, um aumento de sete pontos percentuais. De acordo com Munanga (1999), embora parte desse aumento se deva a uma maior conscientização de identidade racial, conquistada graças à luta do movimento negro brasileiro e da implementação de políticas de ações afirmativas a essas populações, o fluxo migratório contribuiu para a mudança da fotografia local.

Diante desse cenário e dos dados apresentados, o estudo tem por objetivo principal identificar como o racismo praticado no Brasil atua para dificultar/impossibilitar o acesso dos imigrantes senegaleses e haitianos ao mercado de trabalho em Caxias do Sul. A partir do objetivo geral elencado, o trabalho de pesquisa estabelece objetivos específicos:

a) identificar quais aspectos contribuem para que os imigrantes haitianos e senegaleses estejam trabalhando como vendedores ambulantes e não com carteira assinada;

b) compreender de que forma o racismo é percebido e internalizado por esses imigrantes e em qual medida influencia no crescimento profissional e na qualidade de vida deles;

c) identificar se está havendo o retorno ao país de origem ou a intenção de mudar de país ou cidade, por conta da fraca oferta de trabalho decorrente de qualquer tipo de preconceito.

Esse trabalho foi fundamentado por pesquisa bibliográfica, pela análise de dados estatísticos coletados junto ao IBGE, ao DIEESE e outros órgãos conceituados, por entrevistas e pela observação do pesquisador. A escolha dessa metodologia é justificável pelo objetivo de promover um diálogo contínuo entre o conhecimento teórico e o prático. Assim, busca-se assegurar que as teorias que sustentam o estudo estejam alinhadas com a abordagem de campo, que nos permite conhecer práticas e fenômenos sociais do cotidiano, os quais a teoria isoladamente não consegue identificar e entender (Cf. PEZZATO, 2011). A interação equilibrada entre o conhecimento intelectual (principalmente teórico) e o conhecimento vivido (acumulado por meio da experiência dos entrevistados) foi fundamental para o avanço desta pesquisa.

A revisão bibliográfica é a primeira etapa do nosso trabalho e tem o papel de dar suporte e estofo para as discussões mais específicas que foram propostas durante a

pesquisa. Através das teorias e conceitos dos autores escolhidos, buscamos compreender o racismo e os efeitos nocivos que ele causa na vida das vítimas, examinando obras acadêmicas, artigos de periódicos e outros documentos relevantes. Além disso, a revisão bibliográfica fornece um embasamento crítico para a análise dos dados coletados e ajuda a construir um referencial teórico robusto, essencial para a argumentação ao longo do trabalho.

Já análise de dados estatísticos foi um recurso utilizado para interpretar informações quantitativas relevantes ao tema. Essa abordagem permite verificar padrões, tendências e correlações que podem não ser visíveis apenas pela observação qualitativa. A análise estatística oferece um suporte empírico que contribui para a validação das premissas formuladas, além de proporcionar uma base quantitativa que enriquece as discussões apresentadas.

Os dados referentes à presença negra no mercado de trabalho brasileiro, as diferenças salariais praticadas e de tipos de ocupação foram amplamente destacados para ajudar na compreensão do cenário atual. Também foram analisados os dados que apontam a real situação dos imigrantes senegaleses e haitianos no Brasil e no Rio Grande do Sul, avaliando esses mesmos aspectos. Os dados analisados pertencem a um recorte temporal que inicia nos anos 2000, período em que as políticas públicas de reivindicação de direitos à população negra ainda eram incipientes ou sequer existiam no Brasil, e vão até à atualidade. No que diz respeito aos dados relativos à imigração da população senegalesa e haitiana, a pesquisa utilizará dados a partir da década de 2010, período em que se intensificou o fluxo de estrangeiros que escolheu o Brasil para morar.

Especificamente sobre o caso estudado, optei pela realização de entrevistas semiestruturadas, que permitem conciliar a padronização e a flexibilidade na coleta de dados. Ao longo do trabalho foram realizadas entrevistas com 10 imigrantes senegaleses e 8 haitianos que residem em Caxias do Sul. A quantidade de entrevistados se deve a importância de retratar diversas realidades vividas por esses imigrantes e estabelecer comparações à medida que as condições de vida mudam de acordo com as experiências individuais e o tipo de ocupação de cada um.

As quantidades de entrevistados de cada nacionalidade foram diferentes e decidi manter assim, pois simbolizam as dificuldades de encontrar personagens de cada uma das nacionalidades. Tive muito mais dificuldades para encontrar entrevistados haitianos do que senegaleses. Os personagens foram escolhidos de acordo com a disponibilidade e interesse em participar da pesquisa e com a fluência em português, para que as

respostas fossem bem compreendidas e analisadas. Todos os entrevistados são maiores de 18 anos e estão ativos no mercado de trabalho ou em busca de novas oportunidades. Além disso, os senegaleses e haitianos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando sua participação na pesquisa e garantindo o uso ético das informações fornecidas. Também foram entrevistadas Celsa Zucco e Bruna Roth, representantes de instituições locais que atuam na assistência a essa população. A inclusão dessas profissionais permitiu uma compreensão mais ampla das políticas públicas e das iniciativas de acolhimento voltadas aos estrangeiros que chegam ao município.

Para cada um dos imigrantes entrevistados, foram formuladas cinco perguntas principais, que chamaremos de "perguntas-chave[4]" garantindo assim um núcleo comum de informações. As questões abordaram temas como enfrentamento ao racismo, dificuldades burocráticas para regularizar sua permanência no Brasil, processo de adaptação à cultura local, oportunidades de trabalho e possibilidade de exercer suas profissões anteriores. Por fim, os entrevistados foram questionados sobre seus anseios em relação ao futuro, incluindo a intenção de permanecer na cidade ou retornar à terra natal e as motivações atreladas a essa decisão.

Além das "perguntas-chave", a natureza semiestruturada das entrevistas permite que o pesquisador faça perguntas adicionais de forma aberta, adaptando-se às respostas de cada participante. Isso possibilita uma exploração mais profunda das experiências e percepções individuais, enriquecendo a análise qualitativa. Essa metodologia visa captar nuances e contextos que poderiam ser perdidos em abordagens totalmente estruturadas, promovendo uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado.

Para garantir a confiança dos entrevistados e promover uma conversa mais fluida, fui a campo acompanhado de minha tia Maria ou de minha mãe Ilir, que desempenharam um papel fundamental na abordagem inicial. A presença delas ajudou a criar um ambiente mais acolhedor e receptivo, facilitando o estabelecimento de um vínculo de confiança com os imigrantes entrevistados. Essa interação preliminar permitiu introduzir as perguntas de forma mais natural, promovendo uma comunicação mais aberta durante o processo de coleta de dados para a pesquisa.

As entrevistas com os 10 imigrantes senegaleses e 8 imigrantes haitianos foram realizadas durante os meses de junho e julho de 2024, em um espaço de 20 dias, no período em que estive pessoalmente na cidade de Caxias do Sul. Os registros foram

[4] As "perguntas-chave" constam no Anexo A deste trabalho.

gravados em áudio, com permissão dos entrevistados, para posterior transcrição seletiva, proposta por LEAL APUD CARDOSO 2016. Essa técnica consiste na escuta repetida das entrevistas (por três vezes), fazendo as anotações dos dados, escutando uma vez mais, selecionando as partes que corroboravam com os dados encontrados a partir dos outros instrumentos de coleta e que eram relevantes para o assunto estudado. Em seguida, transcrevi as falas dos participantes e ouvi mais uma vez com o objetivo de verificar a fidelidade da transcrição (HALCOMB & DAVIDSON, 2006; DAVIDSON, 2009).

Por fim, as notas geradas a partir da observação do pesquisador são um componente vital para a compreensão do contexto social e cultural em que a pesquisa se insere. As notas não apenas complementam os dados obtidos nas entrevistas, mas também oferecem uma perspectiva contextualizada, permitindo uma análise mais rica e fundamentada. Através das minhas observações como pesquisador, pude conhecer as condições de trabalho atuais dos vendedores ambulantes, dos que trabalham em outras atividades e daqueles que conseguiram conquistar sua própria loja. Também foi possível conferir, pessoalmente, uma cerimônia na mesquita da cidade e conhecer como os senegaleses praticam a sua fé. Também pude visitar a Assembleia de Deus haitiana e conhecer um pouco do seu funcionamento.

Seguindo os objetivos expostos, essa dissertação será dividida em 3 seções:

O capítulo 1 abordará no item 1.1 as teorias racialistas como determinismo racial e da teoria do branqueamento. O aprofundamento do racismo contra o negro, através desse processo. O início do capitalismo dependente no Brasil, na virada da escravização para o uso da mão de obra livre e assalariada, e a inserção da população negra nesse processo. A questão do “problema” da mão de obra. A “solução” através da mão de obra imigrante europeia. As vantagens da imigração europeia para a classe dominante, principalmente dos cafeicultores do Oeste Paulista. A posição contra a vinda de imigrantes negros e outras nacionalidades que não a europeia. Os tipos de trabalho da população negra nesse período histórico.

Já o item 1.2 irá trazer dados sobre a presença negra no mercado de trabalho e seus reflexos na situação social, no capitalismo brasileiro, após o refluxo da imigração europeia e das mudanças no capitalismo brasileiro. Serão elencados os tipos de trabalho e de funções exercido pela maioria da população negra no século 20 e início do século 21, e os reflexos em sua situação socioeconômica. Esses dados serão apresentados no contexto da ideologia da democracia racial brasileira.

No item 1.3, o trabalho de pesquisa irá apresentar um olhar mais geral sobre a situação dos imigrantes oriundos de países pobres no Brasil, no período recente de nossa história, abordando a questão da legislação sobre imigração no Brasil, as mudanças no processo de imigração, após o refluxo da imigração europeia. Também serão mencionados os países de origem dos principais grupos de imigrantes vindos para o Brasil, as principais ocupações no mercado de trabalho formal e a presença desses imigrantes no trabalho informal, além da situação socioeconômica desses imigrantes. Também serão mencionados exemplos de imigrantes que vivenciaram experiências de racismo que foram marcantes na sociedade brasileira e que receberam amplo destaque da mídia.

O capítulo 2 será dedicado às causas da imigração e aos desafios enfrentados pelos imigrantes do Sul Global, com ênfase nas questões de racismo e xenofobia. O item 2.1 apresentará uma breve história do Senegal, destacando as influências da colonização europeia e seus impactos nas esferas social e econômica, além das razões que levam os senegaleses a buscarem a imigração como solução para os problemas locais.

O item 2.2 se concentrará no Haiti, oferecendo uma breve história do país e examinando os fatores que provocaram diversos fluxos migratórios ao longo dos anos. Serão abordados os motivos específicos que levaram à intensificação da emigração haitiana no início do século XXI, com destaque para a escolha do Brasil como destino. No item 2.3, serão discutidas as diferenças entre refúgio e migração econômica, com especial atenção às particularidades da imigração haitiana e senegalesa, de acordo com o que preveem os organismos internacionais e a legislação brasileira. Além disso, serão apresentados dados estatísticos que ilustram a presença de imigrantes desses dois países no Brasil, destacando o aumento do fluxo migratório no início da década de 2010 e sua recente diminuição. O item 2.4 abordará a presença dos imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul, examinando as principais regiões onde se estabeleceram, as atividades profissionais que exercem e o perfil desses imigrantes. Por fim, o item 2.5 discutirá os mesmos aspectos em relação aos imigrantes haitianos que também escolheram o Rio Grande do Sul como local de residência.

O capítulo 3, em seus itens 3.1 e 3.2, será dedicado às entrevistas realizadas com imigrantes senegaleses e haitianos residentes em Caxias do Sul, buscando compreender as complexidades de suas experiências tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Esses relatos abordarão aspectos culturais e religiosos que moldam a identidade desses imigrantes e as dificuldades relacionadas à adaptação ao mercado

de trabalho local, onde muitas vezes enfrentam barreiras como a falta de reconhecimento de suas qualificações e as condições precárias de emprego. Outro foco importante deste capítulo serão os relatos de racismo e xenofobia, que afetam diretamente a qualidade de vida dos imigrantes. Serão exploradas as experiências desses indivíduos com preconceitos raciais e discriminações cotidianas.

Já o item 3.3 será dedicado ao levantamento de dados e à análise das entrevistas e relatos dos imigrantes haitianos e senegaleses, abordando todos os aspectos mencionados anteriormente, como cultura, religião, trabalho, racismo e xenofobia. Através dessa análise, serão cruzadas as experiências vividas pelos entrevistados com os dados estatísticos abordados durante o trabalho, buscando identificar padrões e tendências que revelam a complexidade do processo de adaptação e integração desses grupos. Além disso, essa seção conectará as informações coletadas com as teorias e abordagens discutidas nos capítulos anteriores, que forneceram a base teórica para a pesquisa. Autores relevantes para os estudos de imigração, racismo e trabalho serão usados para interpretar os relatos, proporcionando uma compreensão mais ampla e fundamentada das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no contexto local.

Ao examinar suas trajetórias migratórias, suas experiências laborais, os desafios enfrentados na integração socioeconômica e as percepções de pertencimento, busca-se evidenciar se esses grupos enfrentam dificuldades similares às enfrentadas pelos negros residentes no Brasil. Além disso, o trabalho pretende aprofundar de qual forma as estruturas de poder, a discriminação racial e as desigualdades econômicas se entrelaçam para perpetuar as injustiças sociais, reforçando a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas que abordem essas questões de forma integral e inclusiva.

1 - A questão da imigração para um país de maioria negra

1.1 – A imigração no final do século 19 e início do século 20: o Brasil deveria ser branco e capitalista

No Brasil da virada do século 19 para o século 20, houve um aumento considerável da população estrangeira, conforme apontaram os censos de 1872 e 1920. Conforme de Lima Martins (2017), o primeiro censo registrou que, em uma população de 9,9 milhões de indivíduos, os estrangeiros eram pouco mais de 380 mil, o equivalente a cerca de 4%. Quatro décadas depois, a população brasileira praticamente havia dobrado para 17,3 milhões de pessoas e o número de estrangeiros havia sido multiplicado por quatro, totalizando mais de 1,279 milhões, aproximadamente 7,3% do total de moradores do país. A autora encontra explicações no capitalismo para tamanho crescimento.

> É nas condições conjunturais que se encontram as melhores explicações para tal fato: de um lado, as profundas modificações ocorridas na Europa em função do desenvolvimento do capitalismo no campo, liberando grandes contingentes de mão de obra e criando um verdadeiro exército de despossuídos; de outro, a expansão imperialista e o desenvolvimento tecnológico, que resultaram na revolução dos transportes, diminuindo a distância entre os continentes com a navegação a vapor. (DE LIMA MARTINS, APUD DE MENESES E DE SOUSA, 2017, p.16)

Conforme Souza (2021), o predomínio do capitalismo na era moderna, que começou a ser gestado no século XV, e o advento da revolução industrial, a partir de 1790, instituíram a mão de obra livre e assalariada e deram novos rumos à vida em sociedade:

> Para a compreensão do domínio e da reprodução e acumulação de capital da burguesia no sistema capitalista, torna-se imperativo o uso da categoria totalidade, estudando o capitalismo como um modo de produção. Dessa forma, estabelecendo de forma orgânica o nexo entre as relações sociais e as relações de produção, forja-se as condições analíticas para entendimento do poder da burguesia e de sua apropriação sobre a maioria da riqueza socialmente produzida, em termos de sua materialidade. (SOUZA, 2022, p.203)

Além das transformações econômicas e políticas impulsionadas pelo

desenvolvimento do capitalismo, a chegada dos imigrantes ao Brasil foi motivada por diversos fatores, incluindo a abolição da escravidão em 1888 e a necessidade de mão de obra para, dentro da lógica das classes dominantes e dirigentes, substituir os trabalhadores escravizados. Entretanto, para entendermos melhor o cenário que esses imigrantes encontraram, é preciso voltar brevemente ao passado. Povos negros desembarcaram no Brasil desde 1530, quando se iniciou o processo de colonização, tornando-se, por volta de 1610, mão de obra escravizada predominante[5].

Segundo Bento (2022), o objetivo principal do tráfico negreiro era oferecer aos colonizadores portugueses uma força de trabalho barata e abundante para maximizar os lucros, durante o período do Brasil colônia. Estima-se que, em quase quatro séculos, 4 milhões de africanos foram escravizados no Brasil.

> O escravizado foi o motor da economia da metrópole e da colônia, e a partir do seu trabalho nos diferentes ciclos econômicos, do açúcar, do café e do ouro produziu riquezas e possibilitou a consolidação da classe dominante brasileira, protagonizando ainda o enriquecimento europeu. O tráfico foi o negócio mais importante do Brasil na primeira metade do século XIX e foi a escravidão nas colônias que proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles. (BENTO, 2022, p.19)

Para Moura (1983), as bases para potencialização do racismo como uma ideologia cristalizada são construídas antes da adoção do capitalismo como sistema vigente e ocorrem desde a chegada dos colonizadores portugueses ao país. Inicialmente, o racismo serviu como justificativa ideológica para a escravização de africanos, pois era usado para considerar essas pessoas como inferiores e, portanto, passíveis de serem tratadas como propriedade. Conforme Moura, os quatrocentos anos de escravismo colonial deixaram muitas e profundas aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas, que perduram até os dias atuais.

Moura (1983) entende que, por mais que alguns cientistas sociais tentem ignorar ou minimizar esse passado, ele é fundamental para compreender a construção do racismo na sociedade brasileira e há imensos vestígios de relações escravistas na estrutura da nossa sociedade atual. Segundo o autor, foi nesse período do sistema escravista que o negro passou a ser visto como “coisa” e sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade.

O autor explica que a conjuntura global forçou mudanças e o sistema escravista,

[5] Os indígenas foram o primeiro grupo a ser escravizado em nosso país, quando ainda colônia. Aos poucos, essa mão de obra foi sendo gradativamente substituída por africanus escravizados. Os indígenas foram primeiramente escravizados justamente por ser o único grupo disponível em grande quantidade para que os portugueses pudessem explorar. Fonte: mundoeducação.uol.com.br

já defasado, foi substituído pelo capitalismo dependente. Impulsionado por revoluções tecnológicas e industriais, o novo modelo aumentou a demanda por trabalho assalariado e especializado, mais eficiente que o trabalho escravo. Por esse modelo, o Brasil permanece dependente dos países mais industrializados, limitando seu próprio desenvolvimento autônomo e perpetuando as desigualdades sociais e econômicas.

Moura explica que, neste cenário, a elite brasileira buscou outras formas de exploração do trabalho, como o trabalho assalariado precário. Os imigrantes europeus que aqui chegaram, no final do século 19 e início do século 20, formaram populações que se sobrepuseram ao negro ex-escravizado como elemento de trabalho qualificado em uma ordem ainda semi-escravista. A população negra foi utilizada como exército industrial de reserva, formando uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos imigrantes que aqui chegaram para trabalhar.

> O que se chamou de borra da escravidão é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o bom é o branco. Junte-se, portanto às limitacões estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade, para se poder compreender o traumatismo que o atingirá em seguida. A força desse símbolo irá bloquear as possibilidades de mobilidade vertical massiva do negro que fica social e culturalmente congelado. (MOURA, 1983, p.134)

Segundo Oliveira (2021), uma das marcas do capitalismo dependente da qual o sistema se beneficiou foi a superexploração dos trabalhadores. Entre as características desta superexploração estão o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, prolongamento da jornada de trabalho além do limite normal e aumento da intensidade das atividades. A existência de uma grande maioria negra ao mesmo tempo que incomodava a burguesia, possibilitava as condições objetivas para a instituição desse trabalho excessivo.

O autor explica ainda que, à medida que houve uma mudança de fotografia no país, com a imigração europeia, a grande massa de trabalhadores negros foi colocada como excedente, mas também formava estoque para a ocupação de serviços não qualificados, como serviços de limpeza, e de babá, que desobrigavam maiores investimentos públicos para garantir o suporte da própria produção capitalista. Um exemplo bem ilustrativo de como a opressão de raça e classe são fundamentais para manutenção das estruturas de poder e atuam conjuntamente, garantindo a manutenção de hierarquias e privilégios no percurso da história.

> Evidente que o racismo não nasceu com o capitalismo, mas o racismo como se expressa hoje, baseado nessa classificação racial, sim. O capitalismo comporta a diversidade humana, entretanto as hierarquias são a sua lógica. Constrói, constantemente, mecanismos de integração excludente. O sistema-mundo no capitalismo se organiza, então, em hierarquizações construídas a partir da raça como categoria central, segundo afirma Annibal Quijano. (OLIVEIRA, 2021, p.67)

Para Gonzales (2020) o racismo, enquanto construção social e ideológica, legitimou uma divisão racial do trabalho, com o objetivo de manter o equilíbrio do sistema como um todo e articular os mecanismos de recrutamento para as posições nas estruturas de classe e no sistema de estratificação social. É a população negra que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente e a população branca, mesmo que indiretamente, acaba sendo beneficiada.

> A opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe os seus dividendos do racismo, a partir da sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se a pessoa possuidora dos mesmos recursos (origem de classe e educação por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos. (GONZALES, 2020, p.35)

A imigração branca europeia no Brasil foi uma peça-chave, que fortaleceu uma estrutura econômica baseada na exclusão racial. Um bom exemplo para ilustrar essa intersecção entre raça e classe é que o incentivo à imigração durante a primeira república brasileira tinha características bastante particulares, pois não podia nem ser asiático, nem africano. Para as autoridades da época, o Brasil precisava ser branco e capitalista. O Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890, conhecido como a primeira lei de imigração do Brasil, apresenta as suas preferências por quem pode ou não pode entrar no país, deixando claro seu teor racista. Logo no Artigo 1° o decreto diz, em português da época:

> E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas". (BRASIL, 1890)

É justamente nessa virada do fim da escravização e do Brasil imperial para o Brasil república que passou a vigorar o segundo projeto de identidade nacional. Se na primeira concepção, o negro no país era tratado apenas como mercadoria e não como ser humano, Souza (2023) explica que, entre os anos de 1889 a 1930, o país seguiu os modelos importados da Europa que acreditavam no determinismo racial. Ou seja, de acordo com essa teoria, a raça de um povo era fator imperativo para o progresso da nação e a raça branca era a única dotada dos atributos intelectuais e morais essenciais para a implementação desse projeto. Ainda conforme o autor, a legitimação e fomento da entrada de imigrantes brancos para atuar como força de trabalho seria uma das atuações do Estado para o aprofundamento do estigma sobre a população negra. Mas haveria outras duas:

> [...]não implementação políticas públicas voltadas para a melhoria das condições socioeconômicas da população negra, mantendo as condições de exclusão do pós-abolição; permitir a repressão policial às religiões de matriz africana, reforçando a visão estigmatizadora sobre essas; e introduzir, no Código Penal de 1890, a Lei de Vadiagem e a capoeira como crime social, ampliando a repressão as pessoas negras (SOUZA, 2023, p.5)

Souza (2023) segue a mesma linha de raciocínio ao explicar que, de acordo com o determinismo racial, o país estava fadado ao fracasso, por ser de maioria preta e mestiça. Seguindo Munanga (1999) e Schwarcz (2005), aponta que uma parcela substancial da intelectualidade brasileira adaptou o determinismo racial à realidade brasileira, passando a pregar que a solução para o progresso do país seria o resultado de um processo de miscigenação, voltado para um processo de branqueamento da população, através da vinda em massa de imigrantes europeus e o casamento de pessoas de pele mais escuras com pessoas de peles mais claras. Os defensores dessa teoria do branqueamento, sustentavam que dentro de um determinado período, com a vinda desses imigrantes, com a expansão da miscigenação pregada e da morte de negros devido a suas doenças "naturais", a população brasileira seria composta apenas por brancos com características europeias.

Nóbrega e Daflon (2009) contam que o ideal de branqueamento foi reforçado com a imigração europeia, mas era tema de discussão desde o período imperial, na década de 1870. Neste período, o sistema escravagista já estava pressionado por diversos fatores, como a proibição do tráfico negreiro, em 1850, a promulgação da Lei do Ventre Livre, e a coexistência de trabalho livre e escravo, que tornavam mais gritantes as injustiças e o trabalho espoliativo da Instituição. Os autores apontam que, nesse período, sobre o negro, persistiram representações estigmatizadas:

> As famílias e os casamentos dos negros, por exemplo, eram freqüentemente ironizados nos jornais do fim do século XIX, que destacavam seu caráter instável e ilegal. O mesmo acontecia em relação à sua atuação política e manifestações coletivas .... eram percebidos como incivilizados que, no máximo, poderiam aproximar-se dos brancos pelo empenho, pelo mérito e pela observância dos seus costumes. Assim, os não-brancos eram excluídos daquilo que se pretendia construir e valorizar como cultura nacional. (NOBREGA E DAFLON, 2009, p.18)

Souza (2022) explica, entretanto, que o processo de imigração não se deu de forma homogênea em todo o país, tendo se concentrado especialmente em São Paulo, com os estrangeiros indo trabalhar massivamente nas fazendas do Oeste Paulista, e nos estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Outros centros econômicos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, que não receberam contingente de imigrantes em larga escala, não puderam prescindir da mão-de-obra negra nas atividades realizadas nas fazendas e nem mesmo nas indústrias. A vinda de imigrantes europeus para o Estado de São Paulo favoreceu os latifundiários ao fornecer uma força de trabalho abundante e barata para as plantações de café, principal produto agrícola da região. Além disso, os industriais paulistas se beneficiaram da mão de obra imigrante, que contribuiu para a expansão das indústrias locais devido à disponibilidade de trabalhadores qualificados e dispostos a aceitar salários menores.

Além estereótipos que eram imputados aos negros, vistos como maus trabalhadores e uma ameaça devido ao rancor por terem sido explorados durante a escravização, para os cafeicultores paulistas, não bastava vir uma força de trabalho dita como produtiva e ordeira. Era preciso que se obtivesse o maior lucro possível, com as passagens sendo pagas pelo governo e a vinda de imigrantes em larga escala bem acima da demanda permitindo ampla exploração pelo rebaixamento de salários. Dessa forma, se priorizava a vinda de imigrantes com família, para que a esposa e filhos também pudessem ser explorados em sua força de trabalho. Souza acrescenta ainda que, como muitos imigrantes se decepcionavam com as condições laborais nas fazendas, se arriscavam em grandes centros para atuar nas indústrias, sendo submetidos às péssimas condições de salário e trabalho. Ou seja, os imigrantes também eram afetados por questões de classe, mas ainda eram os negros que ocupavam a posição mais baixa da pirâmide social.

> O racismo presente nessa conjuntura também favorecia o capitalismo brasileiro, ao deslocar para a questão racial a explicação para a precária situação socioeconômica da maioria da população negra,

> excluindo as contradições do capitalismo nesse processo. Mesmo com os brancos pobres (imigrantes ou nacionais) beneficiando-se das teses racialistas, acabavam sendo atingidos pelo predomínio dessa visão de mundo. A centralidade da raça, alinhada ao liberalismo excludente da época, acabava ensejando que a superação da pobreza seria alcançada com o esforço individual, não sendo necessário o Estado estabelecer políticas públicas voltadas para a solução do problema social, nem para as pessoas brancas pobres. Com isso, a questão racial engendrava as condições político-ideológicas ideais para a burguesia brasileira ampliar e manter a sua privatização do Estado, com a maioria das políticas públicas e do fundo público sendo direcionado para os seus interesses. (SOUZA, 2022, p.207)

Além da política de branqueamento, que já se arrastava por décadas, no início do século 20 surge a política de eugenia no Brasil, adaptada da Europa à moda brasileira em função de particularidades nacionais. Conforme a escritora Nancy Leys Stepan, a eugenia, que por definição, é a ciência de aprimoramento racial, tinha por objetivo implementar o bem-estar diante de um cenário de miséria e falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra, refletindo a complexidade de como o racismo e a desigualdade são entrelaçados com questões de classe.

Ainda segundo a autora, em um cenário de profunda preocupação com o fato de que o Brasil deixará de alcançar um tipo nacional homogêneo e de que o país estaria, na verdade, ameaçado de degeneração racial, a tese do branqueamento adquiriu significados mais positivos e a conformar o movimento eugênico. Além disso, programas educacionais e política de esterilização forçada foram implementados para assimilar culturalmente certos grupos e suprimir práticas consideradas inferiores.

> O movimento eugênico brasileiro é um caso particularmente interessante de estudo de ciência e ideologia social. De um lado, a eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Em um sentido bem fundamental, a eugenia referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe. Isso porque concentrava suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra ou mestiça. Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade. Se na cena pública a literatura eugênica utilizava a palavra ‘raça’ invariavelmente, no singular, para referir-se ao ‘povo brasileiro’, na esfera privada ela significava a ‘raça negra’. (STEPAN, N.L, 1990, p.355 e 356)

Para exemplificar, Schwarcz (2005) menciona artigos publicados na década de 1920, em apoio a práticas eugenistas importadas da Europa, que criticavam a mestiçagem por considerá-la degeneração humana. Entretanto, esses artigos previam o ressurgimento da raça diante de uma realidade brasileira inquestionável: os negros

eram maioria. Seria preciso adaptar o determinismo racial à realidade brasileira. Segundo a autora, as práticas eugênicas brasileiras, em vez de levarem à condenação imediata do cruzamento, previam saídas, ao menos para parte da população, conforme artigo publicado na Gazeta Médica da Bahia.

> Assim para a melhoria da raça poderia ser vantajoso cruzar com extranhos normaes os indivíduos francamente mestiços e degenerados quando haja esperança de regeneração da prole por esse meio; mas para os profundamente degenerados melhor seria deixá-los reproduzir entre si e extinguir-se a mesquinha geração por esterilidade e mortandade precoce resultante da progressiva decadência. Dessa relação natural grande proveito resultaria para as famílias possuidoras de boas qualidades, as quaes se perpetuariam entre si, livres dos germes dos males que lhes innocularia a fatal mistura com os abastardados. Lucraria a especie … (GMB, 1925, p.161 APUD SCHWARCZ, P. 216).

Depois de décadas em que as leis e práticas sociais favoreciam brancos e marginalizavam negros, a partir de uma hierarquia racial claramente definida e amplamente aceita em todas as esferas da vida pública e privada, conforme Souza (2023), o cenário mudou a partir dos anos 1930. Se antes imperava o determinismo racial no Brasil, a partir da terceira década do século 20 começa a vigorar o terceiro projeto de identidade nacional, que derruba a crença de determinismo racial, desacreditada e rejeitada pela comunidade científica. Num caminho inverso ao projeto anterior, houve a valorização da mestiçagem como característica do povo brasileiro e dos negros como elemento fundamental na composição da população, junto com os indígenas e o branco europeu. Conforme Souza, esse olhar sobre o Brasil surgiu a partir da obra de Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala, publicada na década de 30.

Segundo Florestan Fernandes (2008), dessa concepção formulada por Gilberto Freyre, surgiu o mito da democracia racial, edificando uma visão idílica das relações raciais no Brasil, como a não existência de práticas estruturais racistas nas relações sociais. Para ele, a ordem social permaneceu quase idêntica ao que era no regime de castas. O negro jamais encontrou no branco um apoio efetivo às suas tentativas de tomada de consciência e de melhoria de sua situação histórico-social

> Considerada em termos desse contexto histórico, a convicção que as relações entre “negros” e “brancos” corresponderiam aos requisitos de uma democracia racial não passa de um mito. Como mito, ela se vinculava aos interesses sociais dos vínculos dirigentes da “raça dominante”, nada tendo que ver com os interesses simétricos do negro e do mulato. (FERNANDES, 2008, p. 318-319)

Esse cenário proporcionou na época a falsa sensação de que no Brasil, diferentemente de outras partes do mundo, não haveria racismo. Ao longo do século 20, principalmente após o período da Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi objeto de estudo para constatar essa imagem. Conforme Maio (1999), nos anos 50, o projeto Unesco, ligado à Organização das Nações Unidas, chegou a desenvolver estudos focalizados em várias regiões brasileiras para tentar entender quais os motivos da miscigenação nacional, que difere da segregação racial vista em outros países, como por exemplo nos Estados Unidos.

Nogueira (2006) afirma que os intelectuais ou simples observadores, influenciados pela ideologia de relações raciais características do Brasil, tendem a negar o preconceito aqui existente. Nogueira então aponta quais são as principais diferenças entre o preconceito de marca (de cor), que ocorre no Brasil e o preconceito de origem, mais comum nos Estados Unidos.

> Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 2006, p.292)

Munanga (2017) caracteriza o racismo à brasileira como sendo um fenômeno complexo e dissimulado, marcado por uma negação da sua própria existência. Além disso, Munanga destaca que a negação do racismo cria um ambiente onde é difícil combater a discriminação, porque muitos brasileiros acreditam que o problema não existe ou que não é tão grave. Essa negação também contribui para a perpetuação das desigualdades, pois impede que medidas efetivas sejam tomadas para enfrentá-las.

> Para muitos, ainda, o Brasil não é um país preconceituoso e racista, sendo a discriminação sofrida por negros e não brancos, em geral, apenas uma questão econômica e de classe social, sem ligação com os mitos de superioridade e inferioridade raciais. Nesse sentido, os negros, indígenas e outros não brancos são discriminados por serem pobres. (MUNANGA, 2017, p.34)

Munanga (2017) acrescenta que, para se consolidar e tornar-se cada vez mais forte, o mito manipula alguns fatos evidenciados na sociedade brasileira, como a mestiçagem, as personalidades míticas e os símbolos da resistência cultural negra no país. Para ele, a obra Casa Grande & Senzala, por exemplo, ressalta aspectos da resistência cultural negra que se tornaram símbolos da identidade nacional. Entre eles estão a música, a culinária, a dança e principalmente a religião, que são manipulados

pelo mito para afirmar a harmonia entre os grupos e a ausência de preconceitos e discriminação.

> Se o Brasil aceita as religiões de origem africana como o candomblé e a macumba, isso é prova, dizem, de que o Brasil não é racista. Se gostamos da música negra, que já é nossa, é outra prova. As personalidades míticas como “Pelé” e as grandes estrelas do futebol são sempre citadas para mostrar que basta ter dinheiro para que todas as portas estejam abertas. Esses fatos evidentes, mas manipulados, foram também interiorizados e aceitos por alguns negros e por tais personalidades que ascenderam economicamente. (MUNANGA, 2017, p.39)

O autor conclui definindo o racismo brasileiro como um “crime perfeito”, devido à sua capacidade de se ocultar e se perpetuar de maneira sutil e sistemática. Para Munanga (2017), além da capacidade de matar fisicamente, o racismo age de maneira silenciosa, contaminando tanto a consciência das vítimas quanto da sociedade como um todo, sejam pessoas brancas ou negras. Essa característica torna o racismo à brasileira mais difícil de combater, assim como inviabiliza a adoção de medidas para evitá-lo.

Nos últimos anos, houve avanços significativos em políticas públicas e legislação em benefício das pessoas negras no Brasil. Algumas medidas importantes incluem a implementação de cotas raciais em universidades e concursos públicos, a criação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que reserva vagas para estudantes negros e de baixa renda em instituições de ensino superior públicas, e a aprovação da Lei de Ações Afirmativas (Lei nº 10.639/2003), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

No entanto, apesar desses avanços, ainda há muito a ser feito. A implementação efetiva dessas políticas muitas vezes enfrenta resistência e obstáculos burocráticos, e a eficácia das medidas ainda é objeto de debate e crítica. Além disso, ainda há grandes distorções entre a ocupação de brancos e negros no mercado de trabalho como veremos a seguir.

1.2 – Presença negra no mercado de trabalho e seus reflexos na situação social, no capitalismo brasileiro, após o refluxo da imigração europeia

A situação dos negros no mercado de trabalho brasileiro é complexa e reflete desigualdades históricas. Embora haja avanços em políticas de inclusão e cotas, os negros ainda enfrentam discriminação, menor acesso a oportunidades e salários mais baixos em comparação aos brancos. E essas barreiras que impedem a ascensão da população negra se refletem também na menor representação em cargos de liderança, gerada pela falta de oportunidades de desenvolvimento profissional, e nos altos índices de desemprego.

Mas sabendo-se que o Brasil é um país mestiço, como vimos no capítulo anterior, quem são os negros brasileiros? Em seu texto “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil”, Munanga (1999) acrescenta que, como unificação de luta, os movimentos negros buscaram definir o termo negritude incluindo não apenas as pessoas fenotipicamente mais retintas, mas também e sobretudo os mestiços, descendentes de negros, mesmo aqueles que a ideologia do branqueamento já havia roubado. Ainda segundo ele, os resultados de luta, embora imprevisíveis a longo prazo, deram alguns sinais positivos no campo da semântica utilizada por políticos e jornalistas sobre o conceito de negro. Desde o período de abertura democrática no país, no final dos anos 80 e início dos anos 90, os poucos afro-brasileiros que se candidataram a cargos eletivos foram todos incluídos no conceito de negro, independentemente de suas nuances de cor.

Gomes (2019), uma renomada pesquisadora brasileira na área de educação e questões raciais, destaca a importância do movimento negro brasileiro na construção da identidade e no fortalecimento do pertencimento dos negros à sociedade brasileira. Ela enfatiza que o movimento tem sido fundamental para promover a autovalorização da cultura negra, resgatando e celebrando suas contribuições históricas e culturais. Além disso, o movimento negro tem sido uma voz ativa na luta contra o racismo e na busca por igualdade de direitos, influenciando políticas públicas e promovendo a conscientização sobre a necessidade de combater as desigualdades raciais no país.

> O movimento negro ressignifica e politiza a raça, comprendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana. Essas ações se encontram em

> um campo mais complexo: à medida que o Movimento Negro aprimora a sua luta por emancipação social e pela superação do racismo, mais se intensifica a variedade de formas de opressão e de dominação contra as quais ele tem de se contrapor. (GOMES, 2019, p.38)

Algumas medidas governamentais, implementadas nos últimos anos, tentam minimizar as disparidades. Promulgado no país em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial estabelece normas de combate à discriminação racial e prevê a igualdade de oportunidades, a promoção da cultura afro-brasileira, o combate ao racismo institucional, além da implementação de cotas e ações afirmativas que beneficiem a população negra. Em 2012, a presidente Dilma Roussef promulgou a Lei número 12.711, a Lei Federal de Cotas, uma legislação que trata da reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, levando em consideração critérios como renda familiar e auto declaração racial. No que diz respeito à maior inserção de pretos e pardos no mundo do trabalho, a Lei 12.990, de 2014, durante o mesmo governo, determinou que um quinto das vagas oferecidas em concursos públicos realizados pela administração pública federal e outros órgãos da união fossem reservadas a candidatos autodeclarados negros. Diferentemente da Lei 12.711, que estabelece cotas socio-raciais, esta normativa é destinada a cotas exclusivamente raciais.

Para Munanga (2017), entretanto, a adoção de políticas públicas em favor das cotas mantém no imaginário coletivo a ideia de que medidas em benefício da população negra introduziriam um racismo ao contrário no país. O autor complementa o pensamento ao dizer que a decisão do Supremo Tribunal Federal em favor das cotas, em votação unanime ocorrida em 2012, apenas resolveu uma questão legal. Segundo ele, as desigualdades em educação, na ocupação de cargos de comando e de responsabilidade, ainda não são definidas em termos raciais para grande parcela dos brasileiros, apesar da exclusão econômica atingir afrodescendentes e indígenas de forma muito mais significativa. Para o autor, a política de cotas é essencial por uma importante razão.

> Ela se fundamenta, no meu ponto de vista, sobretudo na relação estrutural entre brancos e afrodescendentes – coletivas e não individuais – que segundo pesquisas estatísticas do IBGE e do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), apresenta um profundo abismo aplicado em matéria de educação que apenas políticas macrossociais universalistas jamais poderão reduzir. Não se trata somente de revelações estatísticas, bastando observar o cotidiano brasileiro em todos os seus setores, que exigem formação superior para a ocupação de cargos de comando e responsabilidade para perceber a invisibilidade dos afrodescendentes (negros e mestiços). (MUNANGA, 2017, p.42-43)

Os dados estatísticos apresentados pelos institutos de pesquisa mencionados pelo autor são bastante evidentes. Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realizou o levantamento da população brasileira com mais de 14 anos ocupada em alguma atividade profissional, se aprofunda no recorte temporal próximo ao início da implementação das políticas públicas em benefício da população negra. De 2012 a 2021, a pesquisa analisa os segmentos de atuação comparando a população preta e parda, com a população branca. Apesar de serem importantes para a mudança de cenário, as leis aprovadas para combater o racismo ainda tem pouco efeito prático e se mostram insuficientes para o tamanho do problema.

Em 2012, enquanto 34,4 % das pessoas brancas trabalhavam em ocupações informais, o percentual salta para 47,7% das pessoas pretas e pardas, já em 2021, os números permanecem semelhantes, enquanto o número de pessoas brancas na informalidade reduz para 32,7%, o número de negros em trabalho informal cai proporcionalmente menos, para 46,3%. Já em população subutilizada, que contempla as pessoas que trabalham menos horas do que poderiam ou gostariam, os dados também desfavorecem as pessoas negras e permanecem inalterados ao longo de 9 anos de comparação. Em 2012, 14% das pessoas brancas estavam subutilizadas pelo mercado de trabalho, contra 22,3% das pessoas negras e em 2021 os dados crescem assustadoramente, em decorrência da pandemia de Covid-19, mas mantém a disparidade. Enquanto 22,5% das pessoas brancas estão subutilizadas, 33,2% das pessoas negras estão na mesma situação (IBGE 2022).

Se formos analisar os dados de desocupação na atualidade o cenário também apresenta grande disparidade, conforme aponta a tabela abaixo.

Tabela 2 – Taxa de desocupação por cor ou raça em 2021

Nível de instrução	Brancos	Pretos ou Pardos
Sem instrução ou ensino fundamental incompleto	10,5	15,2
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	16,6	20,8
Ensino médio completo ou superior incompleto	13,4	17,6
Ensino superior completo	6,6	8,3
Total de desocupados	11,3	16,3

Fonte: IBGE

Os dados entre a população jovem, de 15 a 29 anos, são ainda mais alarmantes. O percentual de mulheres pretas ou pardas jovens, que não estudam nem trabalham, é o dobro na comparação com jovens brancas e mais que o triplo do que os homens brancos na mesma faixa etária, conforme o quadro a seguir aponta:

Tabela 3 - Jovens de 15 a 29 anos que nem estudam nem estão ocupados por sexo, cor e raça 2021

Total em 2021	12,7 milhões	percentual equivalente
mulheres pretas ou pardas	5,3 milhões	41,90%
mulheres brancas	2,6 milhões	20,50%
homens pretos ou pardos	3 milhões	24,30%
homens brancos	1,6 milhões	12,50%

Fonte: IBGE

Ainda de acordo com o estudo do IBGE a desigualdade também se mostra nos tipos de ocupação. Serviços que exigem maior grau de escolaridade e qualificação tem grande presença de trabalhadores brancos, enquanto atividades que exigem menos estudo são dominadas pelas pessoas negras. Como exemplo, podemos citar atividades ligadas à informação e ao mercado financeiro. Em 2012, 5,3 milhões de pessoas brancas e 3,8 milhões de pessoas negras estavam empregadas nesse ramo que exige maior nível de formação, enquanto em 2021 os números não se modificam significativamente, mas apresentam uma leve aproximação. A quantidade de pessoas brancas na atividade aumenta para 6 milhões e de pessoas negras para 4,6 milhões (IBGE, 2022).

Já as atividades que, em grande parte das funções, não pedem qualificação prévia, apresentam um maior número de pessoas negras atuando. Um bom exemplo é o ramo da construção. Enquanto em 2012, 2,8 milhões de pessoas brancas trabalhavam na área, o número salta para 4,7 milhões de pessoas negras. Em compensação, considerando o grau de instrução, 7,5% dos brancos tinham ensino superior completo, o que sinaliza uma possível ocupação de cargos de chefia, e apenas 1,4% dos negros haviam terminado a graduação (IBGE, 2022).

Já em 2021, os números permanecem bastante proporcionais. 2,2 milhões de brancos trabalhavam com construção, sendo 12,3% deles com ensino superior. Já entre os negros nesse ramo de atividade, a quantidade de pessoas salta para 4,5 milhões, mas apenas 3,5% com curso de graduação completo. Em serviços domésticos, os números também são flagrantes. De 2012 a 2021, o número de pessoas brancas na área reduz de 2,2 milhões para 1,6 milhões. Em contrapartida o número de pessoas negras desempenhando a mesma atividade também reduz, mas muito menos proporcionalmente. De 3,8 para 3,4 milhões (IBGE, 2022).

Para ilustrar essa disparidade, a Mídia Ninja, em suas redes sociais, divulgou uma foto emblemática do ano de 2015, que explicita uma realidade que muitas pessoas

não querem enxergar. A montagem, publicada originalmente pelo *site* Iconografia da História mostra, na parte de cima, uma turma de formandos do curso de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, na parte de baixo, funcionários da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb) participando de uma greve desencadeada em decorrência de atrasos salariais.

Figura 1 – A comparação racial no exercício das profissões de médico e gari



Fonte: Mídia Ninja

O que a comparação entre as imagens mostra com clareza é um retrato fiel do cenário que o IBGE demonstra em números. Enquanto os futuros médicos são em sua imensa maioria, para não dizer a totalidade, de pessoas brancas, os garis, que atuam em uma função de menor prestígio social, que exige menor qualificação e por consequência, com salários mais baixos, são de maioria negra, mostrando como postos de trabalho e seus ocupantes estão intimamente ligados à cor de pele e à classe social.

A possibilidade de encontrar médicos negros atendendo em postos de saúde públicos, praticamente impossível diante de uma sociedade racista e excludente como a brasileira, se tornou possível a partir da implementação do Programa Mais Médicos do Governo Federal, em 2013, que trouxe médicos estrangeiros, muitos oriundos de Cuba, para minimizar os graves problemas de saúde pública, gerado pela falta de médicos em locais afastados em grandes centros e até mesmo nas capitais.

Conforme publicação da revista Exame de 2018, naquele período, o programa

contava com 17.071 médicos, sendo praticamente a metade deles (cerca de 8.500) oriundos de Cuba, país da América Central em que grande parte da população é formada por pessoas pretas e mestiças. Os médicos cubanos enfrentaram diversos desafios durante sua estadia no Brasil, incluindo preconceito racial. Muitos relataram experiências de discriminação, seja por parte de pacientes, colegas de trabalho ou da sociedade em geral. Isso pode ter se manifestado em forma de comentários ofensivos, tratamento diferenciado ou dificuldades no ambiente de trabalho.

De acordo com publicação do portal Geledés de 2013, as demonstrações de racismo e xenofobia aconteceram, inclusive, vindas de colegas de profissão brasileiros. Em Fortaleza, no Ceará, 96 médicos cubanos que haviam acabado de participar do primeiro dia do curso de formação do Sistema Único de Saúde (SUS) foram rechaçados por dezenas de médicos brasileiros, por meio de gritos, xingamentos e vaias. Ainda segundo o portal Geledés, naquela mesma semana em que médicos cubanos estavam sendo recepcionados, uma jornalista do Rio Grande do Norte causou enorme tumulto ao publicar nas suas redes sociais que as médicas cubanas pareciam “empregadas domésticas” (Geledés, 2013).

Em entrevista a este mesmo portal, o mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Felipe Henrique Gonçalves, explicou que a resistência aos médicos cubanos demonstrada em nada tem a ver com qualidade da medicina adotada no país caribenho, mas com outros fatores, como o preconceito com os médicos por serem negros e latinos, além de aspectos corporativistas e elitistas. Em geral, cursos de medicina são caros, e em horário integral, o que torna quase impossível o acesso à profissão para estudantes de baixa renda, e dentro desse público, expressivamente as pessoas negras.

Em seu livro “Racismo Estrutural”, Silvio Almeida discute a interseção entre raça e economia, destacando como a desigualdade econômica muitas vezes reflete e perpetua a desigualdade racial. Ele argumenta que políticas econômicas historicamente discriminatórias têm impactado desproporcionalmente comunidades racializadas, criando e mantendo um ciclo de pobreza e marginalização. Almeida (2019) enfatiza a importância de abordar tanto a discriminação racial quanto as desigualdades econômicas para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

O autor critica a ideia de meritocracia como uma justificativa para as desigualdades raciais no mercado de trabalho. Ele argumenta que, embora a meritocracia sugira que as pessoas avancem com base em seus méritos individuais, ela ignora os obstáculos estruturais e sistêmicos que dificultam o avanço de grupos

racializados. Almeida (2019) enfatiza que as políticas discriminatórias históricas e as disparidades socioeconômicas presentes continuam a influenciar a distribuição de oportunidades, tornando a meritocracia uma ideologia inadequada para explicar as desigualdades raciais.

> No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p.55-56)

Para ampliar o entendimento sobre o cenário de exclusão da população negra no mercado de trabalho brasileiro, estabelecemos um comparativo através de levantamentos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Para efeitos de análise, usaremos os dados do ano de 2000, na virada do século 20 para o 21, e período em que ainda não havia no país políticas públicas voltadas à população negra, e de 2023, que apresenta a realidade atual.

O levantamento de 2000 do DIEESE traz dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), de 1997, que apontam maior proporção de pessoas pretas e pardas nos ramos de atividade ligados à agricultura e construção civil. Enquanto apenas 19,1% dos brancos exerciam atividade agrícola, 21,2% da população preta e 31,8% da população parda exercia a mesma atividade. O segmento de construção era ocupado por apenas 5,6% do total de brancos, mas empregava quase 10% de toda a população preta e 7,6% do total de pardos (DIEESE 2000).

Apenas 6,1% de toda a população branca do país exercia serviços domésticos. Em contrapartida, quase 15% de toda a população preta atuava nesta atividade e 8,8% do total de pardos. Na outra ponta, do total de brasileiros brancos naquele período, 5,6% eram empregadores, ou seja, donos dos meios de produção. Números bem mais significativos do que entre os pretos e pardos, já que apenas 1,3% da população preta era proprietária de alguma empresa e somente 2,1% do total das pessoas pardas eram donas do seu próprio negócio (DIEESE 2000).

Mais de duas décadas depois, anos após a implementação de políticas governamentais que inserem mais pessoas negras em universidades, dando

oportunidade a exercerem trabalhos que exigem maior qualificação, o levantamento do DIEESE apresenta mudanças, mas também aponta disparidades. Separando entre mulheres e homens negros e mulheres e homens não negros, o estudo aponta que as pessoas negras ainda são maioria nas atividades agrícolas e de construção civil.

Segundo levantamento do PNAD do 2º trimestre de 2022, em profissões mais exercidas pelo sexo masculino, 14,1% do total de homens negros atuavam no segmento agropecuário enquanto 10,5% do total de homens não negros exerciam a mesma ocupação. No segmento de construção, os números são parecidos, enquanto 14,8% da totalidade de homens negros exercem atividades nessa área, o percentual é de 10,2% do total de homens não negros. Já no serviço doméstico, em que as mulheres são maioria, 16,3% do total das mulheres negras exercem essa atividade em 2022. Entre o total de mulheres brancas, o percentual é bem menor, 8,7% (DIEESE, 2023).

A teoria de Collins (2019) sobre "imagens de controle" oferece um olhar importante, que apesar de ter sido inspirado em mulheres norte-americanas, pode ser contextualizado para analisar a situação das trabalhadoras domésticas negras no Brasil. Collins argumenta que imagens estereotipadas são usadas para controlar e oprimir grupos marginalizados, reforçando desigualdades de poder. Sales e Nunes (2021) trazem elementos que complementam o conceito da autora ao dizer que essas representações seguem a padrões específicos da cultura. Segundo elas, o sistema de poder que as sustenta possui estratégias de dominação que propaga as imagens de controle de maneira que culpabilizam as mulheres negras pelas injustiças sociais em que estão inseridas.

Segundo as autoras, algumas imagens de controle sobre as mulheres as definem como *Mammy*, *Matriarca e Jezebel*. A imagem da *Mammy,* por exemplo, refere-se à mulher negra que trabalha para elites familiares brancas. Conforme Bueno (2020), a imagem da Mammy sustenta a lógica de fixação das mulheres negras no trabalho doméstico e a intenção por trás dessa imagem é manter as mulheres submissas a esse lugar, sendo fomentada pela ideologia dominante desde o período da escravidão. No contexto das trabalhadoras domésticas negras, essas imagens podem retratá-las como subservientes e sem ambição, perpetuando assim a exploração e a discriminação no local de trabalho.

> Criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico, a imagem da mammy representa o padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral. Ao amar, alimentar e cuidar dos filhos e das “famílias”

> brancas melhor que dos seus, a mammy simboliza as percepções do grupo dominante sobre a relação ideal das mulheres negras com o poder da elite masculina branca. Mesmo que seja querida e tenha autoridade considerável em sua "família" branca, a mammy conhece seu "lugar" como serviçal obediente. Ela aceita sua subordinação. (COLLINS, 2019, p.155)

Especificamente sobre a realidade do Brasil, a autora Lélia Gonzáles (2020) acrescenta que o processo de exclusão é reforçado por dois outros papéis que são atribuídos às mulheres negras: "domésticas ou mulatas". O termo "doméstica" se refere ao lugar natural em que a mulher negra teria condições de atuar, como empregada, merendeira na rede escolar, servente em rede de supermercados, na rede hospitalar, etc. Já o termo "mulata" tem o propósito de objetificação da mulher negra brasileira como produto de exportação. Segundo a autora, esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula com todo um processo distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira.

Conforme Birolli e Miguel (2015), a intersecção da opressão entre raça e classe, somada à opressão de gênero, explicam a situação que os números dos institutos de pesquisa apontam e que colocam mulheres negras em posições desfavoráveis em comparação a outros grupos. O avanço de pautas feministas na segunda metade do século 20 permitiu que mulheres brancas alcançassem postos de trabalho antes ocupados exclusivamente por homens. Segundo os autores, mulheres brancas e altamente escolarizadas passaram a ter acesso em carreiras na medicina, na arquitetura, na engenharia e outras mais prestigiadas. Em outro polo, mulheres negras, jovens e pouco escolarizadas, acabaram indo para o trabalho doméstico remunerado, atividade em que, no caso brasileiro, muitas das primeiras se apoiaram para que se tornasse possível sua atividade profissional.

> Como os mecanismos de opressão que assim se organizam não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar, como destaca Bell Hooks (1984), na posição de oprimidas e na posição de opressoras. Assim, a escalada de algumas mulheres a posições de maior remuneração e de comando na política ou no mundo empresarial, mantidas as hierarquias de raça e de classe, não corresponde a alterações nas vidas de tantas outras, nem anula a efetividade das relações de dominação masculina que incidem sobre elas. (BIROLLI E MIGUEL, 2015, p.46)

Almeida (2019) também abordou a situação das trabalhadoras domésticas negras dentro do contexto do racismo estrutural brasileiro. Ele destaca como essas mulheres enfrentam uma série de desafios e discriminações devido à interseção de

raça, gênero e classe social. Almeida discute como o sistema econômico e social do Brasil perpetua essas desigualdades, impactando negativamente a vida dessas trabalhadoras.

> A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” – aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital. –, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas “universais” de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo. (ALMEIDA, 2019, p.114)

Almeida (2019) destaca que a narrativa da democracia racial no Brasil contribui para a perpetuação das desigualdades econômicas que atinge homens e mulheres negros, fazendo com que a miscigenação seja aceita inclusive pelas classes dominantes como característica básica da identidade nacional, mas ocultando os privilégios obtidos pelos brancos. O predomínio da ideologia da democracia racial e da ideologia do branqueamento pode ser apontado como um dos fatores que dificultou à implementação de um movimento de massa mais aguerrido, como nos Estados Unidos, por parte da população negra, e que serviu como base do racismo à brasileira, caracterizado por silenciar a opressão racial.

> será por isso que parte da sociedade não verá qualquer anormalidade na maioria das pessoas negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção, residirem nas áreas periféricas nas cidades e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado. A institucionalização das diferenças raciais e de gênero garante que o trabalho seja realmente submetido ao capital, uma vez que o racismo retirará do trabalhador qualquer relevância enquanto indivíduo. No mundo – racista –, o negro não tem condição de reivindicar um tratamento igualitário ou de exigir que suas diferenças sejam respeitadas; o tratamento dispensado ao trabalhador e até mesmo as suas diferenças são dele ou do que venha a achar de si mesmo. (ALMEIDA, 2019, p.111)

A democracia racial faz com que a sociedade naturalize as desigualdades e a sociedade se pergunte, será que o Brasil é um país racista? Segundo Munanga (2017), pessoas mais esclarecidas até aceitam a tese do racismo existir no país, mas não se reconhecem. O autor traz uma pesquisa do Instituto Datafolha, de 1995, que aponta que

89% dos brasileiros até admitem a existência de racismo no Brasil, mas apenas 10% admitem conhecer alguém racista ou ter sido racista em alguma ocasião. Mas como pode existir racismo sem racistas? Os números não fecham. Mas a própria pesquisa traz um dado contundente que ajuda a entender essa divergência.

> Ao se questionar os pesquisados se não se importariam que suas filhas se casassem com uma pessoa negra, as respostas revelaram contradições até ente aqueles que declararam não serem racistas, na medida em que não viam com bons olhos o casamento inter-racial entre pessoas brancas e negras. Mostrando preocupação com a chegada de descendentes mestiços, que também sofreriam preconceito por parte da sociedade, eles reprovaram a união inter-racial, deixando clara a ambiguidade que permeia a apologia da mestiçagem como símbolo da identidade nacional brasileira. (MUNANGA, 2017, p.35)

A suposta democracia racial brasileira e a ideologia do branqueamento agem de forma tão eficaz, que confundem inclusive as próprias vítimas. Conforme Souza (2022), a ideologia do branqueamento pode fazer as pessoas acreditarem que a sua respectiva exclusão social está ligada à cor da pele, desviando a atenção da verdadeira raiz do problema: a maneira como a classe dominante se beneficia do racismo estrutural para manter seu poder e privilégio. Isso pode agir na psiquê das vítimas e levá-las a buscar um ideal de branqueamento como uma forma de tentar escapar dessa exclusão, criando uma barreira subjetiva à formação de uma visão histórico-crítica contra o racismo e contra as opressões do capitalismo sobre as pessoas negras.

> Mesmo nas mentes de muitas das vítimas do racismo houve a penetração da ideia de que as precárias condições socioeconômicas de suas vidas não estariam ligadas à base econômica da sociedade e sim ao fato de serem negras. Esse processo de inferiorização se materializou, em termos subjetivos e objetivos, na adoção por parte de muitas pessoas negras do branqueamento biológico, do branqueamento estético e do branqueamento cultural, como forma de suplantarem as barreiras raciais e se inserirem, em melhores condições, na sociedade competitiva brasileira (MOURA, 2020; DOMINGUES, 2003; FERNANDES, 2008; IANNI, 2004). Esse movimento foi reproduzido por muitas pessoas negras como forma de entender e atuar sobre a realidade concreta ao longo de todo o século XX, em certo sentido ainda estando presente em nossos dias. (SOUZA, 2022, p. 207-208)

Munanga (1999) complementa o raciocínio ao dizer que o aumento crescente de mestiços na população brasileira faz com que muitas pessoas interpretem que o ideal de branqueamento foi realizado, alimentando a ilusão de sermos brancos no futuro. O autor traz um levantamento feito por Clóvis Moura nos anos 80 para apontar como houve

adesão popular ao mito da democracia racial brasileira e ao ideal de branqueamento. Inquiridos pela pesquisa, os brasileiros entrevistados chegaram a responder que possuíam 136 cores diferentes de pele, desde acastanhada, agalegada até quase negra, sapecada, cor de trigo, entre outras.

> O que significa o total de 136 cores levantadas nessa pesquisa? Emprestando os argumentos do próprio autor citado, esse total de cores demonstra como o brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é branco: "a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificados, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador. (MUNANGA, 1999, p.120-121)

Fanon (2020) nos mostra a assimilação da cultura dominante que se observa na ilha de Martinica, colonizada pela França, mas que pode ser replicada na realidade brasileira pela semelhança. O autor analisa obras de escritores locais e ressalta o desejo latente de pessoas negras se relacionarem com brancas para melhoramento da raça, introjetando na subjetividade valores brancos. Fanon menciona, em exemplos, o interesse de martinicanos negros se casarem com brancos.

> Branquear a raça, salvar a raça, mas não no sentido que se poderia supor: não para preservar a "originalidade do pedaço de mundo em cujo seio elas cresceram", e sim para garantir sua brancura. Sempre que quisemos analisar determinados comportamentos, não conseguimos evitar o surgimento de fenômenos nauseantes. É extraordinária a quantidade de frases, provérbios, diretrizes básicas que regem a escolha de um namorado nas Antilhas. A questão é não voltar a se afundar no meio da negrada, e toda antilhana fará um esforço, em seus flertes ou seus casos, para eleger o menos negro. (FANON, 2020, p.62)

Gomes (1996) complementa, em seus estudos sobre educação e relações raciais, de que forma a complexa questão da ideologia da mestiçagem brasileira e seu impacto na percepção da identidade racial atuam na percepção desde a juventude. Ela argumenta que essa ideologia promove a negação da negritude, incentivando pessoas negras a não aceitarem sua cor e a buscarem negar sua raça. Segundo ela, as relações estabelecidas com os amigos e os contatos com a vizinhança e o próprio ambiente escolar têm grande interferência na formação do sujeito negro.

> Neste espaço aparecem os primeiros apelidos dados pelo grupo de

> colegas, as brigas, os pareceres dos pais, dos amigos e dos conhecidos. Se a violência racial presente em nossa sociedade já exerce influência na própria estrutura familiar dos negros, o que não aconteceria fora do círculo familiar? Nas entrevistas, uma mulher manifestou um enorme desejo de mudar-se do bairro onde mora, como alternativa para se distanciar de uma realidade imediata onde via-se discriminada desde a sua infância. Outras vezes, o efeito destes primeiros contatos resulta, para a menina negra, no início de um longo processo de negação de si mesma e da sua pertinência racial, e como conseqüência, envergonhando-se de seus próprios familiares. (GOMES, 1996, p.75)

Como vimos, em uma sociedade marcada pelo racismo silencioso e difícil de combater, as pessoas pretas e pardas continuam sofrendo diversos tipos de violências e se deparando com a falta de oportunidades. Essas são características de um cenário marcado pela intersecção das opressões de raça, classe e sexo, apesar das políticas públicas implementadas nos últimos anos tentarem minimizar as disparidades entre brancos e negros. A seguir veremos que a realidade vivida pelos negros brasileiros também se apresenta entre imigrantes oriundos do Sul Global, que chegam ao Brasil buscando uma vida melhor.

1.3 – Um olhar mais geral sobre a situação dos imigrantes oriundos de países pobres no Brasil, no período recente da nossa história

A década de 2010 trouxe um cenário de transformação das características de povos que decidem migrar para o Brasil. Essa modificação ocorre em virtude da crise das políticas de recepção a imigrantes em países do Norte Global, como os Estados Unidos e as principais potências capitalistas da Europa, e a crise econômica que abalou os Estados Unidos em 2007. A crise teve reflexos em outras nações com grandes economias, e o Brasil, em bom momento econômico, passou a ser uma alternativa viável durante o período para pessoas que buscavam um refúgio ou mudar de país carregando na mala o sonho de uma vida nova.

Conforme um estudo realizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), publicado em 2021, houve uma significativa mudança na composição racial dos imigrantes que chegam ao Brasil. Diferentemente do final do século 19 e início do século 20, em que a proposta era trazer imigrantes europeus para “branquear” a população, neste novo cenário, a chegada massiva é de imigrantes majoritariamente do

Sul Global, especialmente haitianos e venezuelanos. Em 2011, pretos e pardos representavam apenas 13,9% do total de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro. Em 2020, eles já eram maioria (OBMigra, 2021). A diferença fundamental entre esses dois fluxos migratórios está no contexto histórico, nas motivações por trás da migração e nas formas como esses grupos foram recebidos e integrados na sociedade de destino.

Villen (2015) traz à tona as ideias de Florestan Fernandes para ilustrar que a inserção de imigrantes no mercado de trabalho se colocou historicamente de maneira diferenciada. Dessa forma, o trabalho do imigrante europeu requisitado no final do século 19 e início do século 20, embora também sujeito a contradições, foi priorizado para ocupar os melhores postos em relação aos negros nacionais. Considerando os negros do Sul Global e sua chegada massiva ao Brasil a partir da segunda década do século 21, eles acabam tendo de experimentar as mesmas mazelas e se submeter as mesmas condições impostas aos negros brasileiros, que já se encontram em posições desfavorecidas no mercado de trabalho. Além de sofrerem com outro tipo de preconceito: a xenofobia.

Os imigrantes do Sul Global que chegam ao Brasil muitas vezes enfrentam não apenas dificuldades na obtenção de emprego, mas também enfrentam discriminação em várias outras áreas, como acesso à moradia, educação, serviços de saúde e até mesmo enfrentam o racismo em interações cotidianas. Essas barreiras adicionais podem tornar sua integração e qualidade de vida ainda mais desafiadoras, além de serem submetidos a todas as outras mazelas que as opressões de raça e classe impõem.

Conforme a mídia noticiou, um exemplo que ilustra a violência sofrida por imigrantes negros que depositaram no Brasil a esperança de uma vida nova, mas encontraram tragédia, é caso emblemático de Moïse Kabaganbe. O congolês veio morar no país em 2014 juntamente com a mãe e os irmãos, como refugiado político, para fugir da greve e da fome. Por sobrevivência, precisou se submeter a trabalhos precarizados e, em 2022, atuava sem vínculo empregatício prestando atendimentos em um quiosque da praia da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ). Ao cobrar dois dias de pagamento atrasado ao proprietário do quiosque, Moïse foi espancado até a morte. A violência praticada em ato de extrema covardia, envolveu em alguma medida pelo menos três homens, que portavam pedaços de madeira e um taco de beisebol. Mesmo não oferecendo nenhuma resistência e implorando para que as agressões parrassem, a pancadaria continuou. Amarrado em uma escada, o corpo já sem vida de Moïse foi

abandonado como se fosse lixo, de forma completamente cruel e desumana.

Outro caso emblemático de violência racista e amplamente repercutido pela mídia é um episódio que envolve não diretamente uma imigrante, mas a filha de um imigrante africano, que estudava em uma escola de elite da Zona Sul do Rio de Janeiro. Em 2020, a então adolescente Ndeye Fatou Ndiaye foi vítima de humilhações e ofensas praticadas pelos próprios colegas, que trocavam mensagens de cunho ofensivo a respeito da sua cor de pele em aplicativos de conversa. Segundo publicação do jornal Correio Braziliense, entre o conteúdo racista, havia mensagens que diziam "para comprar um negro, só com outro negro mesmo"; "Quando mais preto, mais preju"; "Dou dois índios por um africano"; "fede a chorume" ou "escravo não pode. Ela não é gente" (Correio Braziliense, 2020).

Em entrevista ao telejornal Bom dia RJ, da TV Globo, o pai da jovem e docente do Cefet/RJ, Mamour Ndiaye, afirmou que as declarações são consequências de um sistema racista construído no Brasil. "Tudo é a questão racial. Porque a pessoa que atira o gatilho, que faz tudo isso, na realidade, faz isso por causa do sistema. O problema não é o CPF, mas o próprio sistema. Eu desconheço algum negro brasileiro que não tenha sofrido racismo", disse Mamour durante a entrevista.

Um sistema que se apresentou excludente no país desde o princípio. De acordo com Costa, Souza e Barros (2019), foi possível observar pelo menos três fases[6] percorridas pelos marcos legais que fixaram as políticas migratórias brasileiras, antes da política migratória atual, que entrou em vigor em 2017. Após a primeira fase ficar caracterizada pelo incentivo à imigração de europeus brancos para, entre outros interesses, substituir o braço do trabalhador escravizado e ocupar territórios de baixa densidade demográfica, já abordados nesta pesquisa, entra em vigor a fase da xenofobia, afetada pela crise na bolsa norte-americana de 1929 e pela maciça participação estrangeira no movimento operário.

Para ilustrar essa política, os autores citam o Decreto 19.482 de 1930, estabelecido logo após Getúlio Vargas assumir o poder nacional. Em uma de suas primeiras decisões ao tomar posse do Governo Provisório - implementado após a Revolução de 1930 - o governo Vargas relaciona os altos índices de desemprego à entrada desordenada de estrangeiros. Diz o decreto:

[6] Conforme Costa, Souza e Barros (2019), a política migratória brasileira pode ser classificada cronologicamente pelas fases da xenofilia europeia (1808 a 1930) da xenofobia (1930 a 1969) e da segurança nacional (1969 a 2017)

> Considerando, também, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social. (BRASIL, 1930).

As normativas que se seguiram mantiveram o entendimento. A Constituição de 1934, além de reforçar a política xenófoba, ainda priorizava o branqueamento ao usar textualmente que a imigração sofreria restrições para fins de "integração étnica". Ainda de acordo com os autores, apenas na Constituição de 1937, com a implementação do Estado Novo, o termo "integração étnica" foi suprimido da Lei. Entretanto, nem de longe essa medida significou o fim do racismo na política migratória brasileira, que se intensificou nos marcos legais seguintes.

> A partir de 1937, após a instauração do Estado Novo, o governo brasileiro – sob o slogan ufanista 'promover o homem trabalhador e defender o desenvolvimento e a paz social do país – encontrou uma fórmula para acobertar uma série de práticas autoritárias e racistas. O conceito político de trabalho – empregado desde as primeiras décadas do século XX pelas autoridades higienistas e eugenistas – foi (re)abilitado pelas autoridades estado-novistas como medida de avaliação social e racial. (CARNEIRO, 2003, p. 265).

Para exemplificar, os autores citam o Decreto Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que manteve a política migratória racista e restritiva e especificando a origem europeia como ideal para imigração. Oliveira (2020) ressalta que, a partir dos anos 1940, os fluxos migratórios internacionais deixaram de ser relevantes na agenda nacional. O Decreto Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, ajuda a compreender essa mudança ao reforçar a importância de proteger o trabalhador nacional e desenvolver a imigração apenas quando for fator de progresso para o país. Apesar de não serem mais tão benvindos como eram, os imigrantes europeus ainda eram a preferências. No Art 1°, o decreto diz: "Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional" (BRASIL, 1945).

Mas já no Art. 3° fica evidente que as facilidades já não são as mesmas de outros tempos:

> A corrente imigratória espontânea de cada país não ultrapassará, anualmente a cota de dois por cento sôbre o número dos respectivos nacionais que entraram no Brasil desde 1º de janeiro de 1884 até 31

> de dezembro de 1933. O órgão competente poderá elevar a três mil pessoas a cota de uma nacionalidade e promover o aproveitamento dos saldos anteriores. (BRASIL, 1945)

Conforme Costa, Souza e Barros (2019), a terceira fase da política de migração brasileira, a fase da segurança nacional, passou a vigorar a partir de 1969 e alcançou o seu auge em 1980, quando foi promulgado o Estatuto do Estrangeiro. Assinado pelo presidente João Batista Figueiredo, por meio da Lei n° 6.815/80, o estatuto vigorou por 37 anos ditando as regras legais da política migratória do país. O Brasil estava sob um regime militar, e o estatuto foi validado como parte das políticas de segurança nacional e controle migratório. O regramento foi projetado para regular a entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros.

> Um fato que deixa claro como a legislação considera os imigrantes como elementos potencialmente perigosos é o atendimento das questões referentes à imigração e estrangeiros ficar a cargo de um órgão de segurança pública, a Polícia Federal, ao invés de um órgão especializado, como seria o mais adequado a um Estado Democrático de Direito.....A expulsão poderia decorrer de mera infração administrativa ou da condição social, não estando relacionada necessariamente à prática de infração penal: é prevista a aplicação da medida expulsória para aqueles que violarem dispositivos do Estatuto ou se entregarem à vadiagem ou mendicância. (COSTA, SOUZA e BARROS, 2019, p.178-179)

Os principais artigos desse Estatuto deixam claro a preocupação com o protecionismo e aspectos de natureza militar, confirmada pela expressão “em tempo de paz”, atribuindo questões específicas para que as leis tivessem validade. Outro ponto importante é a priorização do interesse nacional bem destacado no documento. Diz o Art. 1º: “Em tempos de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais” (BRASIL, 1980). O Art. 2° segue a mesma linha protecionista: “Na aplicação dessa lei atender-se-á, principalmente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem como à defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1980).

Claro (2020) ressalta que, ao longo dos 141 artigos originais, o Estatuto do Estrangeiro mencionava a preocupação com a segurança nacional em cinco deles. Segundo a autora, os interesses nacionais, terminologia obscura que dependia das oscilantes políticas de governo e de Estado anteriores à redemocratização, eram expressamente mencionados em 10 artigos, enquanto os direitos dos imigrantes

ficavam limitados aos direitos de defesa daqueles que seriam expulsos do país: ”[...] o Estatuto do Estrangeiro dispensava um tratamento ao imigrante que se distanciava da dignidade humana, pois negava-lhe direitos básicos, como os relativos à manifestação de pensamento e o direito a reunião.” (Simioni e Vedovato, 2018, p.34, apud, Claro 2020, p.46).

Diante de políticas migratórias tão restritivas impostas pelo Estatuto do Estrangeiro, conforme pesquisa do OBMigra (2021), já na primeira década do século 21, houve a assinatura do Acordo de Residência do Mercosul. Por meio desse acordo, estrangeiros de países membros teriam direito à residência, trabalho e seguridade social no Brasil. E, posteriormente, essas medidas foram ampliadas a países associados ao bloco. Foi por meio dessa medida que se tornou possível a chegada em massa de imigrantes do Sul Global, a partir do fluxo migratório da década de 2010, mesmo não havendo ainda no Brasil uma legislação mais flexível à chegada de estrangeiros.

> Dentre as medidas adotadas para superação das limitações legais do Estatuto do estrangeiro é possível elencar: o Decreto 6.893/2009, que permitia a regularização, num prazo de 180 dias, aos cidadãos que tivessem ingressado no país até 01/02/2009; a emissão das Resoluções Normativas 77/2008 e 93/2010, que, respectivamente, concediam autorização de permanência ao companheiro ou companheira, em união estável, independente do sexo, e visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima de tráfico de pessoas; o Acordo de Residência do Mercosul; e a acolhida humanitária aos haitianos (Resolução Normativa do CNIg nº 97/2012) e venezuelanos (Resolução Normativa CNIg nº 126/2017), entre outros avanços que estavam na contramão das medidas restritivas dos países europeus, dos Estados Unidos e do próprio marco legal brasileiro (OLIVEIRA, 2020).

Somente anos mais tarde, o Brasil estabelece um novo marco normativo que define regras nacionais de proteção migratória. Em 24 de maio de 2017, aprovou-se o novo marco legal das migrações no país. A Lei 13.445/17 (Lei de Migração) foi promulgada sob o pilar da garantia dos direitos dos imigrantes e emigrantes. Esse dispositivo legislativo foi comemorado por acadêmicos e diversos atores estratégicos da sociedade civil: “trata-se de um evento de extrema relevância na década, pois substituiu o anacrônico Estatuto do estrangeiro (OBMigra 2021)”.

Conforme Claro (2020), a Lei de Migração menciona amplamente, e de forma positiva, a adoção de políticas públicas voltadas aos imigrantes no sentido de alcançar os direitos previstos na própria lei e na Constituição Federal de 1988. Em seus princípios norteadores, a lei se apresenta completamente diferente dos regimentos anteriores ao prever repressão e prevenção de xenofobia, racismo e quaisquer formas de

discriminação, a não criminalização da imigração, o acesso igualitário e livre dos migrantes a programas, serviços e benefícios sociais e a igualdade de tratamento e oportunidade.

> A Lei de Migração, que revogou o Estatuto do Estrangeiro, difere dele em forma e conteúdo. Enquanto o estatuto partia do pressuposto de que o imigrante era o “outro”, o “estranho”, e recaíam sobre ele restrições de direitos baseadas em segurança nacional e interesse público, a lei é alicerçada na garantia e promoção dos direitos humanos, e contém linguagem mais positiva do que a do Estatuto. Essa diferença crucial entre os fundamentos do revogado estatuto e da lei em vigor é refletida desde o título da nova legislação até a sua essência, representando uma mudança de paradigma entre a perspectiva do interesse e da soberania nacionais para o viés de direitos humanos da pessoa migrante. (CLARO, 2020, p.51)

Apesar do Acordo de Residência do Mercosul e da Lei da Migração terem estabelecido bases legais mais sólidas para a integração de imigrantes no Brasil, a realidade atual ainda apresenta desafios significativos em relação às oportunidades profissionais. Questões como a concentração de oportunidades em setores específicos dificultam a plena inserção no mercado de trabalho, principalmente para imigrantes oriundos do Sul Global. Com as mudanças na problemática do fluxo migratório, a dinâmica da ocupação profissional se recolocou.

Antes que os institutos de pesquisa conseguissem aferir a chegada massiva de imigrantes do Sul Global, no demonstrativo do OBMigra, o perfil educacional do trabalhador imigrante em 2011, era, em sua maioria, de ensino superior completo, o equivalente a 51,9%. Já imigrantes com ensino médio completo totalizavam 27,1%. O retrato de 2021, dez anos depois, se inverteu. O número de profissionais estrangeiros com curso superior caiu para 21,2% e com nível médio pulou para 47,5%. Houve também uma crescente vinda de trabalhadores imigrantes com escolaridade abaixo do nível médio completo, de 5,8% para 12,3% no mesmo período de 10 anos. Quando se considera o recorte racial, em 2020, apenas 3,8% dos imigrantes pretos e 21,2 % dos pardos chegam ao país com curso superior, enquanto esse número salta para 41,2% entre os brancos (OBMigra, 2022). Apesar dos dados, Villen (2015) ressalta que atualmente há muitos imigrantes e refugiados, provenientes de países periféricos, com perfil considerado qualificado em relação a nível de escolaridade, competência técnica, experiência de trabalho, proficiência de língua e outros fatores, que para conseguirem ingressarem na sociedade capitalista brasileira, inserem-se em postos de trabalho que não exigem formação.

Embora a legislação estabeleça mecanismos de proteção aos imigrantes, por

mais que eles contem com uma formação profissional superior, acabam geralmente descendo na escala laboral, no momento de incorporação ao mercado de trabalho. De acordo com Sayad (2001), essa realidade pode ser compreendida a partir de uma relação inseparável entre técnica e social. Ainda que tecnicamente o imigrante tenha uma formação profissional específica, socialmente será considerado um trabalhador sem qualificação, pois só existe para o estado nacional no momento que atravessa a fronteira. Dessa forma, todo esforço dos imigrantes do Sul Global para obter qualificação em seus países de origem, acaba sendo descartado assim que eles pisam em terras brasileiras. De 2011 a 2021, o número de trabalhadores que atuam em áreas que exigem menos anos de estudo teve crescimento significativo, conforme aponta o estudo do OBMigra de 2021.

> O crescimento em números absolutos de cerca de três vezes em termos de ocupações se distribuiu muito mais intensamente justamente nos grupos ocupacionais de menores rendimentos, como os casos dos Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (426%), Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca (697%), e, sobretudo, dos Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, que são classificados em duas categorias na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tendo a primeira crescido 7 vezes o seu tamanho inicial e a segunda 21 vezes, ao passar de 1,4 mil, em 2011, para 27,9 mil, em 2021. Somadas, as quatro categorias representaram um acréscimo, entre 2011 e 2021, de 106,1 mil trabalhadores ao total, ou seja, quase 85% do incremento total observado no período, correspondente a 125,6 mil. (OBMigra 2021)

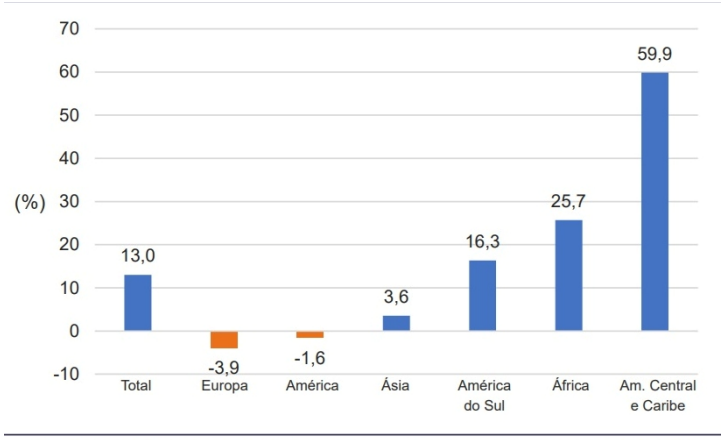
Apesar das pesquisas acadêmicas já existentes se debruçarem bastante sobre o trabalho formal dos imigrantes que chegam ao Brasil, o estudo sobre a informalidade ainda é incipiente. Para efeito comparativo, o Caderno OBMigra analisou os dados do Censo Demográfico de 2010, que captura dados anteriores do início do fluxo migratório de estrangeiros do Sul Global, com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, que captura informações em um período que a vinda de imigrantes de países africanos e sul-americanos já está bastante consolidada.

O que a comparação desses estudos aponta é um significativo aumento na informalidade. Os dados do Censo Demográfico 2010 sinalizavam que 26% dos trabalhadores imigrantes atuavam sem carteira assinada e esse percentual subiu para 33% na pesquisa PNAD 2015. Com relação aos tipos de ocupação, trabalhadores informais em áreas que exigem menos qualificação como serviços e vendas aumentaram de 21,7% para 29,3% e na área da indústria de 22% para 30,6%. Em contrapartida, profissionais informais das ciências e intelectuais registraram uma ligeira

queda de 15,7% para 14,9% no comparativo entre as duas pesquisas. (OBMigra, 2020)

O relatório anual publicado em 2021 pelo OBMigra mostra um panorama da transformação do cenário de trabalhadores imigrantes no Brasil nesse recorte de dez anos. Além de apresentar um crescimento de 13% no período, o estudo aponta uma diminuição percentual de trabalhadores imigrantes do Norte Global e um expressivo aumento sobretudo da África e América Central, como mostra o gráfico abaixo:

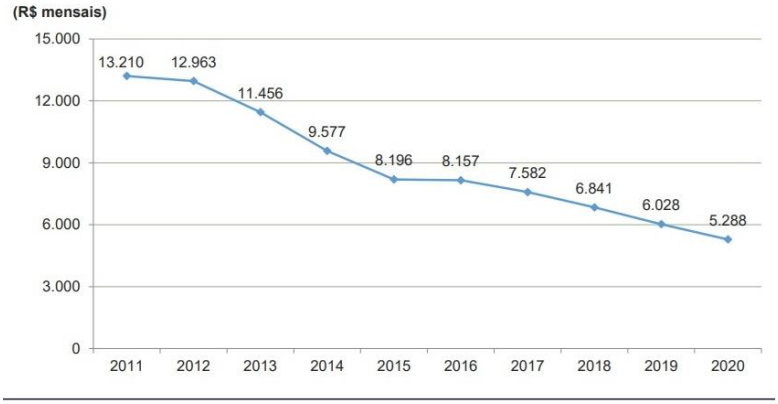
Gráfico 1. Taxas médias anuais de crescimento do número de trabalhadores imigrantes no Brasil (2011 a 2021)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2021.

À medida que muda o retrato dos trabalhadores imigrantes no Brasil, observa-se uma flagrante mudança no rendimento salarial, com repercussão imediata na subsistência e na qualidade de vida. Conforme demonstram Neto e Simões (2021) o valor médio mensal caiu mais da metade neste período representado, saltando de R$ 13,2 mil em 2011 para R$ 5,3 mil em 2020, valor que representa apenas 40% do marco anterior, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2. Rendimento médio mensal real do total de imigrantes no mercado de trabalho formal (2011 a 2020)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.
Nota: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para junho/2022.

Entretanto, além da redução significativa na média salarial, o que chama a atenção não é somente a queda salarial no período, mas a disparidade na remuneração conforme a origem do imigrante. Para se ter uma ideia desse abismo, enquanto em 2021 a média salarial de um imigrante oriundo da Europa era de cerca de 17 mil reais e da América do Norte 20 mil reais mensais, trabalhadores formais oriundos da África recebiam em média R$ 3,2 mil e da América Central e Caribe, menos ainda, cerca de R$ 2,1 mil, valor que, muitas vezes, precisa ser suficiente para sustentar uma família numerosa de pessoas. (OBMigra, 2021)

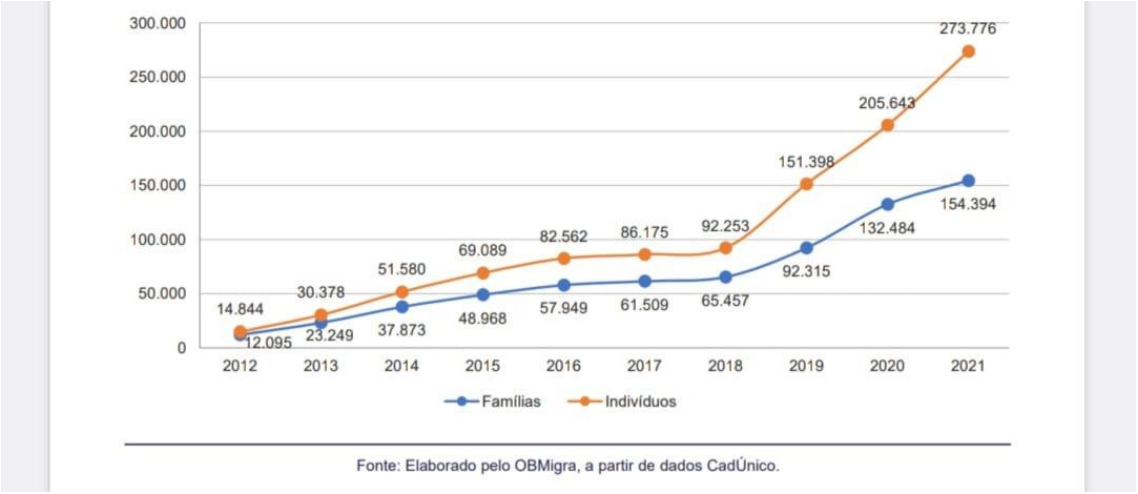
Além disso, também é possível identificar um avanço no número de imigrantes que apresentam a necessidade de obter benefícios sociais para garantir a subsistência. Uma das saídas é se inscrever no Cadastro Único do governo federal, programa criado em 2001 para auxiliar pessoas de baixa renda. Conforme a pesquisa do OBMigra de 2021, a partir de dados extraídos do Ministério da Cidadania, o número de imigrantes inscritos no CadÚnico saltou de pouco mais de 14,8 mil em 2012 para mais de 273 mil em 2021, justamente no período do fluxo intenso de imigrantes do Sul Global chegando ao país.

> O entendimento sobre a pobreza e vulnerabilidade existentes entre os imigrantes é um tema de extrema relevância, tendo em vista o contexto de intensificação nos fluxos de entrada para o Brasil de imigrantes de

> países pobres e o crescimento nos números de solicitações de refúgio observados na última década no Brasil. Diante dessa intensificação na entrada de imigrantes para o país, e da situação de vulnerabilidade em que se encontram muitos dos imigrantes que vêm para o Brasil, a Política de Assistência Social exerce um papel fundamental na qualidade de vida desse público. (OBMIGRA 2021, p.87)

O gráfico a seguir ilustra esse crescimento substancial de imigrantes que buscam benefício do governo para garantir a subsistência.

Gráfico 3. Número de imigrantes inscritos no CadÚnico (Brasil, 2012 a 2021)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

No que diz respeito ao acesso à educação, o aumento significativo de imigrantes provenientes do Sul Global nas escolas brasileiras nas últimas décadas reflete o impacto do fluxo migratório dos anos 2010. Essa diversificação cultural tem enriquecido o ambiente educacional, proporcionando uma troca de experiências e conhecimentos entre alunos de diferentes origens. No entanto, também apresenta desafios, como a necessidade de adaptação curricular para atender às necessidades específicas desses estudantes e promover a inclusão social em um contexto de crescente diversidade étnica e cultural.

De acordo com o relatório anual do OBMigra de 2020, que se debruçou especificamente sobre esse tema, sabe-se que, apesar da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) defender que a educação escolar pública deve ser um direito garantido a todos (Brasil, 1996), vários são os desafios que os imigrantes em idade escolar enfrentam tanto no acesso quanto na permanência nas escolas. Falta de documentação, domínio do idioma, xenofobia e ausência de suporte por parte do Estado são algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias de imigrantes. Além disso, esses imigrantes acabam ingressando, em geral, em escolas menos estruturadas para recebê-los

> O fluxo de imigrantes no Brasil se intensificou na última década e esse fato pode ser observado quando considerado o número de estudantes imigrantes nas escolas do país. De forma geral, o aumento observado é de 195%, passando de 41.916 para 122.900 estudantes no período de 2010 a 2020.Verificou-se que, como esperado, as escolas públicas com maior número de imigrantes situam-se em locais com baixa renda e em regiões periféricas das cidades. (OBMigra 2020)

Nesta última parte do capítulo 1, exploramos as transformações nas políticas migratórias brasileiras desde o final do século 19 até os dias atuais, destacando as mudanças significativas que ocorreram em relação aos direitos legais concedidos aos imigrantes. Observamos que, embora essas políticas tenham evoluído para garantir uma maior inclusão e proteção legal para os migrantes, as condições financeiras e de qualidade de vida dos imigrantes oriundos do Sul Global no capitalismo brasileiro permanecem desafiadoras e substancialmente inferiores em comparação com a população branca. Essa disparidade reflete não apenas questões econômicas, mas também revela as profundas raízes do racismo estrutural que continuam a influenciar a vida dessas pessoas. Diante dessas realidades, é imperativo não apenas continuar a promover políticas migratórias mais inclusivas, mas também abordar de forma proativa as desigualdades sistêmicas que perpetuam essas disparidades, visando alcançar uma verdadeira igualdade e justiça para todos.

2 – A jornada de senegaleses e haitianos em busca de oportunidades

Neste capítulo, abordaremos a imigração de senegaleses e haitianos para o Brasil, destacando as motivações e contextos que moldam essas movimentações migratórias. De acordo com Patarra (2006, p.7) as migrações internacionais podem ser pensadas em aspectos macroestruturais de reestruturação produtiva, mas também em uma esfera mais particular, em que as pessoas que decidem ou precisam migrar buscam por cidadania, direitos diversos, qualidade de vida, além de outros elementos importantes na contemporaneidade. Dessa forma, é importante ressaltar aspectos que caracterizam essas duas nações, Senegal e Haiti, considerando os recortes de raça e as motivações nesse processo migratório, além da escolha pelo Brasil como nova morada.

Para Sayad (1998), as migrações são fatos sociais totais que requerem um olhar no mundo de origem e no mundo de destino dessas pessoas.

> Sayad (1998, p. 15) ressalta que a única concordância na comunidade científica a respeito da imigração é que ela é —um fato social completo e, como tal, coloca-se em um ponto de inter-relação entre as diversas disciplinas do campo das Ciências Sociais. O movimento migratório constitui um deslocamento que se dá num espaço não apenas físico, mas, sobretudo, em —[...] um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...]. O autor considera que, para falar-se da imigração, —fato social total, deve-se situá-la na sociedade como um todo, numa perspectiva histórica e, também, do ponto de vista das estruturas presentes na sociedade e em seu funcionamento. (BARBOSA, 2015, p. 83-84)

Joseph (2023) salienta a mudança significativa ocorrida no perfil das pessoas imigrantes que chegaram ao Brasil. O autor destaca algumas das razões para esse novo retrato migratório ocorrido especialmente após a virada do século. Segundo ele, é importante salientar o fato de o país possuir um importante papel de liderança geopolítica e econômica entre as nações do Sul Global, além de representar uma porta de entrada para cruzar fronteiras entre a América do Sul e América Central, com o objetivo de chegar ao México rumo aos Estados Unidos.

Segundo ele, também vale frisar as restrições impostas pelas leis migratórias dos países do Norte Global e a hipervigilância de suas fronteiras, além da ideia de que

o Brasil seria um novo Eldorado de trabalho (pelo menos até 2015, quando se acentua uma crise econômica). Outro fator que deve ser mencionado, segundo o autor, é oferta de saúde e educação gratuitas, realidades bastante diferentes dos países originários desses imigrantes. E entre todos esses supostos predicados, também se destaca a propaganda do Brasil como um país de democracia racial, mesmo sendo um mito. Cenário que apresentou novos desafios, com episódios de racismo e xenofobia.

> No período de 2000 a 2010, conforme dados organizados por Oliveira (2017, p. 143), intensificou-se o fluxo migratório de pessoas negras vindas, principalmente, do Haiti, Senegal, Congo e Bangladesh. Esses imigrantes, diferentemente dos europeus que migraram no início do século XX, receberam manifestações preconceituosas e racistas da mídia ou de setores conservadores da sociedade, classificando-os como invasores, ameaças à segurança nacional e, até mesmo, exigindo que fossem deportados e ocorresse ao fechamento da fronteira (SANTOS, 2022, p.24)

A xenofobia cria uma disputa dicotômica. Steffens (2016) destaca a xenofobia como resultado da definição social de dois grupos – “eles” e “nós”. Segundo ela, essa construção é sustentada e estimulada pela organização geopolítica do espaço mundial em fronteiras rígidas, que supõem pessoas que nasceram separadas por linhas imaginárias são fundamentalmente diferentes. A autora traz ainda conceito de Wimmer (1997) para apontar que a xenofobia não apenas serve para reassegurar identidades, mas também de embate político sobre quem tem direito de ser cuidado pelo Estado e pela sociedade. Uma luta pelos bens coletivos do Estado-nação moderno.

> O aumento de intensidade das migrações no mundo atual faz com que a dicotomia “eles” / “nós” seja fortemente baseada na xenofobia em escala global, manifestada em visões pejorativas, discriminação no acesso a oportunidades, e no extremo da violência xenofóbica. O “outro-estrangeiro” é caracterizado como tal sobretudo se não é branco e possui origens indígenas, afro-latinas ou afrocaribenhas. (STEFFENS, 2016, p.8)

Ribeiro e Baeninger (2024) destacam que, à medida que o fenômeno migratório de países do hemisfério sul para outros países do Sul Global se intensificou, aumentaram também as manifestações contra imigrantes não-brancos, que são recorrentemente desqualificados e tratados como inferiores, não apenas no Brasil, mas também nele. Os autores explicam que, apesar de serem conceitualmente bastante diferentes, a xenofobia e o racismo frequentemente são sobrepostos, resultando no

xenorracismo[7], uma xenofobia que carrega toda a carga de racismo construído historicamente.

> esta é apenas uma das faces do preconceito no País: migrantes transnacionais não-brancas/os no Brasil revelam-se ainda mais marginalizadas/os que pretas/os e pardas/pardos brasileiras/os. São inúmeras as adversidades enfrentadas por essas/es migrantes, para que elas/es possam se estabelecer junto às sociedades receptoras. Esta realidade lança por terra os mitos de receptividade — a suposta cordialidade — como um elemento da cultura brasileira, revelando a situação de vulnerabilidade suportada por migrantes transnacionais. (RIBEIRO E BAENINGER, 2024, p.48)

Os autores destacam ainda que o xenorracismo se concretiza no olhar e cada vez mais revela-se presente nas falas e atitudes para com os migrantes, marcando as experiências de suas vítimas. Ainda segundo Ribeiro e Baeninger (2024), as dificuldades são ampliadas quando considera-se o idioma, cujo aprendizado se impõe como barreira para as diversificadas frentes da vida do imigrante, contribuindo para dificultar ou impossibilitar a sua integração. Os autores apontam uma saída para que os imigrantes consigam se fortalecer diante de episódios de xenorracismo.

> Como contraponto, o orgulho de suas origens pode ser recurso utilizado para resistência de migrantes vítimas de xenorracismo. Muitas vezes, ele é usado como ferramenta de luta, porque a identidade cultural e geográfica é parte do que elas/es são e, como não querem ser assimiladas/os, fortalecer esse orgulho é uma forma de existir e resistir. (RIBEIRO E BAENINGER, 2024, p. 52)

2.1 - Senegal: contextualização da influência do colonialismo e do capitalismo para os históricos fluxos migratórios

Senegal, localizado na região ocidental da África, tem uma história rica e multifacetada que remonta a séculos antes da colonização europeia. Antes da chegada dos europeus, o território era habitado por diversos reinos e impérios, como o Império de Gana e o Império de Mali, que desempenharam papéis cruciais no comércio

[7] O conceito de xeno-racism foi cunhado no início dos anos 2000 pelo romancista srilankês e então diretor emérito do Institute of Race Relations de Londres, Ambalavaner Sivanandan (1932-2018), com vistas à compreensão das dinâmicas contemporâneas da sociedade capitalista britânica diante do fenômeno da migração. A novidade, segundo argumenta, é que este "novo racismo" não se baseia mais, necessariamente, no "código de cores". Para ele, no contexto atual do capitalismo, a xenofobia passa a "denegrir" (denigrates) os migrantes pobres de diversas origens "raciais" em busca de asilo, reificando-os, antes de segregá-los e expulsá-los dos países centrais

transaariano. Santos e Brum-de-Paula (2020) destacam que Senegal acompanha a realidade da África de uma maneira geral e apresenta grande diversidade linguística, explicada pelo encontro de civilizações. As línguas nativas são derivadas dos mais variados grupos que habitaram a região antes da colonização europeia, sendo o *wolof*[8] como a principal delas. Muitos nativos do país também falam o árabe clássico, sobretudo a parcela da população que professa a fé islâmica, e a língua francesa, que embora seja a língua oficial do Senegal, é mais falada na capital Dakar.

De acordo com Santos e Brum-de-Paula (2020), atualmente Senegal tem uma população de aproximadamente 15 milhões de habitantes, onde quase metade das pessoas vive abaixo da linha da pobreza, de acordo com dados do *The World Fact Book* (2019). O país frequenta a lista das 50 nações menos desenvolvidas do mundo. Ao longo de sua história, Senegal tornou-se um ponto estratégico para o comércio de pessoas escravizadas e de diversos produtos, com a chegada dos colonizadores portugueses, franceses e holandeses a partir do século XV. A presença europeia intensificou-se ao longo dos séculos, culminando na colonização francesa no século XIX, que moldou profundamente a estrutura política e econômica do país.

Conforme Dias (2021), a colonização francesa no Senegal teve impacto profundos em diversos aspectos da vida do país. A imposição da língua e dos valores franceses enfraqueceu as tradições culturais africanas. O sistema educacional colonial focava em formar uma elite que servisse aos interesses franceses, desconsiderando as necessidades e conhecimentos locais. Além disso, a economia foi estruturada para beneficiar a metrópole, com a exploração de recursos naturais e a imposição de monoculturas voltadas para exportação, prejudicando a diversificação econômica e a autonomia. Esses fatores contribuíram para a perpetuação de desigualdades e desafios no desenvolvimento socioeconômico do Senegal.

> A experiência do domínio colonial demonstra que, na tentativa de perpetuar a exploração, o colonizador não só cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, como ainda provoca e desenvolve a alienação cultural por parte da população, quer por meio da pretensa assimilação dos indígenas, quer pela criação de um abismo social entre as elites autóctones e as massas populares. Como resultado desse processo de divisão ou aprofundamento das divisões no seio da sociedade, sucede que parte considerável da população, especialmente a “pequena burguesia” urbana e campesina, assimila a mentalidade do colonizador e considera-se como culturalmente superior ao povo a que pertence e cujos valores culturais ignora ou despreza (CABRAL APUD DIAS, 2021, p.111).

[8] *Wolof*, ou uélofe, é a língua nativa mais falada no Senegal. Wolof foi uma etnia monárquica que predominou sobre as demais etnias até o século XIX, quando a França passa a desestruturar seu poderio e colonizar todo o território.

Rodney (2022) faz sérias críticas ao sistema colonial implementado por países europeus no continente africano. Segundo o autor, as medidas que supostamente trariam avanço às civilizações atrasadas a partir de uma lógica capitalista, faziam com que as nações africanas ficassem ainda mais pobres e enriquecesse os colonizadores europeus. As relações monetárias passaram a ser priorizadas em detrimento aos laços de parentesco. O autor menciona vários aspectos onde houve prejuízos aos africanos como, por exemplo, nos transportes. Os sistemas eram pensados e construídos apenas para escoamento de mercadorias e não para beneficiar o deslocamento das pessoas. Além disso, o colonialismo não criou uma classe proprietária e nem criou um proletariado urbanizado de alguma importância, exceto na África do Sul: “Em outras palavras, o capitalismo, sob forma de colonialismo, não conseguiu realizar na África as funções que cumpriu na Europa: transformar as relações sociais e liberar as forças de produção”. (RODNEY, 2022, p.245)

Nem mesmo a suposta “modernização” das atividades agrícolas, tão essenciais para a subsistência e economia da maioria dos países africanos aconteceu no período colonial. “A grande maioria dos africanos entrou no colonialismo com uma enxada e saiu dele com uma enxada”. (RODNEY, 2022, p.249). A maior parte da mão-de-obra não era qualificada, em contraste com as habilidades acumuladas no capitalismo propriamente dito. Em um sistema colonial abusivo, a industrialização não foi fomentada. Sob o colonialismo, os capitalistas não pagavam o suficiente para um africano sustentar a si mesmo e a família e a perda de poder de vários estados africanos significou uma redução na liberdade de cada indivíduo.

> As ideias racistas estão tão profundamente enraizadas na sociedade capitalista que o fracasso no avanço da agricultura na África foi atribuído a inerente inferioridade dos africanos. Seria muito mais correto afirmar que a causa foi a intrusão dos brancos, embora a explicação básica não se encontre na má vontade pessoal dos colonialistas ou em sua origem racial, e sim na crueldade organizada do sistema capitalista/colonialista. (RODNEY, 2022, p.249)

Segundo Tedesco (2017), “a luta contra o colonialismo e sobretudo a tomada de consciência dos negros do mundo inteiro sobre sua condição de vítimas da opressão e da tirania (BOAHEN, 2010, p.729)” fomentou a arregimentação de novos membros da causa nacionalista, sobretudo na África Ocidental. O autor destaca que a independência política de Senegal se efetiva em 1960, após grandes embates políticos e organizações sociais da sociedade civil. Segundo o autor, além da abertura política, os programas de

estabilização financeira implementados por organizações internacionais fomentaram o processo de modernização das técnicas agrícolas, com o uso de máquinas e agroquímicos.

Porém, de acordo com Dias (2021), Senegal continuou a investir na monocultura do amendoim, um setor agrícola que já havia sido desenvolvido durante o período colonial. Esse foco exclusivo na produção de amendoim teve sérias consequências econômicas e sociais para o país. Senegal passou a depender da importação de cereais e outros alimentos essenciais, o que gerou um impacto negativo na segurança alimentar e na economia local. Essa situação desencadeou um ciclo de pobreza, que levou a um aumento significativo da migração interna e externa. Gamberoni e Tedesco (2022) seguem a mesma linha de raciocínio ao afirmar que, com a falta de recursos de fomento ao desenvolvimento e alternativas produtivas, e o fato de que, em determinadas regiões, as unidades familiares possuem seus chefes com idade avançada, a juventude migra para outros países ou mesmo para as grandes cidades locais.

Tedesco (2017) explica que, no início do século XXI, os senegaleses enfrentaram uma crise econômica severa devido à seca, que prejudicou a agricultura e outros setores. Enquanto no período colonial, a emigração se deu como manifestação de resistência ao colonizador, após o período de independência, ela se deu por falta de oportunidades que o país apresentava.

> Nas últimas décadas, a participação do setor primário na economia passou por uma redução considerável: de mais de 26% do PIB na década de 1970, para 16% nos anos 2000 (HERRERA; QUINTANA; ALONSO, 2010). Esse contexto fomentou a migração interna, via êxodo rural e intracidades para os centros urbanos maiores, principalmente o da capital, Dakar. A cidade concentra hoje quase 30% da população do país. (TEDESCO, 2017, p 245).

Atualmente, em torno de 60% dos cereais consumidos no país (arroz, em particular) são importados. Em 2015, o país importou três vezes mais do que exportou. O resultado é um grande déficit comercial, compensado, em grande parte, pelas remessas dos imigrantes. Houve uma queda de 50% no poder de compra do CFA (moeda do Senegal), enquanto a possibilidade de ganhar em francos franceses oferecia uma vantagem cambial para enviar remessas. Em 2015, essas quantias contribuíram com 17% do PIB do país. “A taxa de desemprego em 2016 atingiu a marca dos 50% dos trabalhadores (PEA), e o emprego informal absorvia mais de 70% da força de trabalho” (GAMBERONI E TEDESCO, 2022, p.158).

A imigração senegalesa no Brasil é um fenômeno recente, mas que tem se

mostrado cada vez mais relevante no contexto da diversidade migratória do país. Conforme Jung, Assis e Cechinel (2018), a partir dos anos 2000, com a crise econômica na Europa e ampliação de medidas restritivas, o deslocamento entre países do Sul Global se torna mais frequente. Além disso, a implementação de políticas de cooperação entre o Brasil e países africanos durante os primeiros governos de Lula e a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, contribuíram para a imagem positiva do Brasil no cenário mundial. A partir da década de 2010, o Brasil começou a receber um número crescente de imigrantes do Senegal, atraídos por oportunidades econômicas e pela busca por melhores condições de vida.

> O Brasil, com um crescimento econômico de 4%, em média, entre 2000 e 2011 (Da Cruz, Ambrozio, Puga, De Sousa, & Nas cimento, 2012), emergiu desde a primeira década do novo milênio nas rotas de migrantes africanos, asiáticos e caribenhos.....Outros autores referem-se à importância de elementos simbólicos para os imigrantes africanos, como a longa história de independência do Brasil, o legado histórico da escravidão que resultou na existência de uma grande população afrodescendente ou sua cultura do futebol (Marcelino & Cerrutti, 2011; Wabgou, 2015). Essa variedade de aspectos contribuiu para que o Brasil aparecesse no radar, no horizonte dos migrantes senegaleses. (JUNG, 2019, p.46)

2.2 – Viajo porque preciso: haitianos em busca da sobrevivência

O Haiti, ou República do Haiti, está localizado na América Central, no Mar do Caribe, e possui uma história rica e complexa, marcada por sua luta pela independência e pela busca de estabilidade política. Colonizado pelos franceses no século XVII, o país se tornou um dos maiores produtores de açúcar da época, mas essa prosperidade veio à custa de uma brutal exploração dos escravizados. De acordo com Eberhardt, Schütz, Bonfatti e Miranda (2018), o Haiti localiza-se na Ilha São Domingos e divide o território com a República Dominicana, tendo uma população aproximada de 10 milhões de habitantes. Os nativos falam o Kreyòl (conhecido no Brasil como ‘crioulo’), e o francês e, em alguns casos, também dominam a língua inglesa e a espanhola.

> A Europa abriu seus olhos para a ilha em 1492, quando ali chegou Cristóvão Colombo. Cedida para a França no final do Século XVII e

> batizada de ‘Saint Dominic’, permaneceu uma próspera colônia até a década de 1790, quando explodiram as revoltas de escravos. O sistema produtivo implantado na ilha disseminou-se e ficou conhecido como plantation, que combinava a monocultura latifundiária de produtos tropicais para exportação e a utilização de força de trabalho escrava. (EBERHARDT, SCHÜTZ, BONFATTI e MIRANDA, 2018)

Em 1804, o Haiti se destacou como a primeira nação negra independente do mundo, após uma revolução liderada por figuras como Toussaint Louverture[9]. No entanto, o país enfrentou desafios contínuos, incluindo instabilidade política, intervenções estrangeiras e desastres naturais, que moldaram sua trajetória até os dias atuais. Para entender melhor o Haiti, é essencial explorar tanto suas conquistas como suas dificuldades.

> O passado do país mais pobre da América é marcado pela violência, desigualdade social e instabilidade política desde o início de sua formação. A princípio, a ex-colônia francesa enfrentou treze anos de lutas sangrentas para conseguir sua independência em 1804, tornando-se a primeira república negra do mundo. (MORAES, ANDRADE e MATTOS, 2013, p. 97)

Conforme Joseph (2017), o Haiti experienciou em sua história quatro grandes fluxos migratórios. O primeiro constituiu-se no período em que as forças armadas americanas ocuparam o país, entre os anos de 1915 e 1934. Segundo o autor, havia escassez de mão de obra em Cuba e República Dominicana, outros países da região do Caribe, e os camponeses haitianos foram atuar nesses locais devido ao crescimento da indústria de cana-de-açúcar: “de 30.000 a 40.000 haitianos, chamados braceros, migravam temporariamente todos os anos para Cuba, entre 1913 e 1931” (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009, p. 36, APUD JOSEPH 2017, p.8)

O segundo fluxo migratório ocorre quando os Estados Unidos se tornam ainda mais famíliares ao universo dos haitianos, na década de 50. O ensino do inglês, por política governamental, se torna obrigatório nas escolas do país e a elite haitiana começa a enviar os seus filhos para estudarem nos Estados Unidos. Os haitianos que já haviam residido em Cuba e na República Dominicana também passam a ver os Estados Unidos como uma possibilidade para emigrar. Já a partir da década de 1960, em plena ditadura de François Duvalier (1957- 1971), a emigração se reconfigura, inclusive em amplitude, como destaca Joseph.

[9] Toussaint Louverture (1743-1803) foi o principal líder da chamada Revolução Haitiana, tornando-se então governador de São Domingos — como se chamava a então colônia francesa, Haiti depois da independência. Durante o processo revolucionário, o regime escravocrata foi abolido em todo o território. Fonte: BBC.com. Acesso em: 10 de nov.2024/

> A autoproclamação de “Presidente vitalício” de François Duvalier em 1964 assustou os intelectuais e a classe média negra (médicos, advogados, professores) que não demoraram para ir ao exílio. Entre 1957 – o ano de ascensão de Duvalier ao poder – e 1963, 6.800 haitianos foram para os Estados Unidos com visto de imigrantes e outros 27.300 com visto temporário. Entre o ano da autoproclamação em 1964 até o ano da sua morte em 1971, os serviços de imigração estadunidense registraram 40.100 imigrantes e 100.000 não-imigrantes oriundos do Haiti (AUDEBERT, 2012, p. 26-27, APUD JOSEPH, 2017, p.9).

O terceiro fluxo migratório já é bem mais recente, se intensificou nos anos 1990 e tem relação com um golpe de Estado e a deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide[2]. Nessa época, mais de 100 mil haitianos deixaram o país e foram rumo a países vizinhos. A maioria dessas nações considerou esses haitianos como migrantes econômicos e negaram a condição de refugiados, estabelecida pela Convenção de Genebra. A exceção foi em relação a aqueles que conseguiram provar estarem sendo perseguidos por razões políticas, éticas ou religiosas.

O quarto e último fluxo migratório é o que motivou esse trabalho de pesquisa e se iniciou a partir de 2010. Conforme Moraes, Andrade e Mattos (2013), o Haiti, nos últimos anos, havia sofrido três grandes furacões, o último deles em 2009. Para piorar, em 2010, o país é abalado por um terremoto de magnitude sísmica de 7.3 na escala Richter. Segundo os autores, em Porto Príncipe, capital do país, estima-se que 80% dos imóveis ficaram danificados, incluindo escolas, hospitais e até o Palácio Presidencial. Mais de 230 mil haitianos morreram e 1,5 milhões ficaram desabrigados.

> Em decorrência do terremoto, houve um duplo movimento: algumas pessoas se deslocaram em direção ao meio rural, mesmo aqueles sem nunca haverem residido no interior do país. Outros aproximadamente 350.000 (AUDEBERT, 2012) que dispuseram de recursos variados, decidiram partir para o exterior. É nesse contexto, que se situa a chegada de centenas de pessoas de nacionalidade haitiana, em janeiro de 2010, pela fronteira Brasil, Colômbia e Peru, particularmente na Cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas e, posteriormente, no mesmo ano, pela fronteira Brasil, Bolívia e Peru, na Cidade de Brasileia, no Acre. (JOSEPH, 2017, p.11)

Além das motivações já mencionadas sobre o interesse dos senegaleses em migrarem para o Brasil, no caso dos haitianos, havia particularidades. Conforme Pachi (2019), desde 2004 o Brasil detém a liderança da Missão das Nações Unidas Para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Também é importante destacar a atuação da Embrapa, da Pastoral da Criança e de outras empresas e organismos no Haiti, o que teria contribuído para o aumento do interesse dos haitianos em migrarem para o Brasil. Outro aspecto que não pode ser desprezado é a paixão dos haitianos por futebol, como

explica a autora.

> Além das relações entre os dois países terem se intensificado com a entrada das forças armadas brasileira liderando e atuando na MINUSTAH e a presença de empresas também brasileiras no Haiti, outro fator que sempre aproximou e povoou o imaginário dos haitianos com relação ao Brasil foi o futebol. Os haitianos admiram o futebol brasileiro e a população se divide entre torcedores do nosso futebol e do argentino como nos relatou um dos nossos sujeitos de pesquisa, o Sr. Fedo Beacourt, presidente da União Social dos Imigrantes Haitianos. (PACHI, 2019, p.34)

De acordo com Nunes e Antonello (2021), inicialmente a Região Norte se apresentou como porta de entrada para os haitianos no Brasil, pelas cidades de Tabatinga, no Amazonas, e Basiléia e Assis Brasil, no Acre. Posteriormente, as rotas de fuga também tinham como destino a cidade de Epitaciolândia, no Acre, e Corumbá, no Mato Grosso do Sul. A rota migratória era regida na maioria das vezes por “coiotes”. O processo de entrada pelas fronteiras da porção setentrional brasileira ocorreu pela oferta de atravessadores, importando aos migrantes apenas entrar no país e seguir rumo às cidades em que havia oferta de trabalho.

> A ação dos coiotes inicia-se com a “venda” da ideia de que a crise econômica não afetou o Brasil, de que há carência de mão de obra e empregabilidade instantânea no país, cujos salários podem chegar a R$ 4.000. O acesso ao “Eldorado Brasileiro” tem custo que pode variar de U$ 1.000 a U$ 4.500.00, dependendo do “serviço” pretendido ou persuasão dos coiotes [...] Mediante o endividamento, seja ele financeiro ou social, o maior medo que estes imigrantes apresentam é o de serem deportados e não recuperarem o dinheiro que gastaram no trajeto (FERNANDES; FARIA, 2016, p. 98 APUD NUNES e ANTONELLO, 2021, p.120).

2.3 - Refúgio ou migração econômica?

Milhares de pessoas, diariamente, se deslocam de seu país de origem onde tem residência fixa, para uma nova oportunidade de moradia. Gomes (2015) destaca que o migrante econômico se move com a promessa de melhores condições de vida, mais oportunidades de trabalho, e o que determina a sua escolha são as condições difíceis de vida em seu local de origem comparativamente às oportunidades que são

apresentadas em outros lugares. Por outro lado, o refugiado não teria opção de escolher permanecer, seu único caminho possível é o abandono da terra natal. Suas motivações seriam decorrentes de perseguição política ou catástrofe ambiental ou outros fatores indispensáveis para sua sobrevivência.

Segundo a autora, a definição de refugiado estaria amparada na Convenção de Genebra[10], de 1951, que foi fundamental para respaldar o tratamento internacional dos refugiados após as duas grandes guerras mundiais. No entanto, com o decurso do tempo, as mudanças da sociedade foram exigindo a ampliação do conceito de refugiado. Sendo assim, foram analisadas novas situações no âmbito da proteção internacional de indivíduos vulneráveis. Esse conceito de refugiado foi sendo atualizado ao longo dos anos por novos entendimentos estabelecidos pelo Protocolo de Nova York[11], de 1967 e pela Declaração de Cartagena[12], de 1984. Entre as novas definições, surge o conceito de refugiado econômico.

> Refugiados por motivos econômicos são os mais difíceis de serem definidos, confundindo-se em parte com os assim chamados migrantes (emigrantes e imigrantes). Em termos abstratos poderíamos definir o refugiado econômico como aquele que se vê diante da impossibilidade total de satisfazer suas necessidades vitais no país do qual é nacional, enquanto o migrante, ao menos em tese, poderia subsistir em seu país natal, mas insatisfeito com as condições locais, se desloca para outras regiões em busca de novas perspectivas. (CASELLA, 1984, p.255 APUD GOMES, 1015, p.63)

Porém esse entendimento é complexo e não está previsto na lei brasileira. Conforme a lei brasileira do refúgio[13], de 1997, a pessoa refugiada é definida como perseguida em seu país por raça, religião, opiniões políticas ou outros fatores semelhantes, ou ainda é obrigada a deixar seu país de nacionalidade devido a grave e generalizada violação de direitos humanos. Esse benefício é estendido aos demais membros do grupo familiar que dependerem economicamente do refugiado. Pela lei, a condição econômica do estrangeiro por si só, não é critério para classificação da pessoa como refugiada e nem, tão pouco, a condição de vítima de desastre ambiental ou de

[10] A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global define quem vem a ser um refugiado e esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem.

[11] Instrumento onde foram levantadas as cláusulas temporal e espacial da Convenção de Genebra de 1951, abrindo caminho para a aplicação integral do regime de proteção das pessoas refugiadas.

[12] A Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984 é um dos instrumentos jurídicos mais importantes sobre proteção e soluções na América Latina e no Caribe nas últimas décadas. Ela foi um marco na generosa tradição de solidariedade, asilo e proteção às pessoas refugiadas, consolidando a cooperação na região.

[13] Na região das Américas, o Brasil tem uma legislação de refúgio considerada moderna (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997) por adotar um conceito ampliado para o reconhecimento de refugiados. Para além do conceito estabelecido pela Convenção de 1951, a legislação brasileira também reconhece como refugiado todas as pessoas que buscam segurança diante de situações de grave e generalizada violação de direitos humanos.

catástrofe natural.

De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), em notícia divulgada pelo Portal G1, até março de 2019, houve 8.555 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil por senegaleses. Porém, desse total, apenas 15 pedidos haviam sido deferidos e ainda havia 5.995 cidadãos senegaleses na fila de espera. Ainda conforme o portal, a maioria dos senegaleses optou pelo pedido de refúgio porque o solicitante recebe um protocolo que permite a emissão de documentos. Além disso, o solicitante fica legalmente no país até que o seu pedido seja avaliado. O artigo 21 da Lei de Refugiados garante o direito de permanência. "Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o que autorizará a estada até o final do processo" (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997)

Diante do impasse provocado pela fila sem fim, em dezembro de 2019, o governo brasileiro publicou uma portaria, ainda vigente, que oferece uma via legal específica para que os senegaleses, que aguardam a resolução dos seus casos, consigam se regularizar. Pelo documento, os senegaleses solicitantes de refúgio devem procurar a Polícia Federal e apresentar os seus documentos para solicitar a residência legal pelo período de dois anos. Ainda é possível pedir residência pelo prazo indeterminado, caso o solicitante não tenha se ausentado do país por mais de 90 dias a cada ano, não apresente registros criminais em sua estada no país, e comprove meios de subsistência, além de ter passado pelo controle migratório de entrada e saída do país.

> Os senegaleses são uma comunidade que chegou ao Brasil há muitos anos e procurou se regularizar pela via do refúgio, mas, considerando-se a experiência, o estudo do país de origem e decisões já proferidas pelo Conare, tudo leva a acreditar que a maioria maciça, para não dizer todos os pedidos, na verdade foram motivados por uma migração econômica, em que não há a caracterização da condição de refugiado. Pode ocorrer um ou outro caso isolado, mas temos o entendimento de que 99% dos casos realmente são de imigrantes econômicos, que teriam o seu pedido no Conare indeferido. (ANDRÉ FURQUIM, Departamento de Migrações (DEMIG) do MJSP, Portal do MJSP).

Assim como os senegaleses, a maioria dos haitianos também não conseguiu se enquadrar na condição de refugiado pela legislação brasileira. Uebel (2016) destaca que o crescente fluxo migratório de haitianos obrigou ao Brasil a adoção de medidas que facilitassem a legalização no país. Por sugestão do Alto Comissariado das Nações

Unidas para Refugiados (ACNUR[14]) e da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil passou a conceder vistos humanitários aos haitianos. A medida permitia a agência desses migrantes no território brasileiro com uma proteção estatal mínima, como garantias civis, sociais, educacionais e até mesmo trabalhistas.

A medida mencionada por Uebel (2016) é a Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012, que até ser revogada, previa o visto permanente por razões humanitárias a haitianos pelo prazo de cinco anos. A justificativa era o agravamento nas condições de vida no país, após o terremoto de 2010. Por essa resolução, o governo autorizou a emissão de 1.200 vistos por ano, com essas características, correspondendo a uma média de 100 concessões por mês.

> foi uma atitude considerada equivocada posteriormente, uma vez que se criou uma cota de concessão além dos padrões normais, ou seja, uma ampliação de direito que o país não poderia suportar à época. A consequência imediata foi que dezenas de haitianos, desesperadamente, candidataram-se ao visto, gerando instabilidades locais – como no caso da superlotação dos abrigos na fronteira brasileira com a Bolívia no estado do Acre – e o receio do governo brasileiro em ter que voltar atrás com a medida. (UEBEL, 2016, p. 31)

Ainda de acordo com Uebel (2016), em 29 de abril de 2013, o governo brasileiro aprovou uma revisão da política migratória para haitianos no Brasil. A resolução nº102/2013 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), determinou o fim do limite máximo de 1200 vistos anuais e da exclusividade da Embaixada Brasileira em Porto Príncipe em concedê-los. Conforme o *site* do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), foi publicada a Portaria Interministerial MRE nº 37, de 30 de março de 2023, que permite aos haitianos a solicitação de residência para fins de acolhida humanitária. Os interessados que chegam ao Brasil devem procurar a Polícia Federal para obter o registro e a autorização.

Entretanto, em agosto de 2024, entrou em vigor no Brasil uma nova lei que afeta tanto os imigrantes senegaleses quanto os haitianos. Conforme o portal G1, o Brasil restringiu o ingresso de imigrantes que não possuem visto de entrada no país e a medida afeta imigrantes de 60 países, incluindo Senegal e Haiti. A determinação foi adotada porque o Brasil tem sido usado como rota de organizações criminosas para o tráfico de pessoas. Organizações Não Governamentais já criticaram a medida ao alegarem que ela atenta contra os direitos das pessoas que precisam de acolhimento.

[14] Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) é uma organização dedicada a salvar vidas, assegurar os direitos e garantir um futuro digno a pessoas que foram forçadas a deixar suas casas e comunidades devido a guerras, conflitos armados, perseguições ou graves violações dos direitos humanos

Conforme Manfio (2016), os dados do ACNUR sobre os números de solicitações de refúgio no Brasil aumentaram mais de 2.868% entre 2010 e 2015 (de 966 solicitações em 2010 para 28.670 em 2015). A maioria dos solicitantes de refúgio vem da África, Ásia (inclusive Oriente Médio) e do Caribe, sendo que, as cinco maiores nacionalidades solicitantes são haitianos, senegaleses, sírios, bengaleses e nigerianos. Os dados apontados pelo relatório do Observatório das Migrações Internacionais, de 2022, são ainda mais impressionantes. O documento reúne dados da Polícia Federal e divide em dois períodos o número de solicitações da condição de refugiado no país.

No primeiro período, que se estende de 1997 (ano da Lei de Refúgio) até 2009, o Brasil recebeu apenas 2.488 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Em contrapartida, a partir de 2010 até o ano de 2021, 298.331 pessoas solicitaram refúgio no Brasil, um volume 100 vezes superior em comparação aos 13 primeiros anos de implementação da lei. Os haitianos ocupam a segunda posição nesse *ranking*, com cerca de 30 mil pedidos a mais do que os senegaleses, que ocupam o quarto lugar.

Tabela 4 - Número de solicitantes da condição de refugiado no Brasil por país de origem

Principais países	Total 2010-2021	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	298.331	619	1.465	1.345	6.810	11.069	15.906	8.719	32.009	79.831	82.552	28.899	29.107
VENEZUELA	175.910	4	3	1	49	191	717	2.601	16.999	61.391	53.713	17.385	22.856
HAITI	39.622	142	559	470	1.112	991	2.815	243	2.253	7.020	16.610	6.613	794
CUBA	12.109	30	28	26	68	113	419	770	2.006	2.774	3.999	1.347	529
SENEGAL	9.060	12	15	94	1.041	2.483	2.911	184	1.209	460	363	209	79
ANGOLA	7.213	14	26	23	57	154	891	512	1.952	670	603	359	1.952
BANGLADESH	6.053	28	99	102	1.764	419	789	76	506	946	738	329	257
CHINA	5.797	12	1	-	9	134	272	154	1.360	1.453	1.486	568	348
SÍRIA	5.065	2	4	42	276	1.328	1.450	159	764	411	429	129	71
NIGÉRIA	3.608	15	65	32	161	880	730	132	508	295	331	213	246
GANA	2.568	6	6	15	232	909	452	81	194	179	155	32	307
COLÔMBIA	2.081	86	214	156	285	87	82	49	168	253	381	182	138
LÍBANO	1.987	-	5	7	297	515	336	57	203	154	196	127	90
GUINÉ-BISSAU	1.938	12	76	73	192	289	249	104	318	304	205	77	39
PAQUISTÃO	1.892	33	64	49	105	363	426	162	251	187	165	46	41
CONGO	1.879	56	83	83	203	455	679	31	131	57	61	26	14
REPÚBLICA DOMINICANA	1.244	1	-	5	90	366	293	59	120	117	132	36	25
ÍNDIA	1.203	2	11	8	36	38	63	11	152	369	312	62	139
GUINÉ	976	9	18	20	86	103	195	40	270	54	63	34	84
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	967	1	1	-	28	18	76	106	383	135	167	35	17
OUTROS PAÍSES	14.094	133	166	120	663	1.196	2.031	312	2.262	2.597	2.443	1.090	1.081
NÃO ESPECIFICADO	3.065	21	21	19	56	37	30	2.876	-	5	-	-	-

Fonte: OBMigra 2022

Como vimo, a partir da década de 2010, a vinda de senegaleses e haitianos para o Brasil ocorreu em larga escala, mas tem observado, nos últimos anos, um período de declínio. Para se ter uma ideia, o levantamento divulgado pelo Observatório das Migrações internacionais de 2022, estabelecendo o recorte temporal entre os anos de 2010 e 2015, aponta que os senegaleses foram o povo que mais solicitou o reconhecimento da condição de refugiado nesse período. Do total de 37.214 solicitações, 6.556 eram de senegaleses, o equivalente a 17,6%, ficando à frente dos próprios haitianos, com 6.089 solicitações, e de outros povos africanos.

> Ao chegar à fronteira com o Brasil, na localidade de Assis Brasil (AC), usam o subterfúgio da solicitação de refúgio para lograr ingressar e permanecer no território nacional. Na cidade de Rio Branco, no Acre, os migrantes senegaleses são acolhidos em abrigo, onde, juntamente com migrantes de nacionalidade haitiana e dominicana, recebem apoio humanitário de órgãos do Governo Federal e estadual.... A maioria dos solicitantes senegaleses pede refúgio por razões econômicas, segundo a Acnur. A maioria deles são muçulmanos e da confraria muride[4]. (DIALLO, 2021, p.28)

Entretanto, quando o recorte temporal estabelece o período de 2016 a 2021, o mesmo levantamento observa uma redução drástica na vinda de senegaleses para o país. Além da chegada massiva de venezuelanos no período, que representam mais da metade do número de refugiados que solicitam permanência no Brasil, Senegal é superado por outros países da África e de outras regiões do mundo e cai para a sétima posição, reduzindo para 2.504 o número de pedidos de reconhecimento da condição de refugiado. E a tendência é cair ainda mais. O relatório mais recente do OBMigra, divulgado em 2023, aponta que houve apenas 158 pedidos de refúgio de senegaleses no Brasil em 2022.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, o período de 2016 a 2021 apresentou mudanças significativas nos países de origem dos solicitantes, aumentando significativamente a participação de latino-americanos, com destaque para venezuelanos, haitianos e cubanos. Autores como Magalhães (2018) chamam atenção para a redefinição dos sistemas de mobilidade humana, caracterizada por fluxos intrarregionais.

> Na atualidade, as migrações na região mostram um aumento dos movimentos intrarregionais, facilitados pela difusão das tecnologias de comunicação, barateamento dos custos de transporte e, essencialmente, pelas condições políticas vigentes na região, a partir da implementação e funcionamento dos mecanismos de integração regionais (a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos,

> a União das Nações Sul-americanas, a Comunidade Andina e o Mercado Comum do Sul). Por sua vez, os tradicionais países de destino das migrações desde a América do Sul, particularmente os mais desenvolvidos, levantam crescentes barreiras, impedindo os fluxos de entrada e saída, assim como a residência, nos mesmos (MAGALHÃES, 2018, p.368-369).

Antes de apresentar um severo declínio a partir de 2020, no período da pandemia de covid-19, o Haiti chegou a ter 16.610 solicitações de refúgio no Brasil, no ano de 2019. Foi justamente em 2019 que atingiu o auge no número de pedidos. Em seu trabalho de pesquisa, Pachi (2019) busca explicações para o aumento desses números, mesmo após o início da crise econômica e política que assolou o Brasil, a partir de 2014. Segundo a autora, as motivações são explicadas pela reunião familiar, mas também financeiras e relacionadas à qualidade de vida.

> Vimos que os imigrantes que estavam no Brasil não compartilhavam com os seus contatos no Haiti as reais dificuldades que enfrentavam no Brasil. Conforme já citamos, compreendemos que o não compartilhamento da real situação é uma forma de não assumirem o fracasso migratório que é também um projeto familiar. Quanto aos haitianos que eram informados e mesmo assim decidiram vir para o Brasil, percebemos, principalmente nos relatos fornecidos no trabalho voluntário de escuta que encontravam no Brasil algumas facilidades e serviços gratuitos que não tinham no Haiti como é o caso das escolas públicas e o atendimento do SUS. Esses fatores são, juntamente com fatores estruturais e bem articulados no plano dos negócios, explicativos para a continuidade desse fluxo para o Brasil. Continuam vindo também com a esperança de conseguirem emprego e melhorarem de vida. (PACHI, 2019, 142-143)

Além disso, Pachi (2019) destaca que muitos acabaram indo embora e se arriscaram nos Estados Unidos, mas ficaram retidos na fronteira com o México. A autora ressalta ainda que a concessão do visto humanitário também possibilitou a entrada em outros países da América do Sul como Argentina, Uruguai e Chile, tornando o Brasil um corredor de passagem e trânsito para outras nações.

Tabela 5 - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por país (período 2010 a 2015)

Principais países	Número de Solicitações
Total	37.214
SENEGAL	6.556
HAITI	6.089
BANGLADESH	3.201
SÍRIA	3.102
NIGÉRIA	1.883
GANA	1.620
CONGO	1.559
ANGOLA	1.165
LÍBANO	1.160
PAQUISTÃO	1.040
VENEZUELA	965
COLÔMBIA	910
GUINÉ-BISSAU	891
REPÚBLICA DOMINICANA	755
CUBA	684
GUINÉ	431
CHINA	428
SOMÁLIA	358
MALI	327
ÁFRICA DO SUL	308
OUTROS PAÍSES	3.782

Fonte: OBMigra 2022

Tabela 6 - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por país (período 2016 a 2021)

Principais países	Número de Solicitações
Total	258.241
VENEZUELA	174.945
HAITI	33.533
CUBA	11.425
ANGOLA	6.048
CHINA	5.369
BANGLADESH	2.852
SENEGAL	2.504
SÍRIA	1.963
NIGÉRIA	1.725
COLÔMBIA	1.171
GUINÉ-BISSAU	1.047
ÍNDIA	1.045
GANA	948
PAQUISTÃO	852
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	843
LÍBANO	827
MARROCOS	789
FILIPINAS	551
GUINÉ	545
CAMARÕES	505
OUTROS PAÍSES	8.754

Fonte: OBMigra 2022

Ainda sobre os dados de refugiados levantados pelo relatório OBMigra, no período 2010/2015, é importante destacar que, do total de 6.556 senegaleses que pediram refúgio para o Brasil, 6.416 eram homens e apenas 98 mulheres, além de 42 pedidos não informados. No período de 2016 a 2021 o cenário praticamente não muda. Do total de 2.504 solicitações, 2.411 foram feitas por homens e apenas 92 por mulheres.

Conforme Uebel (2016), a participação de mulheres na população economicamente ativa do Senegal ainda é restrita e restringida àquelas que não professam a religião islâmica, o que justifica uma presença diminuta de mulheres imigrantes senegalesas no Brasil. “Cerca de 94% da população senegalesa é muçulmana.” (UEBEL, 2016, p.70). Ainda segundo o autor, em seu estudo sobre a vinda de senegaleses para o Rio Grande do Sul, outros fatores que interferem na vinda imediata das mulheres são o fato do percurso entre os países ser extenso, perigoso e caro, o que dificultaria a vinda da família completa, além da inconstância dos senegaleses no mesmo local de trabalho.

> dado o caráter de não previsibilidade e instabilidade da atuação laboral desses imigrantes bem como não se concentrarem – segundo relatos – durante um período contínuo no mesmo emprego, tais fatores dificultariam deslocamentos internos dos imigrantes com seus familiares (UEBEL, 2016, p.71)

Já no que diz respeito à imigração haitiana, no mesmo período levantado, a quantidade de mulheres que imigraram para o Brasil também é menor do que o número de homens, mas a proporção é bem mais equilibrada. No período de 2010 a 2015, do total de 6.089 solicitação de refúgio, 4.360 foram feitas por homens e 1.550 por mulheres. Esse número inclusive revela que as haitianas foram as recordistas entre as mulheres de todas as nacionalidades que solicitaram refúgio nesse período, representando um total de 25,3%. No período de 2016 a 2021, o número de mulheres que solicitam refúgio no Brasil ainda é menor, mas continua bastante significativo. Do total de 33.533 solicitações de refúgio, 19.951 foram feitas por homens e 13.578 por mulheres haitianas, além de 4 pedidos não informados.

Uebel (2016) destaca que a imigração haitiana para o Brasil teve dois grandes movimentos no início da década de 2010. A primeira geração de imigrantes, que teve seu início no próprio ano de 2010, abrangia homens solteiros e desacompanhados das esposas, com fins de rápida inserção laboral. Já o segundo movimento, que o autor denomina de “segunda geração de imigrantes”, teria começado em 2013, com outros perfis de ingressantes no país. Nesse novo fluxo, vieram as esposas, pessoas mais

velhas e famílias completas, todos com grau de instrução variados.

> a motivação que levou a essas duas gerações de imigrantes, seguindo-se os preceitos de Piore (1979), é a mesma: melhores condições laborais – ou seja, salariais – e possibilidade de construção de um projeto de vida familiar no Brasil, já que não há perspectivas de retomada do crescimento do Haiti no médio e mesmo no longo prazo. O que as diferencia são suas caracterizações demográfico-sociais, rotas e forma como são atraídas, além de que a segunda geração apenas emigrou por causa de uma rede já estabelecida pela primeira geração e facilitada pela reorientação da política migratória brasileira de concessão de vistos humanitários, ao invés de refúgio, permitindo, assim, a emissão imediata das autorizações de trabalho. (UEBEL, 2016, p.27)

No que diz respeito a faixa etária dessas pessoas, o levantamento do OBMigra aponta que, do total de imigrantes que pediram refúgio para o Brasil entre 2010 e 2015, os senegaleses lideraram os grupos entre 15 e 24 anos de idade, e 25 e 39 anos. Já os haitianos também se destacam nessas mesmas faixas, ocupando o segundo lugar, e lideram a faixa etária entre 40 e 49 anos. Porém, quando mudamos o recorte para o período de 2016 a 2021, os números diferem bastante em comparação ao período anterior, pois a liderança disparada nos pedidos de refúgio passa a ser de venezuelanos. Entretanto, dos 2.504 pedidos de refúgio realizados por senegaleses, 1.737 são de pessoas que se encontram na faixa etária de 25 a 40 anos, quase 70% do total. Com relação aos haitianos, dos 33.533 pedidos, 18.711 foram feitos por pessoas dessa mesma faixa etária, cerca de 55% do total de haitianos.

Em outro relatório do OBMigra, publicado no ano de 2021, o levantamento ressalta que os nativos do continente africano, em geral, registraram crescimento de mais de sete vezes no volume de imigrantes entre os anos de 2011 e 2020, passando de 1,9% do total em 2011 para 5,2% em 2020. Somente os trabalhadores senegaleses e angolanos são responsáveis por cerca de 45% do total desses imigrantes africanos que chegaram ao país no período. No que diz respeito especificamente aos senegaleses, conforme Cavalcanti e Oliveira (2016), eles chegaram a ser a segunda nacionalidade com maior movimentação no mercado de trabalho formal no ano de 2014, só ficando atrás dos haitianos.

> O dinamismo da economia brasileira no início da década de 2010, aliado à continuidade dos efeitos da crise financeira de 2008 sobre os países europeus é um fator explicativo para a mudança de estratégia dos nacionais de países africanos que passaram a buscar o território brasileiro em virtude das maiores oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho nacional, especialmente até 2015 (SIMÕES E NETO, 2021, p.124)

Conforme o relatório do OBMigra de 2022, no que diz respeito a números absolutos, a ocupação de vagas formais de trabalho no mercado brasileiro por imigrantes senegaleses seguiu uma curva crescente a partir de 2011 e veio reduzindo no final da década. Em 2011, por exemplo, havia 111 imigrantes registrados formalmente com carteira assinada, o equivalente a ínfimos 0,2% do total de imigrantes. Em 2015, esse número saltou para 2.983, que representam 2,3%. Já no ano de 2020, há uma redução drástica de mais de mil pessoas registradas formalmente, totalizando 1.972 pessoas, o equivalente a apenas 1% do total de imigrantes registrados no mercado de trabalho brasileiro. Apesar do percentual pequeno de imigrantes, em comparação ao total de estrangeiros que escolheu o Brasil para viver, o número de senegaleses chegou a estar no topo entre aqueles que conseguiram emprego com carteira de trabalho assinada.

> Nesse contexto de bonança econômica, especialmente durante o primeiro quinquênio da presente década, imigrantes de diferentes origens do Sul Global (por exemplo: sul-americanos, haitianos, senegaleses, congoleses, guineenses, bengalis, ganeses, paquistaneses, entre outros), se inseriram de forma crescente no país e no mercado de trabalho brasileiro. Os imigrantes senegaleses, por exemplo, chegaram a ser a segunda nacionalidade com maior movimentação no mercado de trabalho formal, só ficando atrás dos haitianos (CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2016). O Brasil havia se convertido em país de destino e/ou trânsito no contexto das migrações sul-sul (CAVALCANTI E OLIVEIRA, 2020, p.9)

Apesar de não trazer dados específicos sobre haitianos nos relatórios mais recentes, o relatório do Observatório das Migrações Internacionais de 2018 dá o tom sobre o impacto da chegada de milhares de imigrantes haitianos no Brasil e seus reflexos no mercado de trabalho. De acordo com o relatório, até 2017, o Haiti era a principal nação inserida no mercado de trabalho formal brasileiro. Só em 2017 foram 22.221 admissões. Desse total, a maioria absoluta são homens (76,96%) e com percentual significativo na faixa etária entre 30 e 39 anos (44%).

O levantamento do número de carteiras de trabalho emitidas entre os anos de 2010 e 2017 também nos ajuda a compreender os momentos de auge da imigração haitiana e o ligeiro declínio que começa a ocorrer, com o estopim da crise econômica que assola o Brasil a partir de 2015.

Tabela 7 - Número de carteiras de trabalho emitidas por ano, segundo as principais nacionalidades

País	Ano								Total
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Total	**8.649**	**13.043**	**23.244**	**37.050**	**45.695**	**41.352**	**32.063**	**35.715**	**236.811**
República do Haiti	143	2.019	4.498	10.625	17.129	16.984	13.554	11.231	76.183
Bolívia	387	583	3.505	4.497	2.997	1.778	1.286	1.109	16.142
Argentina	955	1.127	1.494	2.126	2.851	2.068	1.568	1.476	13.665
Paraguai	828	1.023	1.901	2.363	2.486	1.899	1.382	1.181	13.063
Venezuela	106	139	169	182	266	759	2.222	8.417	12.260
Peru	647	514	1.540	1.694	1.772	1.161	925	814	9.067
Portugal	496	917	1.694	2.033	1.700	1.083	591	458	8.972
Uruguai	880	869	840	1.237	1.375	1.154	868	882	8.105
Senegal	233	89	203	1.074	2.381	2.656	362	550	7.548
Colômbia	297	345	450	1.353	1.619	1.257	1.031	1.147	7.499
Outros	3.677	5.418	6.950	9.866	11.119	10.553	8.274	8.450	64.307

Fonte: OBMigra 2018

Conforme percebemos na tabela, o Haiti lidera a lista com folga, mas vai reduzindo com o passar dos anos o número de CTPS emitidas. Em 2010 foram apenas 143. Em 2014 chegou ao ápice com 17.129 carteiras emitidas, mas entra em forte declínio nos anos seguintes e registra somente 11.231 no último ano apontado pelo levantamento, em 2017. Como efeito de comparação, em curva ascendente aparece a imigração venezuelana, que vai escalonando de poucas centenas até 2015 para mais de 8 mil carteiras de trabalho emitidas em 2017. Como já vimos, atualmente os venezuelanos lideram entre os imigrantes que buscam qualidade de vida no Brasil.

Outro dado interessante a ser analisado sobre a realidade vivida pelos senegaleses e haitianos que migram para o Brasil é o rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada. De acordo com o relatório do OBMigra de 2020, enquanto no ano de 2010, o rendimento salarial médio dos senegaleses com carteira de trabalho assinada era de R$ 2.175, em 2019, o último ano mencionado na pesquisa, o valor caiu para R$ 1.939. Com relação aos haitianos, os números são ainda mais baixos. No ano de 2010, o rendimento médio dos haitianos com vínculo formal de trabalho era de R$ 1.627 e em 2019 de R$ 1.659, permanecendo praticamente inalterado. Levando em consideração que houve inflação nesse intervalo de quase 10 anos, ambos tiveram uma grande perda no seu poder de compra com o passar dos anos.

Também é interessante analisar a tabela de rendimento médio de imigrantes no momento de admissão. A tabela abaixo faz um comparativo dos senegaleses e haitianos

com imigrantes de outros países e utiliza dados do então Ministério da Economia.

Tabela 8 – Nacionalidades com maiores e menores rendimentos médios no momento da admissão em trabalho formal em 2018

Classificação	Países	Rendimento Médio
Menores rendimentos médios	Haiti	1.306
	Serra Leoa	1.309
	Gâmbia	1.348
	Togo	1.350
	Senegal	1.378
	Benin	1.384
	Gana	1.397
	Venezuela	1.434
	Guiné Bissau	1.437
	Guiné	1.459
Maiores rendimentos médios	Noruega	27.827
	Grécia	16.641
	Holanda	13.791
	Dinamarca	13.141
	Suécia	12.260
	França	11.730
	Irlanda	11.464
	Suíça	10.853
	Costa Rica	9.383
	México	8.819

Fonte: OBMigra 2020

Neste levantamento observa-se que o rendimento médio dos haitianos no momento da admissão é o pior entre todos os países. Já Senegal também está entre os piores, ficando à frente apenas do próprio Haiti e de outros países africanos como Togo, Gana e Serra Leoa. Além disso, entre as 10 nacionalidades presentes neste grupo das menores rendas médias no momento da admissão, oito são africanas. Por outro lado, no grupo dos dez maiores rendimentos médios auferidos no momento da admissão, estão imigrantes de oito países europeus.

Apesar de não ter se debruçado especificamente sobre os dados relativos aos imigrantes de Senegal nos levantamentos realizados em anos posteriores, o estudo divulgado em 2018 traça um panorama bastante evidente sobre a realidade enfrentada pelos senegaleses que conseguem emprego com carteira assinada no Brasil. Em cenário que aponta o número de funcionários admitidos e demitidos em 2017, com dados do Ministério do Trabalho, é possível observar os tipos de trabalho ocupados por senegaleses, que ilustram a renda média próxima ao salário baixo mencionado

anteriormente. Os senegaleses ocupam funções que exigem pouca escolaridade e qualificação, conforme ilustram as tabelas abaixo.

Tabela 9 - Movimentação de senegaleses no mercado formal de trabalho, por principais ocupações

Ocupação	2017		
	Admitidos	Demitidos	Saldo
Total	**1.236**	**1.561**	**- 325**
Alimentador de Linha de Produção	109	186	- 77
Magarefe	96	165	- 69
Abatedor	66	109	- 43
Faxineiro	84	88	- 4
Trabalhador Volante da Agricultura	94	73	21
Servente de Obras	67	100	- 33
Cozinheiro Geral	52	57	- 5
Coletor de Lixo Domiciliar	32	38	- 6
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	28	35	- 7
Repositor de Mercadorias	33	29	4
Outros	575	681	- 106

Fonte: OBMigra 2018

Também é interessante analisar onde estes haitianos estão empregados, em quais funções. O relatório do OBMigra desse mesmo ano de 2018 nos dá indicativos de quais trabalhos são exercidos pelos haitianos. Como veremos na tabela de demitidos e admitidos em 2017, as principais funções ocupadas pelos haitianos que migram para o Brasil são da base da pirâmide social, em funções que não exigem qualificação prévia. A maioria são admitidos em funções de limpeza e serviços pesados.

Tabela 10 – Movimentações de haitianos no mercado de trabalho brasileiro, por principais ocupações

Ocupação	2017		
	Admitidos	Demitidos	Saldo
Total	**22.221**	**13.398**	**8.823**
Servente de Obras	2.411	2.026	385
Alimentador de Linha de Produção	2.944	1.473	1.471
Faxineiro	1.840	1.112	728
Magarefe	1.964	298	1.666
Pedreiro	647	664	- 17
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	809	480	329
Cozinheiro Geral	518	323	195
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	473	272	201
Abatedor	418	188	230
Trabalhador Volante da Agricultura	315	248	67
Outros	9.882	6.314	3.568

Fonte: OBMigra 2018

Entretanto, é importante considerar que, mesmo os imigrantes com alta qualificação profissional, precisam seguir procedimentos específicos para comprovar suas competências no Brasil. Estrangeiros que desejam exercer suas profissões no país devem cumprir os trâmites estabelecidos pela legislação brasileira, independentemente de seus níveis de escolaridade. Aqueles que possuem curso superior em seus países de origem precisam revalidar seus diplomas para atuar legalmente no Brasil. Segundo o Portal do Ministério da Educação, todas as instituições autorizadas a realizar a revalidação de diplomas devem utilizar a Plataforma Carolina Bori[15] e atender à solicitação do requerente em um prazo máximo de 180 dias.

O serviço, anteriormente restrito a universidades públicas, tem sido ampliado para agilizar os processos burocráticos e evitar grandes deslocamentos dos solicitantes. Desde junho de 2023, está em vigor a Portaria nº 1.051/2023, que autorizou a inclusão de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na lista de instituições habilitadas para conduzir os processos de reconhecimento de diplomas estrangeiros. (Ministério da Educação, 2023). Além disso, algumas universidades particulares já estão autorizadas a reconhecer certificados de cursos de pós-graduação obtidos no exterior.

Conforme consulta à Plataforma Carolina Bori, realizada em dezembro de 2024,

[15] A Plataforma Carolina Bori é um sistema informatizado criado pelo Ministério da Educação (MEC) para gestão e processos de revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil. A plataforma reúne instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas que, por adesão, oferecem as informações necessárias aos requerentes. Fonte: *site* oficial do MEC

no Rio Grande do Sul há cinco instituições autorizadas a realizar a revalidação de diplomas e 11 instituições de ensino habilitadas para reconhecer certificados de mestrado e doutorado. Na Serra Gaúcha, ainda há poucas opções e as que existem passaram a oferecer esse serviço recentemente. A Universidade de Caxias do Sul, instituição particular, aderiu à Plataforma Carolina Bori em 2022 e está autorizada a realizar processos de reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado expedidos no exterior. Já o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, instituição pública com sede principal em Bento Gonçalves, pode realizar a revalidação de diplomas estrangeiros desde 2023 e o reconhecimento de certificados de pós-graduação desde novembro de 2024.

Apesar das opções existentes, ainda há algumas barreiras que, muitas vezes, inviabilizam o processo: o custo e a similaridade dos cursos. Para se ter uma ideia, a maior universidade pública do estado, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, cobra o valor de R$ 1.450 tanto para a revalidação quanto para o reconhecimento de diplomas. Além disso, o diploma só pode ser revalidado ou reconhecido se a instituição ofertar o mesmo curso ou um curso equivalente.

2.4 - Senegaleses na Região Sul do Brasil: caminhos e desafios

Antes de haver o declínio na chegada de imigrantes senegaleses, já mencionado nesse trabalho de pesquisa, a partir da segunda metade da década de 2010, o relatório anual do OBMigra indicou que a Região Sul do país e o final da cadeia produtiva do agronegócio são, respectivamente, espaço geográfico e setor econômico de destaque na presença dos imigrantes. Para se ter uma ideia, no levantamento divulgado em 2017, dos 1.719 trabalhadores senegaleses admitidos com carteira assinada no país no ano anterior, 73% foram no estado do Rio Grande do Sul. O segundo e o terceiro estados nesse ranking também são da Região Sul. Paraná e Santa Catarina registraram, respectivamente, 10% e 8% do total de trabalhadores senegaleses admitidos no país em 2016.

Seguindo a tendência apontada em relação aos estados que mais receberam imigrantes senegaleses, os municípios do Rio Grande do Sul que lideram a estatística são Porto Alegre, Caxias do Sul e Passo Fundo, que representaram, respectivamente, 19%, 8% e 7% do total de admissões de senegaleses. Neste cenário, vimos que além

da escolha da capital do Estado, Porto Alegre, os africanos optaram por duas cidades de porte médio: Caxias do Sul e Passo Fundo. De acordo com Herédia (2022), as cidades médias têm sido preferidas nas últimas três décadas por diversos fatores. A autora cita Amorim Filho e Serra (2001, p.1) para explicar que as cidades médias podem ser valorizadas pela oferta de emprego, infraestrutura básica e até mesmo pelas melhores condições educacionais.

Atraídos pelas possibilidades de trabalho, Uebel (2016) faz um estudo que aponta as regiões de Caxias do Sul e Passo Fundo como polos de concentração de senegaleses até o final de 2015. De acordo com o levantamento, os imigrantes que escolhem a região de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha e arredores, atuam principalmente nas indústrias moveleiras, metalúrgicas e automotivas, além de trabalharem na prestação de serviços em menor número. Entretanto, o autor identifica a significativa ocupação informal desses imigrantes, na comercialização de relógios, bijuterias e outros acessórios.

Uebel (2016) também identifica diferenças na atuação laboral do grupo que migrou para a região de Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, os senegaleses que migram para essa localidade trabalham majoritariamente em empresas agroindustriais ou de capital oriundo da agricultura e pecuária, como frigoríficos, curtumes e abatedouros. “É aí que os senegaleses se instalaram; eles são uma mão de obra muito procurada pois a maioria deles é muçulmana. Muitos frigoríficos das cidades do sul exportam carne para os países muçulmanos e praticam o abate halial[16] (DIALLO, 2021, p.29)

Em seu estudo, Uebel (2016) também identificou melhor receptividade da comunidade de Passo Fundo em relação aos estrangeiros, em comparação aos que migraram para região de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, e para a região metropolitana de Porto Alegre.

> Apesar de não ser possível afirmar que a recepção e inclusão dos senegaleses foi mais pacífica e bem aceita pela sociedade no GR-2 (Passo Fundo) do que no GR-1 (Caxias do Sul), já que lá não foram constados atos xenofóbicos, como os de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Canoas, a percepção oriunda dos relatos e depoimentos de imigrantes que primeiramente estiveram em Caxias do Sul e depois migraram para Passo Fundo e Marau é bem explanadora: “Nós tentamos emprego em Caxias do Sul e em Farroupilha, mas os haitianos chegaram primeiro e já tem emprego. Sofremos nenhum preconceito lá, mas sentíamos que não éramos bem-vistos, até porque

[16] O Brasil é grande exportador de carne de frango para países muçulmanos. Essa carne é chamada de halal, pois segue princípios do Islã tanto na produção quanto no abate. Em árabe, a palavra significa legal, permitido. E os muçulmanos só podem consumir alimentos que foram produzidos seguindo esse ritual islâmico. Fonte Portal G1

> passávamos a maior parte do tempo sem atividade, até que conseguimos estes trabalhos aqui [Passo Fundo e Marau] e os salários aqui são muito bons" (UEBEL, 2016, p.69)

Herédia, Gonçalves e Camargo (2016) apontam que, devido à recente quantidade expressiva de imigrantes africanos que escolhem Caxias do Sul, as resistências passam a se tornar evidentes no cotidiano da cidade. Um dos fatores apontados para o estranhamento provocado na população local foi a religião, já que os senegaleses são muçulmanos e eles chegam numa cidade habitada massivamente por pessoas católicas. O estudo revela ainda que o preconceito tem relação com a raça, já que aceita alguns tipos de estrangeiros, mas tem dificuldade em aceitar e tratar os negros de forma igualitária.

As autoras também destacam a importância de apontar que a região foi colonizada por europeus e teve, historicamente, pouca presença de negros, que habitavam apenas as áreas onde havia "fazendas", decorrentes do sistema de sesmarias. Segundo elas, a divisão de terras em lotes coloniais implementada pelo governo imperial da época impedia o trabalho de escravizados. Esse detalhe histórico ajudou a contribuir para que, culturalmente, não houvesse convivência entre grupos étnicos que abrisse espaço para entendimento e compartilhamento das diferenças.

> O desconhecimento histórico da própria história por parte de ambas as populações, a migrante e a nativa, provoca uma série de reações que se manifestam por meio de sentimentos de aversão. Portanto, as diferenças culturais, presentes na história entre África e Brasil, refletem a ausência de conhecimento por parte de muitos, da história da cultura afro-brasileira e dos africanos, no Brasil. O desconhecimento histórico das relações construídas entre a África e o Brasil ajuda a agudizar as manifestações contínuas de resistência entre os que chegam e aqueles que os recebem. Essa resistência tem se manifestado na sociedade local, por meio de uma série de ações que aponta para a necessidade de informar a população sobre as peculiaridades do fluxo, com o objetivo de minimizar as tensões dela derivadas. (HEREDIA, GONÇALVES E CAMARGO, 2016, p.5)

De acordo com Mocellin e Heredia (2018), o perfil dos senegaleses que chegam a Caxias do Sul segue as mesmas características apresentadas no cenário nacional. São migrantes que viajam em busca de emprego, cativados pela oferta de oportunidades. O perfil sobretudo é de homens jovens entre 25 e 35 anos, predominantemente muçulmanos, de solteiros e casados (com predominância dos primeiros) e falantes, em sua maioria, da língua *wolof*.

As autoras destacam ainda que os africanos acabam se inserindo em setores

que existe dificuldade de absorver mão-de-obra local em virtude das condições de trabalho que apresentam insalubridade, precariedade, trabalho noturno, entre outras características que desagradam os trabalhadores locais. Diante desse cenário, muitos senegaleses preferem migrar para o trabalho ambulante.

> Observa-se assim, que o mercado ambulante acaba sendo uma alternativa frente à precarização e à mobilidade ocupacional. Além de ser um trabalho com o qual os senegaleses se identificam em razão dessa ocupação ser recorrente no Senegal, também viabiliza o projeto migratório familiar que envolve as remessas a seus familiares. Em muitos relatos, os senegaleses comentam o fato de o comércio ambulante ser mais vantajoso economicamente, mesmo diante das constantes apreensões de suas mercadorias pela fiscalização municipal. (MOCELLIN E HEREDIA, 2018, p.160)

Gamberoni e Tedesco (2022) destacam que muita dessa preferência pelo trabalho ambulante tem relação com a situação vivenciada pelas pessoas no próprio Senegal, especialmente nos últimos anos, afligidas pela seca e pela crise no setor agrícola, sobretudo na cultura do amendoim. Segundo os autores, uma das grandes explicações dos senegaleses preferirem atuar na informalidade advém da realidade vivida em Dakar, em razão da ausência de trabalho, das soluções encontradas pela população empobrecida em buscar a sobrevivência familiar.

> Em 2011 houve a maior seca dos últimos 60 anos, em torno de 30% da população rural passou a ser migrante sazonal, principalmente no período de seca (THIAM; CROWLEY, 2014, P. 30); em 2012, em torno de 43% da população (5 a 6 milhões) residia no meio rural; boa parte dessa população, não encontrando mais trabalho nas grandes cidades, tornou-se um viveiro de emigrantes e, neste contexto, as mulheres se inserem também (Idem, p. 34). Desse modo, processos econômicos, políticos e demográficos se juntam aos ambientais para produzir uma estrutura de causalidade das emigrações e redefinindo trajetórias até então bastante precisas entre os gêneros na família. (GAMBERONI e TEDESCO, 2022, p. 156)

Sobre a ajuda recorrente à família que permanece em Senegal, De Cesário, Barbosa e Zanini (2017) explicam que, em muitos aspectos, a imigração senegalesa é uma migração transnacional, pois mantém ativos vínculos na terra de origem e na terra hospedeira. A experiência migratória, em todas as suas instâncias de vulnerabilidade, torna-se compartilhada.

> A emigração senegalesa é majoritariamente projetada como um empreendimento coletivo em termos de família e nacionalidade. Em outras palavras, para além das obrigações familiares que isto posiciona sobre o indivíduo que se desloca (o envio de remessas sendo a

> principal delas), tem-se a escolha da venda ambulante como ocupação que, além de mais próxima da realidade de baixa qualificação no Senegal, permite a manutenção de redes de contato intermunicipal e interestadual com os demais senegaleses que migraram ao mesmo país (ZUBRZYCKI, 2011, p. 55 APUD DE CESÁRIO, BARBOSA E ZANINI, 2017, p.86)

Tedesco (2017) complementa esse entendimento ao dizer que os senegaleses têm por característica não investir no local de destino e de que o sacrifício em fazer poupança em outro país se reflete na possibilidade de investir no local de origem. O autor diz que o dinheiro acaba sendo compensador e legítimo não só para a unidade familiar que compreende esposo e esposa, mas a família ampliada, que pode ser avós, tios, entre outros. São as relações que perduram entre quem ficou e quem partiu, em que o dinheiro produz a colagem.

> A emigração de senegaleses, ainda que seja de indivíduos, ou seja, assumida por um ou mais membros da família (em geral, masculinos), envolve o coletivo e a estrutura familiar. A saída de algum membro não significa que o núcleo familiar se fragmenta; ao contrário, fortalece-se, pois a mobilidade de alguns, implica aglutinar outros envolvidos no processo, tais como a família do/da cônjuge, amigos e parentes. O emigrante passa a ser visto como alguém com probabilidade de êxito, de referência social, que incorpora, no horizonte distante, as obrigações familiares, sociais e morais de distribuição de seus ganhos, auxiliando a família (MA GASSOUBA, 1966 APUD TEDESCO, 2017 p. 252).

Mocellin e Herédia (2018) informam que 1.856 senegaleses chegaram ao município de Caxias do Sul e foram cadastrados pelo Centro de Atendimento ao Imigrante (CAM) entre 2012 e 2014. O CAM é instituição vinculada a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (MSCS). Fundada em 1980, a entidade, que presta apoio aos migrantes no seu processo de integração à cidade de Caxias do Sul, tem o objetivo de promover e defender a vida e a dignidade do ser humano, sobretudo dos sujeitos em processo de mobilidade humana e em situação de vulnerabilidade. O CAM atua no atendimento psicológico e de assistência social, no auxílio à regularização de documentos e no auxílio à colocação de imigrantes no mercado de trabalho.

Conforme as autoras, no ano de 2015, um total de 535 senegaleses procuraram o CAM, sendo 530 homens e apenas 5 mulheres. Desse grupo, 54,39% eram de pessoas solteiras e 37.57% de pessoas casadas, além de um grupo que não informou o seu estado civil. Quanto a faixa etária, 27,48% eram de jovens até 25 anos, 53,27% de 26 a 35 anos e 16,64% entre 36 e 45 anos. Heredia e Mocellin (2018) destacam o perfil de pessoas mais jovens entre os imigrantes, justamente pela capacidade laboral.

“É característica dessas migrações os deslocamentos serem feitos por jovens que tem melhores condições de se adequarem ao mercado de trabalho” (MOCELLIN E HERÉDIA, 2018, p.156).

O levantamento também traz dados sobre a escolaridade desses imigrantes, que são critérios de inserção laboral. Segundo o estudo, apenas 1,31% dos senegaleses que chegaram nesse período tem ensino superior completo, apenas 2,99% têm ensino superior incompleto e 9,72% têm ensino médio completo. A imensa maioria, 52,15%, possuíam ensino fundamental incompleto, o que inviabiliza a oferta de emprego em funções qualificadas. Em contrapartida, o levantamento aponta que grande parte desses senegaleses fala mais de um idioma, o que facilita o acesso em determinados setores. Segundo Wenczenovicz (2016) esses dados podem ser explicados pela história do próprio país africano. Conforme a autora, há deficiências educacionais graves em Senegal, identificadas por órgãos internacionais, e justificadas pela colonização francesa.

> Segundo dados da UNESCO (2013), a educação no Senegal é um direito fragilizado enquanto política pública. Acessibilidade, falta de material didático e carência de professores dificultam e impedem que parte da população tenha acesso aos níveis básicos de escolaridade. Sem acesso à escola Básica pode-se concluir de imediato que essa condição também limita o acesso à educação de nível superior e, por consequência impulsiona a exclusão do mercado de trabalho. O domínio do segundo idioma – geralmente francês – deve-se pelo processo de ocupação e colonização e balizado pelo ordenamento econômico. Sabe-se que o capital transnacional é dominado em sua maioria pelo capital francês, reafirmando a necessidade de domínio da língua francesa para inserir-se no mundo do trabalho em muitas áreas. Essa exigência corrobora com o processo de marginalização econômica de milhares de cidadãos, pois exigem que os funcionários escrevam e leiam em francês para um maior controle e produtividades em vários segmentos, e também serve para o controle sociocultural. As atividades produtivas para “analfabetos” da língua francesa estão destinadas aos trabalhos mais penosos, geralmente nas fábricas e indústrias e de menor remuneração salarial (MBAYE, 2009 APUD WENCZENOVICZ., 2016, p. 108)

2.5 - Haitianos na Região Sul: condições de vida e oportunidades de trabalho

Desde que o fluxo migratório para o Brasil se intensificou, a partir da década de 2010, muitos haitianos também escolheram a Região Sul do país para buscar condições dignas de vida. Conforme o relatório do OBMigra de 2023, a Região Sul, que foi

responsável por absorver 25,5% da mão de obra imigrante em 2013, aumentou o fluxo e chegou ao percentual de 47,8% referente ao destino de trabalhadores imigrantes em 2022. Este processo foi determinado pela absorção de haitianos e venezuelanos no mercado de trabalho.

O relatório traz ainda outro dado interessante sobre a Região Sul. Esse pedaço do Brasil, que outrora mais recebeu imigrantes brancos europeus, se tornou, na última década, o lugar mais atrativo para mão de obra de imigrantes da cor preta e parda, principalmente haitianos e venezuelanos. Ainda segundo o documento, enquanto a Região Sudeste é o principal destino escolhido pelos trabalhadores qualificados, a Região Sul é a principal escolha dos imigrantes que atuam nos trabalhos mais desvalorizados.

O relatório do OBMigra de 2017 traduziu em números a opção dos haitianos pela Região Sul. No levantamento realizado, os estados de Santa Catarina (30%), Paraná (17%) e Rio Grande do Sul (15%) foram os que mais admitiram haitianos com carteira de trabalho assinada em 2016. Em contrapartida, o país já se encontrava em crise e o número de demitidos nesse período foi ainda maior do que o número de admitidos, com saldo negativo na absoluta maioria dos estados. Também é possível observar que alguns estados do Norte e todos os estados do Nordeste tiveram poucos ou nenhum trabalhador haitiano admitido no período, conforme aponta a tabela abaixo.

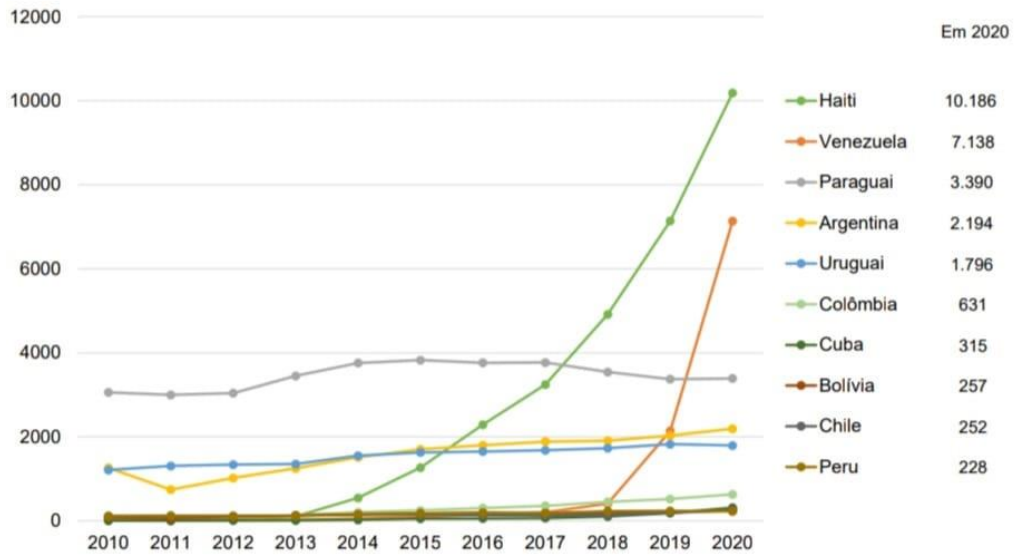
Tabela 11 - Admissões e demissões de haitianos em 2016, por Unidade Federativa

Unidade da Federação	2016		
	Admitidos	Demitidos	Saldo
Total	**18.774**	**26.537**	**-7.763**
Rondônia	176	385	-209
Acre	2	4	-2
Amazonas	135	206	-71
Roraima	31	37	-6
Pará	8	41	-33
Amapá	-	2	-2
Tocantins	5	9	-4
Maranhão	-	5	-5
Piauí	1	-	1
Ceará	13	16	-3
Rio Grande do Norte	3	9	-6
Paraíba	2	-	2
Pernambuco	2	2	-
Alagoas	-	-	-
Sergipe	-	-	-
Bahia	15	38	-23
Minas Gerais	1.160	1.424	-264
Espírito Santo	49	67	-18
Rio de Janeiro	658	809	-151
São Paulo	2.753	3.940	-1.187
Paraná	3.285	5.401	-2.116
Santa Catarina	5.644	7.617	-1.973
Rio Grande do Sul	2.764	3.743	-979
Mato Grosso do Sul	336	399	-63
Mato Grosso	1.070	1.610	-540
Goiás	530	623	-93
Distrito Federal	132	150	-18

Fonte: OBMigra 2017

Outro dado interessante a ser analisado, trazido pelo relatório do OBMigra do ano de 2021, é a quantidade de imigrantes haitianos matriculados nas escolas, conforme cálculos do Censo Escolar. Fazendo um comparativo entre o número de estudantes latino-americanos na educação básica, na Região Sul, é possível observar um crescimento exponencial da população haitiana, principalmente a partir de 2014. Esse número vai ao encontro do que disse Uebel (2016), apontando que os haitianos migraram para o Brasil em duas fases, inicialmente os homens em idade ativa para o mercado de trabalho e, posteriormente, o restante da família. Nesse caso específico, as crianças.

Gráfico 4 - Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Sul



Fonte: OBMigra 2021

De Cesário, Barbosa e Zanini (2017) trazem uma experiência etnográfica de Barbosa (2015) sobre a imigração haitiana no Rio Grande do Sul e relatam dois pontos importantes. O primeiro é o caráter migratório transnacional, que envolve redes de solidariedade familiares, comerciais (agências de viagem e coiotes), de acolhida (igrejas e sociedade civil), de inserção laboral (do poder público e empresários) e o segundo é o esforço dos haitianos em absorver a nova cultura, sem deixar de lado suas identificações. Os imigrantes haitianos recebem ajuda financeira de parentes para pagar a viagem e devolvem o valor, a medida do possível, quando encontrarem trabalho. Além disso, há um compromisso selado de enviar remessas para os que ficaram. Também deve-se destacar o compromisso dos que partiram em buscarem os que ficaram

caracterizando a família transacional haitiana, tendo como origem os laços de sangue.

> [...] a ética da obrigação familiar não é sentida como uma esfera de valores diferenciada da de nação. Pelo contrário, no Haiti, a linguagem normativa das obrigações que definem diretamente a relação de parentesco liga, assim, os indivíduos à nação através de metáforas baseadas na comunidade de sangue. Tanto os instruídos como os analfabetos, tanto os adolescentes urbanos pobres como os dirigentes políticos educados, usam metáforas de parentesco e sangue para explicar a unidade de todos os haitianos. Esta unidade prolonga-se transnacionalmente, englobando todos os que têm ascendência haitiana, independentemente do lugar aonde vem. O Estado-nação transnacional é legitimado através da ideologia de uma linha de descendência que liga os indivíduos a um corpo comum haitiano (SCHILLER; FOURON, 1997, p. 46 APUD DE CESARIO, BARBOSA E ZANINI, 2017, p.95 e 96).

Uebel e Rückert (2017), trazem dados do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal para informar que, em outubro de 2014, havia 2.503 haitianos no Rio Grande do Sul e essa presença massiva no território gaúcho é justificada exclusivamente pela oportunidade de emprego em posições não mais desejadas pelos sul-riograndenses, o que faz com que eles não entrem em competição com os gaúchos por postos de trabalho. Ainda segundo os autores, desse total, 59% escolhem como destino a Serra Gaúcha, principalmente as cidades de Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Uebel e Rückert (2017) também reforçam que estes municípios representam um dos primeiros locais de concentração dos haitianos no Brasil, onde foram identificados os principais casos de xenofobia, mas também de articulação para a integração desses imigrantes na sociedade.

> Ali concentram-se principalmente imigrantes com famílias ou grupos de mais jovens recém-chegados após o estabelecimento das redes e rotas consolidadas. A atuação profissional destes indivíduos está diretamente atrelada à economia e atividade industrial locais, trabalhando, então, em indústrias moveleiras, têxteis, automotivas e também com forte atuação nos setores de serviço. Segundo os relatos, a escolha pela Serra Gaúcha se deu pela atratividade empregatícia na região, bem como pela facilidade de confecção dos documentos e registro no posto da Polícia Federal em Caxias do Sul, que é mais rápido no atendimento que o de Porto Alegre, além de que Caxias do Sul já apresentava uma estrutura de atendimento aos imigrantes, como a Pastoral dos Imigrantes, reconhecida nacionalmente. (UEBEL E RÜCKERT, 2017, P.103 e 104)

Ainda sobre a xenofobia, Steffen (2017) aborda alguns exemplos de xenofobia expressados não por meros cidadãos de Caxias do Sul, mas por políticos eleitos. Segundo a autora, em notícia publicada pelo Portal G1, em 2014, o então vereador

Flávio Dias falou o seguinte sobre os imigrantes na cidade, se referindo não só aos haitianos, mas também aos senegaleses: “Não vieram trazer benefício para o Brasil coisa nenhuma. Vieram trazer mais pobreza. Então eu não sou favorável a esses caras aqui, de jeito nenhum. O pessoal daqui precisa de muito apoio também e não tem”. (STEFFENS, 2017).

A autora também traz uma fala publicada no Jornal Pioneiro, em 2016, dita pelo então prefeito da cidade, Alceu Barbosa Velho, que deixou claro o desinteresse em atender as necessidades específicas dos imigrantes. “Eles têm atendimento gratuito pelo SUS e acesso a tudo que as demais pessoas têm. Não é porque vieram de fora que vamos passar eles na frente de quem está aqui. Se eles querem trabalhar, têm de procurar trabalho. Está ruim para todos”. E o prefeito ainda complementou: “Ninguém pode achar que o poder público pode tudo. Agora vem esse bando de imigrantes e a prefeitura tem de dar trabalho e comida para todo mudo? Não é assim” (STEFFENS, 2017)

No que diz respeito a gênero e faixa etária, o estudo de Uebel e Rückert (2017) aponta que, do total de 2.503 imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul em outubro de 2014, 1.863 eram homens, o equivalente a 74,4%, e 640 mulheres, número correspondente ao percentual de 25,6%, um quarto do total. Mesmo que a presença de haitianas seja bem mais significativa que a de senegalesas, por exemplo, ela ainda se encontra em número bem menor em comparação aos homens. No que tange à faixa etária desses imigrantes, 50,6% tinham entre 31 e 50 anos, 44,3% entre 19 e 30 anos e apenas 1,6% de pessoas com mais de 51 anos. Segundo Uebel e Rückert (2017), essa realidade tem relação com fiel com a composição etária do Haiti, um país habitado por pessoas jovens em sua maioria.

> A população haitiana apresenta uma estrutura jovem. Mais da metade da população possui menos de 21 anos. As pessoas com menos de 15 anos representam 36,5% da população, aquelas de 15 a 64 anos representam 58,3%, ao passo que a população acima de 65 anos é de 5,1%. A metade da população do país é constituída de mulheres. Essa pequena diferença é observada especialmente em idades de trabalho entre dez e trinta e nove anos. Em termos de locais de moradia, esse excedente é muito mais acentuado onde há 86 homens para cada 100 mulheres nas zonas urbanas e 98 homens para cada 100 mulheres nas zonas rurais. (Institut Haitien de statistique et d'informatique, 2003 APUD UEBEL e RÜCKERT, 2017, p. 15 e 16).

No que diz respeito ao grau de instrução dos haitianos que migraram para o Rio Grande do Sul, o estudo se diz inconclusivo e utiliza dados do IBGE, da Polícia Federal, do MTE, complementado e tabulado pelas entrevistas realizadas com haitianos pelos

próprios autores em sua pesquisa. Conforme o levantamento, apenas um haitiano tinha curso superior completo e os demais tinham as mais variadas formações, desde a educação básica até cursos técnicos e profissionalizantes. O estudo afirma ainda que todos os imigrantes com idade acima de 19 anos possuíam um nível de formação primária, no mínimo.

3 – Desafios enfrentados por senegaleses e haitianos em Caxias do Sul

Para compreender a realidade vivida pelos imigrantes senegaleses e haitianos em Caxias do Sul, em junho de 2024, percorri o centro da cidade, o mesmo local que me motivou a iniciar esta pesquisa, para ouvir as histórias dessas pessoas que deixaram sua terra natal em busca de novas oportunidades. O primeiro local visitado foi a Praça Dante Alighieri, um espaço emblemático da cidade e ponto de encontro de moradores e visitantes. A praça é cercada por edifícios históricos, lojas, bancos e cafés, além de contar com amplos espaços arborizados e um chafariz que, muitas vezes, durante a Festa da Uva[17], verte água colorida, remetendo ao cheiro e à cor do vinho. O constante movimento de pessoas faz do local um centro comercial a céu aberto, onde culturas se encontram diariamente.

Nas proximidades da praça, destacam-se construções icônicas como a imponente Catedral Diocesana de Caxias do Sul. As ruas ao redor, como a Avenida Júlio de Castilhos e a Rua Sinimbu, concentram um comércio vibrante, repleto de lojas, mercados e galerias. A fusão da tradição italiana, presente na história e na cultura local, com a crescente presença de imigrantes oriundos de países do Sul Global, revela uma cidade em constante transformação e enriquecida pela diversidade.

Por ser um homem branco brasileiro, previ que poderia ser confundido com algum tipo de fiscal e que enfrentaria dificuldades nas abordagens iniciais a imigrantes senegaleses e haitianos, especialmente em entrevistas com mulheres. Para facilitar esse contato, fui a campo acompanhado de minha tia Maria Antonieta e minha mãe Ilir, duas senhoras simpáticas e sorridentes que ajudaram a quebrar o gelo nos primeiros encontros.

O cenário que tia Maria, minha mãe e eu encontramos foi bastante diferente do cenário que me motivou a iniciar o trabalho de pesquisa. Aquelas dezenas de imigrantes que se espalhavam pelas principais ruas e avenidas centrais da cidade, com tapetes estendidos no chão, vendendo todo o tipo de mercadoria, foi reduzido a um espaço de dois quarteirões nas proximidades da Praça Dante Alighieri e a algumas barracas nas proximidades da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas, a cerca de 500 metros

[17] Realizada desde 1931 para celebrar o progresso da viticultura introduzida pelos imigrantes italianos, a Festa da Uva é a principal atração turística de Caxias do Sul. A festividade ocorre de dois em dois anos, entre os meses de fevereiro e março. Fonte: Folha de São Paulo

dali. No total, não encontrei mais do que 10 ou 20 barracas e percebi uma grade redução no número de vendedores em comparação ao que eu havia observado em anos anteriores

Além dos locais de venda fixos, outra diferença substancial era o uso de tendas para exposição de mercadorias. Conforme notícia divulgada pelo próprio *site* oficial da Prefeitura de Caxias do Sul, a instalação de barracas em pontos fixos foi a alternativa possível para que os imigrantes continuassem a vender as suas mercadorias, sem que houvesse ocupação dos passeios públicos, reclamação recorrente dos moradores e comerciantes. Em abril de 2022, as tendas foram finalmente entregues e a atividade foi legalizada, mediante pagamento de uma taxa anual de R$ 116 para a obtenção do alvará. Entretanto, com dimensões muito inferiores às necessidades dos vendedores, por não haver espaço para a exposição de todos os itens que eram vendidos, as tendas da prefeitura foram sendo substituídas por barracas financiadas pelos próprios imigrantes. Foi o único jeito encontrado para resolver o imbróglio.

Durante meu trabalho de encontrar imigrantes entre os vendedores ambulantes da cidade, constatei que todos que atuavam nessa atividade eram senegaleses. Não havia haitianos. Esse dado reforça uma característica já discutida ao longo deste estudo: a significativa presença de imigrantes senegaleses no setor informal, especialmente na atividade de venda de mercadorias nas ruas.

3.1 – Senegaleses em Caxias: muito trabalho e sextas-feiras dedicadas à fé

A concentração de imigrantes senegaleses na mesma região da cidade para venda de suas mercadorias não deixou os imigrantes tão satisfeitos assim. Antes eles tinham liberdade de mudar o ponto de venda, negociar melhores preços e driblar a concorrência. Apesar de preferir vender seus produtos onde bem quisesse, como era até a mudança, o senegalês Onael[18], de 43 anos, declarou que a regulamentação da atividade, pelo menos, o permitiu trabalhar um pouco mais tranquilo.

Ao longo dos anos vendendo produtos nas ruas, ele chegou a perder mercadorias por nove vezes em ações de fiscalização da prefeitura. Em uma mesma semana, chegou a ser confiscado três vezes, em três dias seguidos e precisou pedir à

[18] Por solicitação de alguns entrevistados e para evitar possíveis constrangimentos ou retaliações, serão utilizados nomes fictícios para todas as personagens mencionadas no trabalho de pesquisa.

mãe e ao irmão para venderem coisas suas no Senegal para juntar dinheiro, com o intuito de recomeçar. Ainda com algumas dificuldades de se expressar em português, Onael relata inclusive como aconteceu uma das abordagens mais violentas realizadas por um fiscal.

> Ele pegou toda minha mercadoria, tirou o relógio da maleta e largou no chão, tirou tudo, começou a brigar, pegou uma arma com energia, depois ele me colocou, já cai no chão...muitas coisas (aconteceram) aqui em Caxias

Onael chegou ao Brasil em 2015 por Rio Branco, no estado do Acre, onde ficou cerca de dez dias para conseguir emitir o Cadastro de Pessoa Física (CPF), antes de iniciar a viagem de ônibus a Caxias do Sul, que demorou cerca de dois dias. Ao chegar na cidade, regularizou o CPF na Receita Federal e emitiu a carteira de trabalho no Ministério do Trabalho para conseguir começar a trabalhar. Apesar de obter a documentação rapidamente, Onael procurou por cinco meses uma oportunidade e não conseguiu emprego em Mecânica, área na qual se especializou.

> Trabalhei 15 anos como mecânico no Senegal, meu pai também era mecânico, mas não sei o que aconteceu, não apareceu nada para mim, só fui conseguir trabalhar em firma em 2021, na cidade de Nova Roma do Sul, onde trabalhei por 1 ano e meio

Para sobreviver, Onael conta que sempre evitou buscar benefícios sociais do governo, optando por depender da ajuda de um amigo que o acolheu em sua casa até que ele conseguisse começar a trabalhar como vendedor ambulante nas ruas da cidade. No ano seguinte, ele conseguiu trazer uma de suas esposas para o Brasil. Como todos os demais senegaleses entrevistados nesta pesquisa, Onael é muçulmano e, por sua religião, pode ter mais de uma esposa. Com uma delas, teve dois filhos gêmeos, nascidos no Brasil, enquanto com a outra teve três filhos, que ainda vivem na África. Além desses, Onael também é pai de outro menino, fruto de um relacionamento anterior. Com duas famílias para sustentar, ele economiza o máximo possível para enviar dinheiro ao Senegal e ajudar seus filhos e parentes que lá residem. No final de 2023, Onael conquistou um emprego de carteira assinada na empresa Randon, mas deixou o cargo recentemente após uma discussão em que foi chamado de “viado”. Apesar desse episódio, ele acredita que nunca sofreu preconceito na cidade.

> Nunca aconteceu de eu ser maltratado por ser negro porque sou tímido, eu não quero conversar se eu sinto que a pessoa não faz uma

> cara boa pra mim. Tem as pessoas que são boa gente aqui em Caxias, mas tem as pessoas chatas também. Se eu percebo que a pessoa é não boa eu fico calmo e deixo ela ir embora.

Muito religiosos, Onael e a esposa vivem apenas de casa para o trabalho e não costumam se reunir em momentos de lazer nem mesmo com os outros senegaleses que vivem na cidade. O tempo livre é dedicado apenas às orações à Alá, o Deus muçulmano. Enquanto vende suas mercadorias em Caxias do Sul, sua segunda esposa, que mora no Brasil, costuma passar as temporadas de verão trabalhando em outros locais. No início do ano de 2024, ela esteve em Santa Catarina e, entre os meses de abril e julho de 2024, passará uma temporada na Espanha, trabalhando como vendedora ambulante.

Quem também trabalha como vendedor ambulante em Caxias do Sul é Alasan, de 58 anos. Inicialmente, Alasan chegou para morar em São Paulo, mas não se adaptou às condições de moradia que foram ofertadas e decidiu vir para Caxias. Assim como os demais vendedores ambulantes que foram entrevistados, ele preferia ter a liberdade de escolher o local para vender suas mercadorias e não ter de atuar em um ponto fixo determinado pela prefeitura: “Antes era melhor, eu podia fazer o meu preço, tinha liberdade de mudar caso não estivesse bom. Agora o cliente chega e pergunta o preço de alguma coisa na barraca da frente, eu fico sem ter como negociar”.

Antes de chegar ao Brasil, Alasan se profissionalizou como soldador e chegou a trabalhar para uma empresa da Bélgica em navios e passou por diversos países da África, como Nigéria, Mali e África do Sul, mas no Brasil não conseguiu atuar nem na sua profissão de formação e tão pouco como artesão em madeira, outro de seus talentos. As oportunidades de trabalho com carteira assinada que surgiram, pagavam muito pouco.

> A gente deixou a família lá, o salário-mínimo não vai dar certo pra mim. Aqui tem que morar em apartamento, pagar as contas e mandar dinheiro pro Senegal, a gente não consegue viver com esse salário-mínimo. Tudo o que eu aprendi é em francês, todos os diplomas que eu tenho são em francês, quando chega aqui não vale de nada, tem que correr atrás da validação. A gente ouviu os relatos de que não era fácil daqueles que chegaram primeiro e acabei trabalhando com vendas.

Sobre a receptividade da população aos imigrantes estrangeiros, Alasan diz que depende de cada pessoa. Não considera a população racista de uma maneira geral, apenas mais fechada. O senegalês acredita que quem os trata com indiferença é por falta de conhecimento. “Eles acham que a pessoa que vem da África é selvagem, que

mora no mato, que não sabe de nada. Eles não valorizam a gente porque vem da África, valorizam quem vem dos Estados Unidos, é coisa da mentalidade brasileira". Entretanto, o senegalês relatou uma situação em que se percebeu vítima de preconceito morando aqui no Brasil

> Uma vez eu estava viajando no Paraná, na cidade de Jacarezinho, eu fui lá fazer uma feira. Eu precisava de viajar para Leópolis, uma outra cidade pequena. Eu peguei um ônibus que estava lotado, só havia lugar para sentar ao meu lado. Chegou uma mulher que entrou, ela olhou todos os lugares preenchidos e ficou de pé durante duas horas. Eu tava com pena dela, eu não tava com pena de mim, porque eu me sentei. Eu não estava esperando que ela me valorizasse, eu me valorizei, porque eu sei quem eu sou.

Trabalhando como ambulante em Caxias do Sul, Alasan relata que, de vez em quando, surge uma pessoa menos educada para ser atendida, mas quando isso acontece, costuma não dar muita importância. "Uma vez chegou um cara pra comprar óculos de um colega e depois ele retornou com os óculos quebrados e começou a xingar a gente, mandando a gente voltar pra nossa terra". Alasan disse ainda que o vendedor até queria brigar com o cliente por causa desse comportamento, mas ele não deixou. Ele acredita que os senegaleses ainda passariam por culpados na situação perante as autoridades, por serem estrangeiros.

Alasan é presidente da associação de senegaleses de Caxias do Sul, que ainda não tem uma sede própria. Os assuntos relevantes para a comunidade senegalesa são discutidos por celular, via grupo de *whatsapp*. "É um grupo forte, quando alguém está precisando, a gente ajuda, quando alguém morre, a gente junta dinheiro para enviar o corpo para Senegal". Segundo ele, o número de senegaleses na região vem diminuindo consideravelmente nos últimos anos.

> Já tivemos cerca de 900 integrantes no grupo, mas agora acho que não tem nem metade. Se tem 250 senegaleses em toda região é muito. A maioria foi pros Estados Unidos, tem gente que conseguiu documentos e foi pra Europa. O motivo é que a gente sai de Senegal pra uma vida melhor, sabe? E aqui a gente tá sobrevivendo porque não é o que a gente estava esperando, sabe? Não vou dizer decepção, mas a gente trabalha só pra comer, mas pra poder juntar dinheiro e construir uma casa não tá dando certo não.

Sobre os senegaleses que permaneceram na cidade, Alasan explica que muitos estão empregados na Marcopolo, empresa de fabricação de carroceria de ônibus da cidade - um deles até em cargo de chefia - e outros até conseguiram abrir sua própria loja, mas a maioria optou por ir embora. Segundo ele, uma das principais barreiras é o

aprendizado do idioma. “Eu estudei francês na minha terra e tive mais facilidade, mas tem gente que não aprendeu francês, pra eles falar português não é fácil”, ao citar os senegaleses que se comunicam em “*wolof*[2]”. Apesar de estar no Brasil há vários anos, Alasan não chegou a trazer a família e sonha um dia em retornar ao Senegal.

> Eu quero voltar pra casa, por isso não quero trazer minha família, não quero que eles percam a tradição deles. Eles podem ficar aqui 50 anos e nunca vão ser gaúchos. É a cultura, a tradição e a identidade da gente, sabe? Eu sou africano, do Senegal, posso ficar 50 anos aqui e vou gostar mais da minha comida, da minha cultura, nunca vou perder isso.

Durante a entrevista, Alasan também falou da relação dos senegaleses com negros brasileiros e disse ficar espantado pelas condições em que vivem e as posições de trabalho que ocupam, na portaria de prédios e em funções de limpeza, mas nunca como gerentes ou outros cargos de chefia. Ele acredita que essa realidade só acontece pelo sentimento de inferioridade. Segundo ele, os negros brasileiros não se valorizam como deveriam.

> Eu, por exemplo, não gosto que me chamem de moreno, eu sou preto. Eu gostaria que as pessoas me chamassem de preto. Preto é a cor da gente, eu nasci preto e tô feliz, é uma felicidade. Eu to com 58 anos e ninguém vai dizer a minha idade, eu tô abençoado. Não é porque uma pessoa é preta que ela se sente melhor que o branco, é a pele da gente. A gente nasce igual, isso que eu aprendi. Havia uns camaradas brancos que estudavam comigo na minha terra, mas a gente nunca sentia essas coisas (que os negros sentem aqui) ....

Com menos fluência no português, outro vendedor ambulante que atua na região é Bouba, de 38 anos, sete deles morando em Caxias do Sul. Em função da época do ano em que as entrevistas foram feitas, no auge do inverno da Serra Gaúcha, em sua barraca havia praticamente as mesmas mercadorias dos colegas, especialmente itens de proteção ao frio como meias, gorros, luvas, calçados, além de outros acessórios de uso pessoal.

Antes de atuar como vendedor, Bouba se arriscou em outras áreas. O imigrante trabalhou em obra, em metalúrgica e até como garçom em restaurante. “Para mim a língua sempre foi a parte mais difícil. Nesse restaurante eu tive sorte porque tinha uma brasileira que falava francês e ela me ajudou”. Apesar de trabalhar em alguns locais com carteira assinada, Bouba optou por ser vendedor ambulante. “Onde paga mais eu vou”.

Sobre a experiência com a receptividade dos moradores caxienses, Bouba

contou alguns episódios em que sofreu racismo e disse que chegou a bater em uma pessoa que o ofendeu, mas não quis mencionar o que foi dito. Também não concorda em ser proibido de vender as mercadorias onde bem quiser e com os protestos que eram feitas pelos lojistas do centro da cidade, que reclamavam que os senegaleses estavam tomando as ruas e calçadas, sem deixar espaço para os pedestres. “Eles tinham por onde passar, tinha muito espaço”. Bouba também sempre percebeu que muitas pessoas o olham de maneira diferente, mas em geral, evita o conflito. “Eu não posso imaginar o que a pessoa pensa quando tá olhando, mas se ela fala é outra coisa”. Ele também diz que prefere se manter indiferente aos olhares das pessoas.

A forma rude como muitos senegaleses foram tratados ao longo dos anos pode ser exemplificada em uma experiência relatada pela minha tia Maria, a senhora que me acompanhou em diversas entrevistas durante a pesquisa. Minha tia trabalhou por muitos anos como recepcionista em um estúdio de tatuagens, que fica localizado em um prédio comercial, bem em frente à praça Dante Aligheri. Segundo ela, logo que começaram a chegar em grande número à cidade, os senegaleses locaram um espaço no prédio, uma sala comercial, e as esposas dos imigrantes faziam almoço para os senegaleses que trabalhavam como vendedores ambulantes na região. No entanto, a forma como eram tratados pelos demais inquilinos do prédio fez com que a experiência não durasse por muito tempo.

> Na época os senegaleses ainda não tavam concentrados na praça, eles trabalhavam em várias ruas, mas ao meio-dia se reuniam pra almoçar lá. E o pessoal do prédio toda vez ficava reclamando do cheiro no elevador, que eles fediam, não tomavam banho, que o suor era muito forte e eles não aguentavam...e assim todo o dia era a mesma coisa.... enquanto não tiraram os senegaleses de lá eles não sossegaram...reclamaram tanto que fizeram com que eles saíssem de lá...todas as tardes que eu subia pro trabalho eu ouvia isso dentro do elevador

Outro vendedor ambulante, morando há 10 anos em Caxias do Sul, é Patrice, de 30 anos. O senegalês monta a sua banca diariamente, bem na praça Dante Aligheri. Ao chegar ao Brasil passou por São Paulo, para providenciar os primeiros documentos, e logo que desembarcou em Caxias conseguiu emprego na metalúrgica Cemar, onde o primo já trabalhava. Nessa época, Patrice chegou a conciliar a atividade com a atuação no supermercado Carrefour, com o objetivo de juntar o máximo de dinheiro possível e enviar para a família que continuava no Senegal: a mãe, o irmão e as irmãs.

Na sua trajetória profissional de uma década no Brasil, Patrice também trabalhou em outras empresas de grande porte, como a Randon, e disse nunca ter

sofrido, dentro dos locais de trabalho, nenhuma discriminação racial. Entretanto, ele admite que, trabalhando como vendedor nas ruas, episódios racistas já aconteceram. “Na rua eu já sofri, já teve embate aqui que envolveu polícia e tudo sobre racismo e tudo mais. Gente que falaram coisas, mas foi quando a gente chegou ali (na cidade). Hoje está mais de boa, o povo tá mais misturado”. Patrice não quis detalhar quais ofensas sofreu nesse episódio, ocorrido há 7 anos. Para ele, é algo que ficou no passado.

> A vida que segue, cada um tem seu pensamento de vida. Hoje pra ofender uma pessoa não precisa ser só sobre cor. Pode ser de qualquer forma, se a pessoa é assim..... como eu digo, a gente não vai mudar a característica da outra pessoa. A gente tem que opinar o que achamos que a verdade é, o resto cada um faz o que acha certo. Você entrou no assunto é por isso que eu tô falando, mas a gente nem toca mais (no assunto)

Patrice também comentou a sua percepção ao ser visto de maneira diferente quando saiu do seu país.

> A gente foi um dos primeiros que chegaram aí, então qualquer lugar que você vai como estrangeiro, as pessoas vão te olhar de um jeito diferente. Isso é normal. Aqui não é o primeiro lugar que eu veio, tem gente que passaram em outros lugares, como tem gente que saiu daqui que foi para outros lugares. Tem vários países que ainda existe uma coisa que não deveria existir (o racismo), mas existe. É a vida. O mais importante pra nós é a gente seguir a vida e fazer o nosso trabalho.

Assim como os demais senegaleses que trabalham como ambulantes no centro da cidade, Patrice mora próximo ao trabalho e tenta montar a sua barraca todos os dias, com exceção dos dias de muita chuva. Ele divide apartamento para economizar nas despesas e tem planos de um dia voltar para Senegal, mas deixa o futuro nas mãos de Deus. “A gente tá vivendo com planos de voltar, mas cada dia pode mudar os planos. O objetivo é conseguir um pouco de dinheiro, voltar lá ou ir num lugar que a gente acha a economia melhor pra conseguir sobreviver”.

Quem também já está há dez anos morando em Caxias é Sadio, de 32 anos. Quando chegou ao Brasil, fez o mesmo trajeto de vários compatriotas. Entrou pelo Acre e passou por São Paulo para conseguir os primeiros documentos. Por indicação, Sadio veio a Caxias do Sul já com emprego certo, onde permaneceu por nove anos, em uma empresa metalúrgica. Há cerca de um ano optou por se desligar do trabalho com carteira assinada para atuar como vendedor ambulante no centro da cidade, especialmente no comércio de calçados.

> Eu gostava, mas a renda não tava muito boa, tem muitas contas pra pagar. O salário era até bom, mas tinha que fazer serão pra ganhar bastante, aí corpo também não aguenta, era um trabalho pesado. Crescer na empresa era difícil porque quando você chega aqui e não fala nada de português, a firma não vai te responsabilizar muito né? Mas eu cresci bastante, sabe fazer coisas que eu não sabia, sabe dirigir empilhadeira, tudo eu aprendi na empresa. Só que o crescimento é muito demorado.

Sadio é poliglota e fala cinco línguas, além de *wolof* e francês, idiomas mais falados no Senegal, se comunica bem em português, inglês e árabe. Inclusive, antes de vir ao Brasil, Sadio era estudante de Letras em seus país, com especialização em árabe. Ao chegar em Caxias do Sul, desejou voltar a estudar, mas descobriu que teria de começar tudo do zero, pois não havia curso de árabe na cidade. Dessa forma, ele resolveu estudar Administração.

> Quando eu cheguei aqui, me falava que eu tinha que recomeçar porque não tem língua que eu estudava lá. Aí fui fazer EJA, ensino fundamental e ensino médio e depois fui pra faculdade. Não gostei muito porque era toda on-line e parei. Eu tava pagando uma coisa que não tava legal. Estudar presencial pra mim também era difícil porque trabalho, né?

Depois de quase nove anos morando em Caxias do Sul, Sadio finalmente conseguiu trazer sua esposa e sua filha pequena, em 2023. A família tem planos de um dia voltar para o Senegal, mas por enquanto o plano é permanecer na cidade e prosperar. É pensando em um futuro melhor para elas, e para continuar ajudando o máximo possível os parentes que permanecem em Senegal, que Sadio busca continuar trabalhando com o comércio de mercadorias e abrir o seu próprio negócio. Porém, por enquanto, ainda não conseguiu botar esse ideal em prática.

> Trabalhar pra outras pessoas o cara sempre vai ficar atrás das pessoas. Eu hoje em dia meu plano é ter o próprio negócio. Se tiver um lugar pra alugar eu também alugo, só que é difícil pra nós conseguir alugar. Já faz quase um ano que eu tô procurando um ponto pra sair trabalhando direto, que é melhor do que ficar aqui na rua com frio, com chuva. Pra mim não importa o quanto vou pagar, mas o problema é conseguir imobiliária, é difícil...já é difícil pra brasileiro, imagina nós pra conseguir fiador...é muito complicado.

Durante sua estada de uma década em Caxias do Sul, Sadio conta que, pessoalmente, não teve problemas com xingamentos e ofensas racistas, mas procura não levar em consideração as pessoas que preferem manter distância.

> Todo lugar que você for no mundo tem gente boa e gente ruim. Não vou dizer que tem gente racista, só que tem pessoas que não se misturam muito, que não costumam se misturar com gente de fora. Tu pega o ônibus, tu tá sentado, o outro banco tá vazio.....até os brasileiros, ninguém quer sentar do lado de ninguém, se não conhece. As pessoas preferem ficar em pé. Pra mim não tem problema, eu me preparei pra isso, eu já tenho experiência. Tipo, a pessoa não me gosta, não me valoriza, eu sabe me valorizar e gosta de mim mesmo. Então não me importo muito com a pessoa, do jeito que ela olha pra mim.

Quem já conseguiu abrir sua própria loja para trabalhar com o comércio de roupas e acessório é Nana, de 35 anos, que mora há dois anos em Caxias do Sul e tem sua loja no centro da cidade, bem próxima à praça Dante Aligheri. Além dessa loja, ela e o marido possuem outras duas na cidade de São Francisco de Paula, também na Serra Gaúcha. Nana conta que o marido já está há doze anos na região e começou trabalhando com vendas nas ruas. Quando chegou à cidade, Nana disse ter conseguido resolver a documentação rapidamente, com a ajuda do marido, que já havia passado pelo mesmo processo.

Nana chegou ao Brasil grávida e teve seu filho aqui no país. Contadora no Senegal e com a carreira estabelecida, ela revela ter recusado uma proposta muito boa para continuar no país e ganhar muito mais do que recebe no Brasil. Para acompanhar o marido e reunir a família, optou pela mudança. Para se manter ativa, ela faz a contabilidade na sua própria loja. Nana relatou que o marido é técnico e informática e também não atuou em sua área de formação. Ele até teve oportunidade de atuar na área, mas pagando um valor muito abaixo do que a profissão deveria pagar, aí optou por trabalhar com vendas.

> Eu vim aqui e não sabia falar português, eu aprendi tudo aqui. No Brasil eles não gostam de outras pessoas que vem aqui e trabalhe.... eles não vai pegar uma pessoa estrangeira que vem aqui e trabalhe na coisa que faz no país, é muito difícil. Vai procurar outra coisa pra ganhar a vida

Morando no centro da cidade, ela conta que a rotina da família é basicamente trabalho, casa e supermercado, e, apesar de ainda ter batente dificuldades em se expressar em português, se diz adaptada à região e ao frio, que é bem diferente da temperatura na cidade de Dakar, onde morava no Senegal. Nana acredita que a sua postura no trabalho e na vida pessoal evita que ela tenha problemas na cidade. “Aqui tem pessoas diferentes, tem pessoas chatas, tem tudo...aqui em Caxias do Sul o único problema que tem é o pensar que é superior de todos, o gaúcho”. Nana também diz nunca ter sofrido nenhum preconceito. “Se me olham eles sabem branca... aqui faz tudo

coisa correta, não gosto faz como outra negra faz, porque se faz como outro negro faz, ele não vai ter respeito", diz ao buscar diferenciar o seu comportamento do comportamento adotado pelos negros brasileiros, que ela acredita não se valorizarem como deveriam e, por isso, são desrespeitados.

Nana menciona também que gosta muito da festa religiosa Grand Magal[19], que tem como objetivo principal agradecer a Deus e apresentar a cultura senegalesa. Quando tem a oportunidade de passear, Nana gosta de estar com sua cunhada, que mora em São Francisco de Paula, e visitar cidades turísticas, como Gramado. Inclusive, Nana me mostrou no celular a foto de um almoço em São Francisco de Paula para integrar a equipe de funcionários que trabalham para a loja: "Essa é minha cunhada e essa é a Carol, que está aqui atendendo. Eu tenho carro e dirijo bem, ela foi comigo para São Francisco" contou, ao indicar que vive em condições confortáveis e desfruta de momentos de lazer com sua família e amigos.

Outro senegalês que já conseguiu abrir seu próprio comércio é Christian, de 37 anos, há 13 deles morando em Caxias do Sul. Além dele, o seu irmão cuida da outra loja da família, que fica a poucos metros dali, também no centro da cidade. Ambos os espaços são especializados em vender as mesmas mercadorias comercializadas pelos senegaleses que trabalham como ambulantes: roupas, calçados e acessórios. Além de cuidar da loja, Christian também é um dos responsáveis pela mesquita de Caxias do Sul, um local de oração dos muçulmanos, utilizado especialmente às sextas-feiras, o dia sagrado para os devotos do profeta Maomé.

Nos dias que precisa ir à mesquita, no horário de celebração da cerimônia, entre às 12h30 e às 13h, Christian explica que deixa a loja sob a responsabilidade de sua funcionária brasileira e, caso não seja possível, fecha a loja durante esse horário para participar da celebração. Ele conta que, rotineiramente, os muçulmanos fiéis precisam orar cinco vezes ao dia e precisam se ajoelhar em direção à Meca[20]. Ao ser perguntado como saber em qual direção é preciso se ajoelhar, Christian conta que tem o auxílio da tecnologia e utiliza um aplicativo de celular, que serve como bússola.

Christian se considera um viajante, pois antes de chegar em Caxias do Sul, passou temporadas na África do Sul, na Espanha e tentou a vida em vários países da

[19] Realizada no 18° dia do calendário lunar (Safar), que representa a data de partida do líder religioso Cheikh Ahmadou Bamba Mbacké para o exílio, em 1895, o Grand Magal é realizado anualmente em Caxias do Sul do mesmo jeito que é realizado em Senegal. A iniciativa é marcada por recitação de cantos religiosos, orações, além de oferecer a oportunidade dos participantes conhecerem a culinária típica de Senegal e outros costumes africanos.

[20] Meca é uma cidade do oeste da Arábia Saudita, considerada uma das terras sagradas, uma vez que os registros históricos relatam o nascimento de Maomé em suas terras. A princípio, chamada de "Meca, a Honrada", a terra habitada por muçulmanos é um dos maiores centro religiosos do mundo. A princípio, sua importância foi ganhando relevância, porque foi em Meca que nasceu e morreu Maomé.

América Latina. Chegou em Caxias do Sul após o convite de um amigo, que disse haver muito trabalho a ser feito na cidade. Christian veio para Caxias do Sul com emprego certo e trabalhou em construção civil, como pedreiro, por quase seis anos. O senegalês revela que tinha carteira assinada e recebia todos os direitos que um brasileiro recebe, mas acabou sendo demitido quando houve crise no setor, no ano de 2016. Apesar disso, elogia o patrão, de quem é amigo até hoje.

> O único motivo...a firma que nós estava trabalhando chegou um momento não tinha mais serviço, não tinha terreno para construir. Era um momento de crise. Lembra o momento que aconteceu o impeachment de Dilma? Era um momento que tava tudo bagunçado as coisas. O patrão era uma pessoa boa, me ajudava muito. Me dava até casa que eu morava, sem pagar aluguel, no bairro Desvio Rizzo. Quando nos saímos pro trabalho, ele que me levava no carro.... chegou um momento que as condições tavam difíceis pra ele. Ele me chamou e disse, eu quero te segurar, eu sei que você faz um trabalho bom, mas no momento não tá entrando financiamento pra mim

Desempregado, Christian veio morar no centro da cidade e, aconselhado por um amigo, enquanto não conseguia um outro trabalho, começou a vender mercadorias como ambulante. Segundo ele, a experiência não durou mais do que 20 dias por ele não gostar de trabalhar na rua, sujeito às condições climáticas desfavoráveis. Com os recursos obtidos de fundo de garantia e da indenização recebida por ter sido demitido do trabalho de pedreiro, além dos cinco meses de seguro-desemprego aos quais teria direito, Christian percebeu que teria condições de se manter durante um tempo, e buscou soluções para mudar o patamar de vida.

Com a indicação de outro amigo, Christian começou a fazer viagens ao Paraguai para comprar mercadorias mais baratas e vendê-las no atacado, para os lojistas da cidade. A iniciativa deu tão certo que, após um curto período de tempo, conseguiu abrir a sua primeira loja, em parceria com o irmão. O negócio prosperou e, mais recentemente, inaugurou a segunda loja, em funcionamento há cerca de um mês. Em todos os países pelos quais passou, Christian diz que no Brasil foi onde teve melhor acolhimento e, também por isso, se estabeleceu aqui. Mas relembra um episódio constrangedor pelo qual passou, em uma de suas viagens ao Paraguai.

> Uma vez, o que aconteceu pra mim...não vou dizer que é um tipo de racista, mas pra mim uma má educação. O momento que eu tava viajando pro Paraguai eu tava dentro do ônibus junto com uma mulher, um tipo de ciúmes...eu tava pegando lá, revendendo coisa ali, aí ouvi uma palavra dela. “ele veio aqui pra tomar o nosso serviço, então nós todos vamos ficar no desemprego e tal”. Antes que eu respondesse ela, quase todos do ônibus xingaram ela, aí eu disse que não adianta.

> Fiquei quieto. Mas pra mim esse tipo de racismo não existe, uma pessoa mal-educada que existe pra mim, porque uma pessoa bem-educada não vai tratar outra pessoa de um jeito que não quer que alguém te trata, né?

Casado, Christian conseguiu trazer a esposa para o Brasil há cerca de quatro meses, mas ainda não tem filhos. Com o dinheiro que ganha com as lojas, ele ajuda os pais e as duas irmãs que ainda vivem no Senegal. “É a nossa cultura, imagina...eu to pensando em quando eu era criança, quem que tava cuidando de mim? a mãe. Quem que dava tudo que eu precisava? Ela que lutava pelo meu estudo”. Oriundo de uma família religiosa, o empresário diz que não chegou a fazer faculdade no Senegal e se especializou em árabe, para melhor leitura do alcorão[21]. Na cidade onde morava, a 80 quilômetros de Dakar, foi o próprio pai dele que construiu a mesquita para realizar as orações. Entretanto, devido à pouca oferta de trabalho no país, precisou tentar a sorte em outro lugar, quando ainda era bem jovem.

> Tá melhorando, melhor que tava, mas ...esse é o problema da África. Lá no Senegal, a população, no momento, 70% têm menos de 35 anos. O governo não faz nenhum tipo de política pra conseguir dar emprego pra população...se o governo faz algum tipo de financiamento pras pessoas, elas conseguem plantar, fazer outras coisas, mas não tem nada.... tem petróleo, gás, tem tudo, mas os governantes são corruptos

Quem também já conquistou a sua própria loja é Damien, de 34 anos, senegalês que vive há uma década em Caxias do Sul e há quatro anos é empresário. Damien entrou no Brasil pelo Acre e ficou lá por cerca de um mês para emitir o CPF e a carteira de trabalho. “Tinha alimentação de noite, de dia, eles davam pra gente lugar para dormir, tinha tudo. Até o ônibus pra chegar em São Paulo eles deram e eu só paguei a passagem pra chegar em Caxias.

Na cidade, Damien se hospedou na casa de um amigo e, poucos dias após resolver os trâmites burocráticos na Polícia Federal, conseguiu trabalho em uma rede local de loja de roupas, no centro da cidade. Mais à vontade do que os compatriotas para falar sobre as violências praticadas por pessoas racistas, Damien conta que se surpreendeu com um comportamento que se repetiu inúmeras vezes no convívio com os moradores locais.

> Quando eu cheguei, eu caminhava e encontrava uma pessoa na rua ela atravessava pro outro lado, mesmo se os carros tavam passando.

[21] O alcorão é o livro sagrado do islamismo. É entendido como a mensagem de Allah, revelada a Muhammad durante 22 anos. A primeira revelação aconteceu em um evento chamado Noite do Destino. Ao todo, o Alcorão é composto por 114 suratas, que seguem uma ordem decrescente.

> Hoje em dia melhorou um pouco, mas antes se eu sentava no ônibus, ninguém quer sentar do teu lado, podia ficar o ônibus lotado...hoje já to acostumado, por isso to contando pra ti sem chorar, no começo eu deitava na cama e levantava chorando

Além disso, Damien teve que se preparar para as grandes diferenças culturais que existiam entre os dois países.

> Educação básica é tudo dentro de casa. Nós lá, quando tu vê pessoa mais velha, tu não pode falar o nome dele. A gente aprendeu aqui a falar olho no olho, a gente quando falava com pessoas mais velhas baixava a cabeça...meu ex-chefe que é árabe, muçulmano também falou pra mim “quando as pessoas falam contigo tu baixa a cabeça eles vão te chamar de falsa” tem que ser olho no olho, hoje em dia eu aprendi, eu não conseguia

Em uma década morando na cidade, Damien diz ter ouvido coisas horríveis, que sua religião nem permite que sejam repetidas. Mesmo em atividades simples do dia a dia, como fazer compras no supermercado, Damien disse que teve que aprender a lidar com os olhares dos vigilantes, que sempre o observam com muita atenção. Apesar disso, ele diz ignorar esse tipo de postura, pois, segundo ele, os profissionais estão apenas fazendo o seu trabalho, mesmo admitindo que esses olhares só acontecem por ele ser um homem negro.

> Até tu entrava no Andreazza (supermercado) as pessoas ali viravam, olhavam pra você, toda hora é assim, ligando, falando, daí tu já percebe. Quem se liga com isso, tu faz suas compras e vai embora. Tu não tá roubando, não se preocupa com nada. Nem precisa falar “cara, por que tu ta me olhando?” Não precisa isso, espera. Até eles te abordar e falar alguma coisa, que tu não fez. Mas se tu chega a dizer ”ah,.ele me olhou”. É a função dele.

Entretanto, ele conta que nem todos conseguem resistir ao preconceito impregnado nesses olhares. Um amigo senegalês não resistiu e foi embora.

> Em 2015 um amigo meu que veio trabalhar aqui foi embora, porque diz que não aguentou muitas pessoas olhando. Eu disse pra ele, não precisa, eles vão te olhar de qualquer jeito. Eu tentava convencer ele (dizendo) “cara, tu é bonito, tu é lindo, não tem como a pessoa não te olhar”. Mas ele disse “olhar assim eu sinto diferente.” Ele falava isso. Aí ele pegou o avião e foi embora pra Bahia.

Devido às dificuldades iniciais com o idioma e com os novos costumes, Damien trabalhou três anos como estoquista de loja, função que não exigia grandes habilidades de comunicação e, após esse período, aproveitou uma oportunidade para mostrar seu

potencial e crescer na empresa. “Tinha um locutor que vinha sempre, quando o locutor foi pro banheiro me deu o microfone e eu fiz uma locução. Naquela hora meu chefe ouviu e gostou. Fiquei dois anos trabalhando como locutor”. Apesar da nova função, ele sempre ajudava em outras atividades, o que agradava o chefe. “Quando dava movimento, eu ajudava nas vendas. Ele me viu uma vez na câmera, sujou alguma coisa, eu tava limpando...quando eu via o manequim masculino para vestir, eu vestia e ele gostava”. Foi dessa forma que Damien conquistou a confiança do chefe e chegou ao cargo de gerente de uma das lojas da rede. Mesmo ocupando um cargo de chefia, continuou enfrentando episódios de racismo

> Quando eu trabalhava nessa loja de gerente, chegou uma senhora que tava com uma menina e eu tava na porta. Quando ela entrou eu falei “oi, tudo bem?” ela passou reto. Ela chegou em outra funcionária e falou que queria entregar o currículo, a funcionária falou. “o gerente tá lá na porta”. Pensa no suor da mulher! Ele veio de cabeça baixa e chegou em mim pra entregar o currículo e disse: “Desculpa, você falou comigo” e eu falei que não tinha problema. No dia seguinte, chamei ela pra trabalhar.

O relacionamento com o chefe era tão bom que o patrão o ajudou a comprar a passagem para visitar Senegal, em 2022. No retorno, após fazer acordo para se desligar da empresa, Damien usou o dinheiro para abrir a sua loja, na contramão de outros empresários, pois o mundo ainda estava em período de pandemia[22]. Mesmo sendo dono de loja, ele conta que, muitas vezes, as pessoas chegam para entregar currículo, buscando uma oportunidade de trabalho em vendas, e quando percebem que ele é o dono do local, elas desistem do emprego e vão embora sem entregar o currículo.

Damien perdeu a mãe há poucos meses, mas continua enviando dinheiro para auxiliar os oito irmãos que ainda vivem em Senegal. Recentemente, o senegalês conseguiu trazer a esposa para morar com ele. O casal teve um filho, que nasceu no Brasil, e que está prestes a completar dois meses. Damien chegou a abrir uma segunda loja no centro da cidade, que ficou aos cuidados da esposa, mas em função da gravidez dela, optou por devolver o ponto ao proprietário para que a esposa se dedicasse integralmente aos cuidados com o bebê. O casal mora em um apartamento localizado no mesmo prédio da atual loja. No condomínio moram vários senegaleses e, eventualmente, os vizinhos compatriotas são convidados por Damien e pela esposa para participar de jantares de confraternização.

[22] A pandemia de covid-19 foi assim classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no mês de março de 2020, três meses após a identificação do primeiro caso da doença na cidade de Wuhan, no sudeste da China. Desde então, a covid-19, doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, se fez presente em dezenas de países e contaminou mais de 655 milhões de pessoas, com o maior número de casos nos Estados Unidos.

A entrevista com o Damien aconteceu em uma quinta-feira e ele me convidou para, no dia seguinte, vir novamente à loja para irmos juntos assistir à cerimônia muçulmana na mesquita, no centro da cidade. No dia seguinte, na companhia da minha mãe, compareci no horário combinado e fomos juntos ao local. Damien deixou o posto de atendimento na loja aos cuidados de uma funcionária, vestiu um traje apropriado para cerimônia, uma túnica azul-escura, e nos conduziu até a mesquita, localizada a uns 300 metros de sua loja. O espaço de oração é alugado e fica em uma sala comercial na Avenida Júlio de Castilhos, uma das principais ruas da área central da cidade.

Ao chegar na mesquita, nos deparamos com uma sala lotada, composta apenas por homens, de diversas nacionalidades. Havia senegaleses, palestinos, turcos e até brasileiros convertidos. Devido ao pequeno espaço disponível e a impossibilidade de dividir a sala, não havia mulheres orando no local. No islamismo, homens e mulheres oram em espaços separados. Logo na entrada da mesquita fica a área de visitantes, um pequeno corredor de onde minha mãe e eu assistimos à cerimônia. Nesse local, os fiéis que vão chegando tiram os seus sapatos para adentrar o espaço principal, dedicado às orações. Esse espaço é decorado com imagens de templos muçulmanos nas paredes e um grande tapete, no qual os fiéis se ajoelham para realizar as orações.

A cerimônia não dura mais do que 30 minutos, entre a palestra inicial, os cantos e a oração. Na primeira parte, com duração de cerca de 10 minutos, um brasileiro faz a palestra em português, a partir de interpretações de um trecho do Alcorão, de forma semelhante ao que acontece nas celebrações católicas, em que o padre elege uma passagem bíblica para fazer o sermão do dia. O restante do tempo é dividido em cânticos e orações, em que os fiéis se levantam e se ajoelham encostando a cabeça ao chão, sempre direcionados para Meca. Ao final da cerimônia, os fiéis que assim quiserem, deixam uma contribuição em dinheiro, no intuito de manter o funcionamento da mesquita e ajudar a comunidade muçulmana na cidade.

Outro senegalês que vive no Brasil há mais de dez anos é Mohamed, mas na sua trajetória de vida, vários percalços o fizeram ter uma realidade bem mais difícil do que a de seus compatriotas entrevistados para esse trabalho de pesquisa. Mohamed saiu da África em voo com conexão em São Paulo e que tinha como destino Montevideo, onde ficou três dias para conseguir o visto de imigrante. Só depois de ter o visto em mãos, viajou de ônibus do Uruguai para o Rio Grande do Sul. “Sempre fiquei legal aqui no Brasil, nós estrangeiros ganhamos o documento que vence a cada ano ou a cada dois anos” conta.

Antes de se mudar para o Brasil, Mohamed tinha seu pequeno negócio de

costura em Senegal. Ele deixou a propriedade aos cuidados do irmão e decidiu vir ao Brasil porque acreditava que a moeda brasileira era mais valorizada. Lá no país africano, Mohamed também deixou sua mãe, sua esposa e uma filha de doze anos, que teve com uma ex-namorada, antes de se casar. Seu plano era ficar por dois anos Brasil e retornar ao país natal em melhores condições financeiras. Entretanto, a realidade encontrada aqui não o permitiu juntar dinheiro para voltar.

Inicialmente o senegalês chegou ao estado para tentar a vida em Passo Fundo, cidade do norte gaúcho, onde já tinha conhecidos. Nessa época, Mohamed teve uma rápida passagem por Caxias do Sul apenas para regularizar a sua situação na Polícia Federal e providenciar a documentação de trabalho. Mohamed rapidamente conseguiu trabalho em Tapejara, outra cidade do interior do Rio Grande do Sul. “Antes de ter os documentos nós já fomos em uma empresa de Tapejara fazer teste. Ele gostou e falou “tá bom, quando a carteira de vocês chegar pode vim começar a trabalhar”. Nesse período, Mohamed lembra de ter passado por uma dura experiência de racismo. Entretanto, mesmo quando isso acontece, ele prefere ignorar e seguir a vida.

> Eu passei na frente de dois caras e esse cara falou pro outro “essa bosta tá podre”. Pelo jeito que eles tavam falando, eu penso que essa mensagem foi pra mim. Mas, felizmente, como se diz? Eu deixo as coisas passar...eu não tento pagar as coisas o mal por mal.....tem muitas coisas que as pessoas nem precisar dar bola, né? Se você dá bola pra uma cara racista, tu vai aumentar as coisas...porque o cara depende do braço dele, eu não tá aqui pra mendigo, to chegando aqui legal como imigrante.

Mohamed trabalhou por alguns meses com costura em Tapejara e Passo Fundo e depois decidiu viajar para a Argentina para trabalhar com vendas durante a temporada de verão. Após o fim da estação, Mohamed retornou à cidade de Passo Fundo e descobriu que um de seus amigos senegaleses, com os quais dividia apartamento, havia ido embora para o Rio de Janeiro e levado todos os seus documentos consigo, inclusive o dinheiro do seguro-desemprego, do seu trabalho anterior como costureiro. A única solução foi usar o pouco recurso que havia sobrado e ir atrás do seu colega que tinha o roubado. Ao chegar ao Rio, encontrou o colega, mas descobriu que ele já havia gastado todo o seu o dinheiro.

Sem condições para voltar ao Rio Grande do Sul, mas pelo menos com seus documentos em mãos, Mohamed teve ajuda de um brasileiro que o disponibilizou um quarto, sem custos, e conseguiu um emprego para ele como costureiro. Entretanto, quando as coisas pareciam que iam dar certo em sua nova morada no Rio de Janeiro,

Mohamed ficou viciado em crack, e passou a gastar boa parte do seu salário com o vício. Foram três anos vivendo como dependente químico na cidade maravilhosa.

Mohamed revela que a situação se complicou quando a pandemia de covid-19 fez com que muitas pessoas perdessem o emprego e ele decidiu deixar o Rio de Janeiro e voltar para o Rio Grande do Sul com o dinheiro do Auxílio Emergencial[23]. Vendo que estava cada vez mais afundado no vício, Mohamed percebeu que retornar ao Rio Grande do Sul era uma forma de sair daquele ambiente de drogas. Após retornar ao estado, Mohamed trabalhou em atividades temporárias no campo, mas até hoje ainda não conseguiu largar as drogas.

> Não tô limpo na verdade, tamo tentando, sabe? É trabalhar, mas ...depois de Passo Fundo lá eu já passei por vários empregos também, já colhi laranja, maçã, bergamota, até lá no Rosário do Sul, já fui até lá. Meu último emprego foi em Carlos Barbosa, na colheita do tomate cereja, né? Quando eu saí de Carlos Barbosa eu recebi um salário eu falei "tá bom, por que eu sempre tento manter meu vício sabe? Vou lá pra Caxias tentar um dia, depois volto de novo"

Eu encontrei Mohamed em Caxias do Sul coincidentemente. Ele estava andando pelo bairro Pio X, revirando um container de lixo reciclável, em busca de materiais que pudesse revender. Mohamed já está há nove meses trabalhando como catador para sobreviver, e revende o que consegue na Vila do Cemitério, uma região pobre que fica atrás do estádio do Caxias, time de futebol da cidade. "Por exemplo, aquele pet eles compram por um real e cinquenta por quilo. A lata eles compram por três reais, se for alumínio também três reais. Aquele negócio de cobre eles compram por vinte, mas é mais difícil de achar".

Além disso, ele complementa a renda com benefício social do governo, que recebe para conseguir pagar a sua moradia atual. Mas durante a sua estada em Caxias do Sul, chegou a dormir durante três meses na rua.

> Depois que eu comecei a ganhar o auxílio brasileiro de novo eu peguei um quarto. Mas eu cheguei a morar na rua. Quando eu tava aqui uma semana, meu dinheiro acabou e eu comecei devendo a mulher, sabe, ela não aceitar, mas eu disse que garantia que nunca ia tentar ficar aqui com seu dinheiro, então vou tentar me virar.....aí tinha uma área antes de chegar no Atacadão, tem uma arena de futebol lá, tem uma área lá que me davam a oportunidade de ficar, aí eu dormia lá, quando o cara acordar, se vira pra catar uma grana ali, uma comida ali, talvez tu ganha um prato, uma marmita, talvez tu chega em algum restaurante pedir, talvez tu come na lixeira...sabe né? Se vira, vida de homem, né?

[23] O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (coronavírus).

Mohamed também se diz muçulmano, mas por conta do vício em drogas, admite não ser praticante e não frequentar a mesquita. “a gente tenta evitar muita coisa, mas, cara, nós somos pecador, tenta evitar, tenta, tenta, porque, na pura verdade o muçulmano não pode nem fumar”. Seu sonho é trazer a esposa para viver no Brasil e acredita que, se ela estivesse por perto, o ajudaria a combater o vício. No momento, não considera retornar a Senegal uma opção, porque acha que não será bem-visto na comunidade.

> Voltar pra lá também é uma coisa obrigatória né, mas nosso costume lá também, se o cara saiu como imigrante voltar lá também eles vai falar ele tava lá só curtindo, não tava lá pra trabalhar....porque eles vai falar “quanto tempo ele saiu e não chega nenhum dinheiro no bolso?”.....até dentro da sua casa eles podem saber quem é você, isso pode ser uma coisa que aconteceu na sua vida...mas talvez os vizinhos, as coisas aí, podem sujar o seu nome...seu chegar na minha casa sem nada, minha mãe vai me receber de braços abertos, meus irmãos tudo também, quantas vezes eles me mandaram eu voltar? Mas talvez o cara pode chegar lá e até passar vergonha pra sua família

O mais comunicativo de todos os senegaleses que eu entrevistei foi Madiop, de 37 anos, há uma década vivendo no Brasil. Além de ficar extremamente à vontade para se expressar, Madiop se comunica em um português praticamente perfeito, que, segundo ele, foi facilitado por já ter um conhecimento básico de espanhol antes de chegar ao país. Apesar da boa fluência no idioma local, o senegalês acredita que o aprendizado do idioma foi justamente a sua principal dificuldade na chegada ao Brasil, mas rapidamente contornada com o passar dos meses.

Madiop saiu do Senegal porque queria se aventurar em outro país. Por já ter um primo morando na cidade de Caxias do Sul na época (que hoje vive na Inglaterra), o senegalês optou pela cidade. A viagem de avião foi de Dakar a São Paulo e na sequência Madiop veio diretamente para Caxias do Sul tentar a sorte. A regularização da sua situação no país demorou poucos dias.

> A documentação foi fácil, não foi difícil. Vim como imigrante, só que a polícia federal te cadastra como refugiado pra ser mais rápido. Aí tu consegue uma residência provisória de um ano, depois de um ano tu ganha a definitiva, que é indeterminada. Passou um ano tu não tem problema com a polícia, nenhum problema com a justiça, tu ganha o indeterminado.

O primeiro emprego em Caxias do Sul também não demorou muito, em 20 dias já estava empregado na área de produção, no corte de aves. Mas a experiência durou

apenas sete meses, pois rapidamente Madiop percebeu que, além do serviço braçal não ser exatamente aquilo que ele almejava para sua vida, as perspectivas de crescimento eram pequenas.

> Quando eu cheguei eu trabalhei num frigorífico, mas vi que realmente isso não era pra mim. Era um trabalho muito manual e não era nada do que eu procurava. Trabalho braçal e possibilidade de crescimento zero. Eu andei conversando com pessoas que tavam lá dentro há anos que recebiam o mesmo salário e sem benefício nenhum.

Depois desse período, Madiop começou a sua jornada em busca de crescimento profissional. O senegalês recebeu uma oferta de emprego para trabalhar em uma padaria em horário mais reduzido em comparação à jornada de trabalho no frigorífico. O convite surgiu graças ao seu domínio do idioma francês, que também era falado pela proprietária da padaria. Nessa época, Madiop fez um curso de barista e aprendeu a fazer cafés especiais, que eram servidos no local. Para complementar a renda, ainda arranjou um segundo emprego à noite, trabalhando no atendimento de um restaurante.

Se não bastasse a jornada dupla, Madiop conseguiu um terceiro emprego pela manhã. Foi convidado por um dos clientes da padaria para servir os cafés especiais que preparava em um salão de beleza. Madiop não só aceitou o convite, como passou alguns anos fazendo a jornada tripla, com o intuito de arrecadar o máximo possível de recursos. O trabalho no salão deu tão certo que o senegalês foi convidado pelo proprietário para se tornar sócio no negócio de cafés, abrindo um espaço voltado às bebidas, e se dedicar exclusivamente às atividades no salão. Foi nesse período que ele agarrou uma oportunidade para mudar de carreira e trabalhar na área da beleza, como barbeiro e cabelereiro.

> Eu ficava no meio dos cabelereiros, barbeiros...às vezes quando não tinha movimento eu ficava ali conversando com eles e tal...aí um dia um deles falou “por que tu não faz curso de barbearia?” Tinha um barbeiro que dava curso, é um conhecimento né a mais que tu pode ter... aí eu disse “pode ser”. Aí quando não tinha cliente pra atender, ele me passava algumas coisas. Trazia o modelo, eu cortava, ele ficava me assistindo...até chegou o momento que eu tava cortando bem, mas mesmo assim eu tava no café.

Madiop começou a cortar o cabelo dos clientes que chegavam, principalmente no fim de expediente, em horários que os barbeiros titulares já haviam ido embora por falta de clientes agendados. Assim ele começou a se especializar na profissão. “aqueles que eu atendia foram gostando e voltando, aí chegou num momento que criou um volume, que eu tive que escolher entre o café e a barbearia”. A atividade prosperou

tanto, que permitiu a Madiop abrir o seu próprio salão em um ponto nobre da área central da cidade, ao lado de outros três barbeiros.

Com o dinheiro que recebe, Madiop economiza ao máximo para ajudar a família no Senegal. Por lá ainda vivem o seu filho de doze anos, que teve com uma ex-esposa, sua mãe e seus dois irmãos. Apesar da sua dedicação às novas profissões aprendidas no Brasil, quando morava em Senegal, Madiop se dedicava a uma área completamente diferente. O senegalês era estudante de filosofia, mas por conta da complexidade da documentação, nunca chegou a exercer a profissão no Brasil.

> Eu cheguei a tentar uma vez, só que daí, bah, era muita burocracia. Aí acabei desistindo. Como a língua oficial do Senegal não é português....se fosse a língua oficial português daria pra aproveitar meus diplomas de lá.... o único lugar era Brasília, que Brasília o pessoal que tava lá tava conseguindo validar os diplomas, mas aqui no Rio Grande do Sul não

Vivendo em Caxias do Sul, o senegalês diz nunca ter percebido ser vítima de racismo, apesar de já ter ouvido relatos de amigos senegaleses que enfrentaram o preconceito. Ele apenas estranhou um pouco a diferença da receptividade do povo caxiense em comparação aos senegaleses. Mas acredita que esse comportamento não tem a ver com o racismo, mas sim com a falta de educação.

> No início era frio, mas como eu já tenho uma experiência com viagem eu não me abalei, menos contato, sabe? Eu não te conheço não te cumprimento, não falo contigo. Já ouvi relatos de amigos que passaram por situações, sabe? Tipo de ser ofendido no trabalho, mas eu não.... comigo nunca aconteceu, mas como diz aqui, eu sou meio faca na bota, eu não deixo certas coisas passar, tu me dá uma eu te dou três.....

Apesar de estar bem estabelecido em Caxias do Sul e de ter o seu próprio negócio, Madiop não descarta uma mudança, caso a situação econômica no Brasil não melhore. Segundo ele, as diferenças cambiais estão muito grandes e esse é o principal motivo para que vários senegaleses já tenham deixado o país.

> Pra ti ter uma noção, de 2015 pra cá, o real perdeu seu valor para o dólar de quase cinquenta por cento, é muito né? O cara que mandava quinhentos reais pra família dele, hoje ele precisa mandar mil, pra dar o mesmo valor lá...a conversão é absurda...esses últimos anos muita gente foi pros Estados Unidos

3.2 - Cadê a oportunidade? Uma vida melhor, mas nem tanto assim

Diferentemente da facilidade de encontrar senegaleses pelas ruas, visto que estão concentrados em locais fixos, vendendo as suas mercadorias, a busca por haitianos exigiu uma pesquisa maior. Como já havia mencionado nesse estudo, não localizei haitianos trabalhando como ambulantes e consegui conversar apenas com aqueles que encontrei caminhando pelas ruas do centro da cidade ou por indicação de amigos. Da mesma forma que muitos senegaleses estão indo embora do país, especialmente por causa da desvalorização do real perante o dólar, os haitianos têm seguido o mesmo caminho e pelo mesmo motivo.

Durante a minha pesquisa, descobri que, assim como os senegaleses, os haitianos também são muito religiosos. Entretanto, não são muçulmanos e sim cristãos. Por causa do grande fluxo de haitianos na cidade, em meados da década passada, chegaram a ser abertas ao menos três igrejas evangélicas da Assembleia de Deus voltadas para esse público. Uma no bairro Marechal Floriano, na região central, e as demais nos bairros Serrano e Ana Rech, mais distantes do centro. Em pelos menos três ocasiões que fui visitar a unidade do bairro Marechal Floriano eu a encontrei fechada. O local é um imenso galpão, que ostenta, na parte superior, uma placa informando os horários dos cultos, que teoricamente ocorreriam às terças, quintas e sextas-feiras, além dos domingos.

Diante da dúvida se realmente funcionava uma igreja naquele local, fui até a uma oficina mecânica localizada do outro lado da rua para perguntar o que havia ocorrido. Ao conversar com o proprietário da oficina, descobri que os cultos que ocorriam durante a semana haviam sido suspensos durante a pandemia e não retornaram. Por esse motivo, voltei à igreja para conhecê-la no final de semana, mas contarei esse episódio mais à frente. Para mim, a falta de cultos já era um forte indicativo da redução de haitianos morando na cidade. Cheguei a essa conclusão de forma definitiva depois de buscar dados junto ao Centro de Informações ao Imigrante (CIAI), órgão vinculado à Coordenadoria de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, da prefeitura de Caxias do Sul.

A CIAI foi criada em 2020 e presta auxílio nas demandas relacionadas à regularização migratória, bem como no direcionamento às demais políticas públicas ofertadas aos imigrantes na cidade. O órgão tem o propósito de encaminhar e desburocratizar o acesso a equipamentos como o Centro de Referência da Assistência

Social (CRAS) e a benefícios de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. O órgão não tem o número exato de imigrantes estrangeiros que residem em Caxias do Sul, mas armazena os dados dos imigrantes atendidos pelo CIAI a cada ano. Os dados foram informados por Bruna Roth, gerente da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Étnico- Racial do CIAI.

> Não temos o número exato de imigrantes residentes no município, apenas de imigrantes que foram atendidos no CIAI para demandas de regularização migratória. O fluxo de haitianos e senegaleses é menor atualmente, visto que a maioria destes já estão regularizados, e os senegaleses, principalmente, já são naturalizados. A informação que temos é que muitos haitianos e senegaleses deixaram a cidade nos últimos meses e foram para México e EUA. Dados mais precisos de residentes no Município, somente com a Polícia Federal. No ano de 2024, até o mês de junho, foram atendidos no CIAI 682 venezuelanos, 28 haitianos e 4 senegaleses residentes em Caxias do Sul. Já no ano de 2023, foram atendidos 1133 venezuelanos, 133 haitianos e 13 senegaleses. (ROTH, Bruna, em entrevista ao pesquisador)

Essa presença massiva de venezuelanos pode ser facilmente percebida na cidade. Ainda assim, também encontrei alguns haitianos em minhas andanças. Num dia muito chuvoso, com temperatura próxima a zero graus, e praticamente ninguém circulando pelas ruas, encontrei com o Angelo, de 57 anos, que estava voltando com seu filho mais velho do INSS. O filho, de 32 anos, apesar de falar pouquíssimo português, já trabalha na cidade e havia dado entrada no auxílio-doença por ter sofrido um acidente de trabalho. Mesmo com pressa para não se atrasar, pois começaria o seu expediente em poucas horas, Angelo parou gentilmente debaixo de uma marquise e ficou conversando comigo para contar a sua história. Angelo chegou a Caxias do Sul há onze anos, em um dos primeiros fluxos migratórios de haitianos na cidade, mas ainda tem bastante dificuldades para expressar as suas ideias em português. O haitiano se estabeleceu em Caxias devido a facilidade de conseguir resolver a sua documentação para permanecer legal e por ter conseguido trabalho em pouco tempo. Apesar de estar há tantos anos no Brasil, ele diz ainda não ter conseguido a documentação definitiva.

> Residência quase se acabou porque precisa renovar, vai até 2025....eu fui lá na prefeitura, vai marcar, agenda, depois no dia que ele vai marcar pra mim eu vai na polícia federal na shopping. Se eu preciso de outra coisa, de desodorante, ou não tem comida, eu vai na prefeitura que....se tem muita gente, eu receber comida lá.

Aos poucos, o haitiano conta que foi trazendo toda a sua família: a esposa, os filhos adultos, de 32 e 18 anos, e os adolescentes, de 15 e 14 anos. Angelo trabalha há

vários anos em um frigorífico que fica no bairro de Ana Rech e mora no bairro Diamantino, ambos distantes do centro da cidade. Apesar de estar empregado, o salário recebido na empresa não é suficiente para arcar com todas as despesas e por isso, muitas vezes, recorre a ajuda do CIAI. Além de pagar 1 mil reais de aluguel, em uma casa onde moram seis pessoas, precisa pagar mais de 200 reais mensais para o transporte de cada um dos filhos adolescentes que estudam nas escolas públicas da cidade. Segundo ele, o filho mais velho começou a trabalhar, mas a esposa não conseguiu ainda, devido às dificuldades com o idioma.

> Na verdade a esposa não sabe assinar e não sabe falar (português). Eu fui lá procurar serviço restaurante, na lotérica pra ela, eu fui na Sine[8], e eles mandar pra outro lugar, tá longe de casa. Se eu vou trabalhar, eu sabe voltar em casa, esposa não sabe.

Além disso, Angelo revela que recebe ajuda da igreja Assembleia de Deus do bairro Diamantino, onde frequenta com a família. Ele relata já ter enfrentado episódios de racismo na cidade e percebe, por exemplo, que quando almoça no restaurante popular, algumas pessoas não gostam de se sentar ao lado dele. Mesmo assim, agradece pelas oportunidades que tem recebido.

> Eu tenho muito tempo em Brasil e eu gosto muito de brasileiro. Oitenta por cento dos brasileiros ajuda a mim, fala bem comigo. Eu não tenho problema aqui em Brasil, sempre eu trabalho e pago a casa. Chega umas pessoas e fala, Angelo, vem aqui dormir em casa, você não vai pagar. Eu não quero, eu vou pagar. Pastor falou comigo “você cansado eu pagar dois meses sua casa pra você”. Não precisa. Graças a Deus eu trabalho todo dia, nunca cansado, nunca tem febre. Nunca tive acidente, não tem problema, graças a Deus..... Brasil noventa por cento melhor que Haiti, por isso não fui lá e onze anos aqui

Lucienne, de 30 anos, também é uma haitiana que decidiu deixar seu país natal e se mudar para Caxias do Sul devido à pouca oferta de trabalho onde morava. A haitiana viajou durante dois dias de avião para chegar em Caxias do Sul juntamente com o marido e o filho de quatro anos. Lucienne encontrou facilidades para arranjar trabalho, pois a sua cunhada, que mora na cidade há oito anos, a indicou para a loja de roupas onde trabalha como vendedora e que, na época da contratação, era gerenciada por um senegalês. “Ela falar com o gerente pra mim e quando eu vem, vem direto aqui pra trabalhar. Eu venho numa quinta e venho aqui trabalhar no sábado”, conta ao explicar em poucas palavras que conseguiu emprego em dois dias.

Tanto ela quanto o marido não tiveram dificuldades de regularizar a situação burocrática no país e ela conta que o marido também rapidamente conseguiu emprego

em um restaurante. Atualmente, ele mudou de profissão e alugou um carro para trabalhar como uber, com o objetivo ganhar mais. Após passar uns tempos morando com a cunhada, até se estabelecer, Lucienne e a família alugaram uma casa nas proximidades da rodoviária, na região central da cidade, e ela conta que desfruta da vantagem de ir a pé para o trabalho.

Apesar de ser evangélica, Lucienne diz não estar frequentando muito a igreja e costuma curtir momentos de lazer ao lado da família em restaurantes, na praça e ao lado de amigos haitianos e senegaleses que fez na cidade. Lucienne trabalha na loja de segunda a sábado e, às vezes, aos domingos. Segundo ela, o trabalho aos domingos não é obrigatório, só se ela quiser ganhar um valor extra. Como a entrevista foi concedida no interior da loja, durante o período de descanso, fiquei sem saber se ela estava confortável para relatar toda a verdade ou se sentindo pressionada a responder de forma que agradasse aos chefes.

Pelo pouco tempo no país, a principal dificuldade de Lucienne ainda é com o idioma. Após um período atuando apenas na arrumação e no estoque das roupas da loja, ela já conseguiu ascender ao cargo de vendedora. Entretanto, em pouco tempo nessa nova função, já experienciou alguns episódios desagradáveis.

> Aqui tem mulher que entra , não sei se gosta de mim, foi embora pegar outra vendedora, entendeu? Eu fica assim... só eu pedi pro gerente, a mulher não quer..(eu falei) eu atendo você! E ela pegou outra vendedora. Isso aconteceu algumas vezes, me senti mal.

Monique, de 33 anos, é outra haitiana que se mudou para o Brasil já com familiares na cidade, mas não teve tanta sorte para conseguir trabalho. A haitiana chegou em Caxias do Sul há 7 anos para se reencontrar com o marido, que já trabalha na mesma empresa há 10 anos, exercendo a profissão que exercia no Haiti, a de soldador. Apesar de ter conseguido resolver a documentação rapidamente, Monique ficou mais de dois anos desempregada, antes de conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho fora da sua área de formação.

Antes de vir para o país, Monique estava trabalhando como professora de idiomas na República Dominicana e nunca teve a oportunidade de lecionar no Brasil. Poliglota, ela domina o espanhol, além do crioulo[9] e do francês, as línguas oficiais do Haiti, e fala um pouco de inglês.

> Eu não sei, não tinha vaga. A gente como somos haitianos tem estudo lá, quando chega aqui não vale nada. Quando eu cheguei não tinha como fazer nada, não tinha dinheiro também, eu tinha que aprender

> um pouco o português. Fiz o curso básico de português e depois eu consegui uma vaga na costura.

A experiência como costureira durou cinco anos. Neste trabalho, ela alega ter sido desmerecida por sua chefe imediata, de quem diz ter sofrido *bullyng*. Segundo Monique, a chefe cobrava dela mais do que das outras funcionárias. Ela acha que o tratamento era diferenciado por ela ser uma mulher negra e estrangeira.

> Onde que eu trabalhava a minha líder, não sei o que ela tinha, ela me tratava um pouco diferente, sabe? Como nós somos pessoas dedicadas, sabe? Fazer as coisas, nossa parte no trabalho.... a gente trabalha por horas, tu tem uma meta...cinquenta peças por hora. Se eu consigo dar cinquenta, ela quer mais. Eu só tenho dois braços, eu vou ao banheiro, preciso respirar um pouco...

Após a experiência na área de costura, Monique deixou a atividade para uma nova virada na carreira. A haitiana começou um curso de enfermagem e inclusive já concluiu o estágio que a capacitou a exercer a profissão. No entanto, a haitiana se deparou com outra dificuldade burocrática para poder trabalhar.

> Eu deixei o meu emprego (na costura) pra fazer esse estágio e estou indo na escola procurando o meu diploma. Agora tenho que ver meu documento porque aqui tem que fazer o histórico do ensino médio aqui. O meu histórico não vale aqui, nada vale aqui. Eu ouvi falar que tem uma prova que se faz e depois consegue o diploma...pra nos estrangeiros é muito difícil. Eu cheguei aqui, idioma diferente, difícil, emprego também pra nós, daí com diploma não vale nada, tem que fazer tudo de novo.

Apesar de ter ficado desempregada por muito tempo, Monique diz nunca ter precisado recorrer à benefícios sociais, pois o seu marido já trabalhava quando chegou à cidade e conseguia sustentar a família com o salário que recebia. Além de manter a própria casa, também entra no orçamento do casal o recurso que consegue economizar para ajudar os pais e a irmã que ainda moram no Haiti.

> Tem que ajudar, eles tão doentes, são velhos já, não trabalham. Eu não gostaria de voltar pra lá, mas meu sonho é ajudar um pouco a minha mãe, porque eles precisam de ajuda. Eu tenho meu irmão aqui, mas só ele não consegue

Além do marido, a família é composta pelo filho de três anos, que nasceu no Brasil. Monique frequenta a igreja Assembleia de Deus do bairro Santa Fé, o mesmo bairro onde mora. Lá também fica a empresa onde o seu marido trabalha. Apesar de haver poucos haitianos no bairro, na mesma região residem o irmão dela, o cunhado e

a esposa dele.

> Eu acho que tem um monte de haitiano que foram embora. Agora é difícil de encontrar um monte de haitiano andando por aí. Alguns tão trabalhando e muitos foram embora. Eles tão indo pros Estados Unidos pra uma vida melhor e a moeda também. E o dinheiro daqui pra cambiar, pra mandar cem dólares lá tu precisa de quase setecentos. É muita coisa. Daí tu tem responsabilidade lá, é complicado. O salário aqui tu tem que pagar casa, aluguel, tudo.

Quando se viu desempregada por dois anos, Monique teve a oportunidade de fazer o curso de costura e ingressar na profissão com a ajuda do Centro de Atendimento ao Imigrante (CAM). Diferentemente do CIAI, órgão vinculado à prefeitura e já mencionado nesse trabalho de pesquisa, o CAM é instituição vinculada a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (MSCS). Fundada em 1980, a entidade, que presta apoio aos migrantes no seu processo de integração no Brasil, tem o objetivo de promover e defender a vida e a dignidade do ser humano, sobretudo dos sujeitos em processo de mobilidade humana e em situação de vulnerabilidade. O CAM atua no atendimento psicológico e de assistência social, no auxílio à regularização de documentos e no auxílio à colocação no mercado de trabalho.

Fui conhecer a estrutura do CAM e fui recepcionado pela diretora do local, a irmã Celsa Zucco, que me atendeu com grande simpatia e atenção. De acordo com a gestora, o fluxo atual de imigrantes que buscam a instituição é massivamente de venezuelanos. Os haitianos e senegaleses que ainda comparecem ao local visam ao atendimento de naturalização, além de trazerem familiares que estão chegando ao Brasil para se regularizarem. Conforme levantamento realizado pelo próprio CAM, em 2023, foram atendidos 351 haitianos e 90 senegaleses. Em 2024, até o mês de julho, o centro atendeu 81 haitianos e 21 senegaleses. Celsa Zucco aponta os motivos pelos quais o número de haitianos e senegaleses que procuram os serviços do CAM vem reduzindo

> (os haitianos e senegaleses) foi uma leva grande em 2012, 13, 15, 16...teve aquele fluxo grande, uns migraram pra outros países, principalmente Estados Unidos, e outros eles se estabilizaram...eles são muito trabalhadores, são de vestir a camisa mesmo, de muita responsabilidade, bons princípios. Então, onde eles vão, eles se fixam.

Celsa Zucco também aponta algumas diferenças entre o perfil de trabalho buscado por haitianos e por senegaleses

> Tem os (senegaleses) estáveis, que trabalham em empresas e tem aqueles que trabalham com o comércio. A maioria foi embora porque no começo eles chegaram aqui e trabalharam no centro, mas eles não foram muito bem-vindos digamos com esse trabalho de camelódromo. Então sabe como é né? Na questão de cidade, organização eles não foram bem acolhidos e eles foram buscando outros lugares. Na verdade, eles são acostumados com o comércio ambulante, a gente tem que pensar que eles são outra nacionalidade, outra cultura, outros costumes, então pra eles trabalhar assim na rua é bem normal. Já (os haitianos) a maioria foi para as empresas e outros vieram pra fazer a nacionalidade brasileira pra poder viajar pros Estados Unidos e outros países né?.... eles não tanto tem o perfil empreendedor, até porque (o Haiti) é o país mais pobre que tem, foi assolado por catástrofes, eles têm a vida tão pobre, tão humilde e muita barreira do idioma.... cada realidade é uma realidade, que tem que ser vista e respeitada como ela é.

A estrutura do CAM é bastante ampla. Ao todo são nove profissionais contratados pela instituição, além de voluntários que auxiliam nos serviços prestados pelo centro. O local tem, além de salas de atendimento para regularização de documentos e assistência social, tem espaço para realizar recrutamento e seleção para empresas e para cursos gratuitos, em parceria com outras instituições, sala de informática, onde os imigrantes fazem cursos de português, além de usarem para outras atividades - como a elaboração de currículo -, um amplo pátio no fundo para momentos de integração, além de uma copa onde, eventualmente, são servidos lanches. Apesar de esporadicamente conceder cesta básica para os imigrantes que chegam em situação crítica, de acordo com Celsa Zucco, o propósito do CAM é que eles desenvolvam o máximo possível de autonomia. Mesmo sendo uma entidade religiosa, segundo ela, o objetivo não é evangelizar e, sim, acolher os novos moradores.

> Uma de nossas políticas é que nós não queremos criar dependência. Eu sempre digo, tem que empoderar e liberar pra que eles façam a vida deles...que eles ganhem o dinheirinho deles, sejam autônomos, comprem o que gostem e o que quiserem. Eu digo pra eles “vocês deixaram uma história pra trás, um país uma cultura, vocês não vieram aqui pra ganhar uma cesta básica”. Nós ajudamos no começo....eles não veem a família deles, sempre vem uma parte, pode vir o marido, a mulher e os filhos, mas sempre ficaram os pais, os avôs e eles precisam mandar alguma coisa e eles tem toda essa preocupação. Então eles querem trabalhar. (ZUCCO, Celsa, em entrevista ao pesquisador)

Jules, de 26 anos, foi outro haitiano que chegou em Caxias do Sul e teve dificuldades para conseguir emprego, mas foi por outro motivo. O haitiano desembarcou na cidade em dezembro de 2020, em plena pandemia. Segundo ele, na época, a polícia federal de Caxias do Sul não estava dando conta dos atendimentos e, por esse motivo, Jules precisou ir para outra cidade resolver a documentação que o permitiu começar a

trabalhar.

> Eu fui pra Santo Ângelo fazer os documentos. Oito horas de ida de ônibus e de volta a mesma coisa. Aí eu fui lá fazer e depois de dois meses foi lá buscar. A gente chama de RNM, registro nacional migratório. Eu tinha de dois anos e agora que acabou eu tenho de nove anos.

Foram quatro meses de desemprego até conquistar sua primeira oportunidade profissional em um grande frigorífico na cidade, no cargo de desossador. Jules sonha em crescer na carreira e está cursando o tecnólogo em Gestão da Produção Industrial, na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Porém, após dois anos, ele não via sua dedicação aos estudos se transformar em crescimento na empresa e não havia grandes perspectivas de ascensão. O haitiano via só os brasileiros subindo de cargo.

> Imagina, eu já tinha dois anos de faculdade lá, eu falava com os gestores e não via oportunidade.... depois eu fui pedindo, pedindo, pedindo eu consegui só um pouquinho de promoção, mesmo assim as pessoas do mesmo cargo ganhavam mil reais a mais do que eu...até agora não tem histórico de ninguém de fora que conseguiu esse cargo que eu já tinha lá. E tinha gente (de fora) mais capacitada do que eu..é preconceito mesmo posso dizer, pra ser bem-educado...todo mundo que tá em um cargo em cima são tudo brasileiros, nem haitianos, nem senegaleses, nem venezuelanos

Diante da falta de possibilidades, Jules saiu do frigorífico e hoje atua em uma empresa de teleatendimento, além de ter conseguido vaga na Randon, uma das maiores empresas da cidade, fabricante de carrocerias, reboques e vagões ferroviários. Há cinco meses na Randon, Jules ocupa o cargo de operador de superfície, mas está confiante de que, ao completar um ano, consiga uma promoção. O haitiano concilia os dois empregos com o sexto semestre da faculdade e quase não tem tempo livre para lazer.

> Quando você imagina que é preciso, porque a vida lá no Haiti tá muito ruim. Você tem que ajudar porque as pessoas lá no Haiti não podem trabalhar, não podem sair, não podem fazer nada, junta dinheiro pra trazer pra cá também, tem que pagar as contas, tem que pagar a faculdade que é caro, na UCS é caro, então...

Além de almejar o sucesso profissional, seu sonho é ajudar o máximo que pode o restante da família numerosa que ainda vive no Haiti, em uma cidade que fica na região metropolitana de Porto Príncipe, a capital do país. Lá Jules ainda tem cinco irmãs, dois irmãos, além do pai e da mãe.

> Bem que eu queria voltar pro Haiti, mas não tem estabilidade. No momento eu tô aqui no Brasil pra tentar crescer....se não tiver segurança, não se pode ter nada. Não é só segurança de trabalho, é de guerra mesmo, tiros toda hora, bandidos tomando a rua. Não tem como fazer nada, é uma terra sem lei agora, nem tem o presidente mais, o último presidente foi assassinado.

Atualmente, Jules mora sozinho no bairro Serrano e não é casado e nem tem filhos. Quando chegou na cidade, Jules foi recepcionado por um dos irmãos, que já mora há nove anos no Brasil. Sobre a receptividade do povo caxiense, ainda não tem opinião formada, pois não conseguiu fazer muitos amigos

> O meu trajeto é de casa para o trabalho e a faculdade. Saia da faculdade, eu não saia na rua pra conversar com as pessoas. Era só estudar, fazer minhas provas e acabou. Não tem amigos na faculdade, tem colegas, às vezes tem trabalho em grupo, a gente conversa pra fazer o trabalho, depois não tem mais nada de conversa.

Quem também está com dificuldade de conseguir emprego e ainda não encontrou desde que chegou a Caxias do Sul é Herve, de 18 anos. Cheguei até ela no objetivo de entrevistar outro haitiano que trabalha em indústria, o Serge, que havia sido indicado por um amigo. Entretanto, por estar muito ocupado e por ainda falar pouquíssimo português, Serge me indicou a entrevista com sua prima, que precisava de ajuda e mora em sua casa no bairro Presidente Vargas. Segundo Serge, Herve residia no Brasil há mais tempo, o que tornaria a entrevista mais fluida.

Herve me procurou por *whatsapp* e, assim que pude, fui ao encontro dela na residência em que morava com Serge e mais duas pessoas. O dia estava com um típico clima de inverno na Serra Gaúcha, temperatura próxima a zero grau (ou menos), uma garoa fina e uma neblina que mal dava para enxergar, como se diz na minha terra, um palmo na frente do nariz. Mesmo assim, peguei um uber e fui. Ao chegar na casa de Herve todo encasacado, tomei um susto. A jovem estava vestindo apenas uma saia curta, com as pernas desnudas, naquele frio, e uma jaqueta jeans, aparentemente fina.

Herve me convidou para entrar. A casa era de dois pisos e os haitianos moravam no piso superior. Conheci apenas a sala, onde Herve me convidou para sentar e para que eu ouvisse a sua história. O ambiente tinha apenas dois sofás de couro, bastante rasgados, e uma estante de madeira. Enquanto conversávamos na sala, percebi que havia outra pessoa na casa, que mais tarde descobri ser o namorado de Herve. O rapaz estava acompanhando a nossa conversa, mas que não quis dar entrevista.

Herve ou era ou ficou muito tímida durante a nossa conversa e mal conseguia se comunicar. Durante alguns minutos, ela escreveu no celular em um aplicativo de

tradução a mensagem que ela gostaria de me transmitir. Herve contou que estava em Caxias do Sul porque havia fugido do pai, que a fazia passar necessidade e ainda batia nela. Inclusive, Herve me mostrou em seu corpo algumas marcas que ficaram dessas agressões que sofreu do pai, lesões no braço e na região do peito. Por esse motivo, saiu de casa e decidiu morar com o namorado. “A gente se conhecia lá do Haiti. Eu vim primeiro com a família, e ele veio depois aqui pra Caxias. A gente se falava pela internet”.

A jovem conta que veio ao Brasil há oito anos, em 2017, juntamente com o pai a mãe e o irmão, para tentar a vida. A família residia em São Paulo, na cidade de Itapevi. Mas após um período, a mãe de Herve descobriu que o pai tinha uma outra namorada e saiu de casa, deixando os filhos aos cuidados dele. “Depois que minha mãe foi embora ele ficou louco. Ele bebe muito...eu quero tranquilidade”. A jovem mantém comunicação com a mãe, que ela diz ser sua amiga. “Depois que ela foi embora ela vendia coisas no Brás, chinelo, roupas...depois foi pra Passo Fundo e agora ela ta morando nos Estados Unidos”.

Em Caxias do Sul, Herve praticamente não sai de casa, nem para ir à igreja. A jovem não conseguiu concluir a escola e estudou apenas até o terceiro ano. Mesmo assim, ela me contou que chegou a pedir para o seu irmão de São Paulo enviar o seu histórico escolar, mas seu pai mandou rasgar, e ela não conseguiu o documento. A jovem tem o sonho de cursar enfermagem, mas por enquanto não vislumbra nenhuma perspectiva. Diante desse cenário desolador, eu a aconselhei a procurar o CAM, para obter orientações sobre cursos profissionalizantes, oportunidades de emprego e até assistência jurídica, para os episódios de violência.

O inverno rigoroso é um desafio para os imigrantes originários de países com temperatura mais amenas. Em outro dia muito frio na cidade, circulando pela rodoviária de Caxias do Sul, encontrei um jovem casal de haitianos, sentado nas poltronas de quem aguarda a chegada de passageiros ou espera o seu ônibus para ir embora. Enquanto ela dormia profundamente, com a cabeça abaixada, escondida entre as pernas para se proteger do frio, ele estava mexendo no celular, aparentemente brincando em algum joguinho. Decidi abordá-lo para que me contasse um pouco da sua história.

Gerard, de 27 anos, estava ao lado da esposa na espera do ônibus que os levaria para Chapecó, no interior de Santa Catarina. Ainda faltavam cerca de cinco horas para o ônibus partir, então teríamos muito tempo para conversar. Quando o questionei sobre o porquê de chegar à rodoviária com tanto tempo de antecedência, Gerard me contou

que estava vindo de Gramado, cidade vizinha na Serra Gaúcha. Como não se adaptou ao frio, resolveu retornar à Chapecó, onde já havia morado por seis anos.

O haitiano chegou ao Brasil em 2017 com o principal objetivo de estudar. O jovem veio ao país a pedido do seu pai, devido às dificuldades políticas e econômicas que o Haiti está enfrentando. Em um dos episódios mais marcantes de sua vida, ele se lembra do terremoto que devastou boa parte do território haitiano, em 2010. Nessa época, o jovem ainda morava em Porto Príncipe.

> Eu era criança, nem sabia o que tava acontecendo. Eu fiquei triste depois que saí na rua, porque o bairro que eu morava não tava afetado, mas eu vi as pessoas correndo com as crianças....eu consigo perceber também por que onde que eu morava é um pouco alto, percebi a cidade, o centro, destruído. Aí na hora fiquei chocado. Era muito triste.

No Haiti, Gerard completou apenas o ensino médio. Ao chegar no Brasil, a sua primeira parada foi em Mato Grosso do Sul, na cidade de Naviraí, onde ficou hospedado na casa de um tio por sete meses, para aprender português. Sobre a sua documentação para permanecer legal no Brasil, Gerard revela que o todo o processo de regularização foi bastante tranquilo.

> Foi fácil, eu tirei o visto, mas eu não sei como é que se chama isso. Eu cheguei dali duas semanas ligou pra agendar na polícia federal e eu consigo tirar minha carteira ...antes de dois meses eu tinha meu documento pra ir trabalhar.

A mudança do Mato Grosso do Sul para Santa Catarina ocorreu após a aprovação no curso superior de Administração. Em Chapecó ficou residindo na casa de uma prima. Além de estudar Administração, curso que foi concluído por ele no final de 2023, Gerard fez ao mesmo tempo o curso técnico de Mecânica, no Instituto Federal de Santa Catarina, e trabalhou por vários anos em um frigorífico da cidade. Durante seu vínculo na empresa, o jovem trocou várias vezes de função, mas sempre trabalhou em posições operacionais. Iniciou trabalhando no corte e saiu da empresa trabalhando como operador de máquina.

Em sete anos no Brasil, Gerard revela já ter sido, no geral, bem tratado, mas relata ter passado por experiências desagradáveis. “Noventa por cento foi bem, mas acontece algumas pessoas que olham mal pra nós, que falam mal também. Eu não lembro das coisas, mas foi sofrido algumas coisas, não é tanto, mas foi sofrido”. No trabalho, a experiência de ser estrangeiro também não passou despercebida. “Acontece

uma coisa no trabalho, quem tá errado é o nosso colega brasileiro, acabei baixar a cabeça porque é brasileiro, no país dele...".

Depois de concluir a faculdade e de seis anos morando em Chapecó, Gerard decidiu vir com a esposa tentar a sorte em Gramado, onde ficou hospedado na casa de outro primo. Durante a temporada de sete meses na Serra Gaúcha, além de se manter com o dinheiro do seguro-desemprego do trabalho anterior, fez bicos como auxiliar de cozinha. Seu sonho para o futuro é que a realidade do Haiti mude para que um dia possa retornar ao seu país natal.

> A maioria de nós pretende voltar, porque nós não estamos aqui porque nós queremos. É por causa da situação do país. Se muda amanhã ou depois de amanhã, é claro que eu vou voltar. Porque a minha família e os meus amigos tudo estão lá.

Jocelyn, de 33 anos, já está há sete anos morando em Caxias do Sul, mas ainda tem dificuldades em se expressar em português. Quando chegou ao Brasil, a haitiana veio direto a Caxias do Sul, onde o marido já morava desde o ano anterior. O casal tem quatro filhos, dois nascidos no Haiti e dois nascidos no Brasil e todos já estão morando na cidade. Ao chegar ao país, a haitiana revela que não teve nenhum problema para resolver a documentação.

> Fiz em Caxias mesmo. Tem gente que vem primeiro pra me ajudar né? Meu marido tava lá em Vacaria, eu vim aqui tem um primo que me ajuda a fazer documento. Na verdade eu cheguei aqui no mês de março e em maio eu já recebi.

Apesar de ter ficado com a situação legalizada rapidamente, Jocelyn conta que demorou dois anos para conseguir trabalho e só teve a primeira oportunidade na cidade de Vacaria, também na Serra Gaúcha, onde trabalhou por oito meses no setor de embalagens de uma empresa que atua na colheita de maçãs. Ao retornar a Caxias do Sul, conseguiu ingressar em curso profissionalizante gratuito na área de costura. Após aprender o ofício, trabalhou na empresa Petenatti, por um ano e dois meses, e atualmente está trabalhando em uma outra empresa, na mesma área. Para ela, a receptividade do povo caxiense foi boa, e as principais dificuldades em se habituar à cidade foi enfrentar o frio e aprender o idioma.

Quando chegou a Caxias do Sul, Jocelyn revela que optou por morar no bairro Serrano, onde havia vários haitianos. No final do ano passado, o casal conseguiu financiar uma casa no bairro Cinquentenário, onde há menos conterrâneos morando.

Entretanto, a haitiana continua mantendo contato com a sua comunidade frequentemente, pois tem o hábito de ir à igreja Assembleia de Deus em todos os fins de semana. Com relação a lazer, ela admite ser bastante caseira. “Gosta de ficar em casa, arruma casa e fica com meus filhos. Se não for trabalhar, eu não saio”.

Quando perguntada sobre o motivo de ter se mudado para o Brasil, ela disse apenas que era um desejo da família. “Na verdade, todo mundo quer viajar. Eu viaja pra olhar outro país também. Na minha vida eu não quero ficar só um país. Tem empresa lá, não é muito, mas tem”. Tanto Jocelyn quanto o marido estão empregados em Caxias do Sul. Ele trabalha no turno da noite, no setor de produção da Randon. Mesmo assim, ela não está conseguindo ajudar os irmãos que ficaram no Haiti.

> Na verdade aqui no Brasil pra enviar dinheiro pra Haiti é muito ruim. Pra enviar dinheiro pra Haiti precisa dólar. Pra comprar 100 dólares precisa 600 reais, não tá bom pra nós. Pra ajudar alguém no Haiti não tá bom pra nós, precisa mais dinheiro. Se alguém ta trabalhando na empresa que vai pagar 1200, 1300, não dá.

Depois de entrevistar tantos imigrantes, no meu último final de semana em Caxias do Sul, finalmente consegui conhecer a Assembleia de Deus voltada para o público haitiano. Retornei ao local acompanhado da minha mãe em um sábado à tarde e fui recepcionado pelo Jerome, de 39 anos, que se apresentou como diácono e presidente daquela unidade. No momento da entrevista, havia apenas ele e o seu irmão, que estava trabalhando com solda, e fazendo um armário que seria usado pela área administrativa da igreja.

Jerome me apresentou toda a estrutura da igreja, que existe há cinco anos, e também mostrou a sala anexa onde funciona uma escola bíblica. Nesse espaço, as crianças participam de brincadeiras e aprendem os ensinamentos bíblicos, enquanto os pais participam das reuniões e orações. Conforme Jerome, atualmente os encontros recebem cerca de 80 haitianos e são realizados em francês e crioulo. Quando há visitantes brasileiros, o que nem sempre acontece, algumas partes da cerimônia são realizadas em português. A unidade haitiana fica a poucos metros da sede da Assembleia de Deus em Caxias do Sul.

> Eles que ajuda nós até conseguir pavilhão, porque é bem difícil pra nós. Cada um mora num lugar diferente, pra vim pra cá é bem difícil. Antes nós não tem emprego, não tem carro, não tem nada. Matriz ajuda nós pra conseguir. Ela ajuda no ônibus também, deu dois ônibus pra levar tudo haitianos pra cá.

Jerome chegou em Caxias do Sul há sete anos e atualmente mora com a esposa, com

o filho mais velho, que nasceu no Haiti e hoje tem 14 anos e com sua filha caçula, que já nasceu no Brasil e tem 4 anos. O haitiano viajou de Porto Príncipe a Porto Alegre de avião. Da capital do Rio Grande do Sul se deslocou para a Serra Gaúcha de táxi para ficar inicialmente hospedado na casa do cunhado, que já morava aqui. Segundo ele, a regularização dos documentos, que o permitiram começar a trabalhar, foi rápida.

> Em dois meses consegui tudo. Fiz o CPF, depois a carteira de trabalho, depois na polícia federal o RG, pra viagem. É quase o mesmo que tu tem. O seu é brasileiro o meu é estrangeiro. Se eu ir lá no Haiti precisa pra viagem, com o passaporte. Não precisa visto. Quando cheguei não fala português não fala nada, foi no CAM pra ajudar nós, pra marcar, pra tudo. Eles que marcam pra nós, pra fazer CPF, pra tudo.

Apesar de não haver demora para sua legalização, a conquista do primeiro emprego foi bem mais complexa. Foram cinco meses tentando oportunidades de trabalho na cidade, sem êxito. O haitiano só foi conseguir seu primeiro trabalho em Vacaria, em uma empresa produtora de maçãs. A experiência durou dois meses. Mesmo no período em que esteve desempregado, o haitiano diz que nunca chegou a receber qualquer auxílio do governo.

> No ano que eu cheguei aqui tava bem difícil o emprego, em 2016. Procurava em bastante lugar, era difícil. Melhorou agora.... Quando viaja tem que guardar um pouco de dinheiro pra conseguir sobreviver um pouco...meu cunhado que tá antes que eu ajuda um pouco..e a igreja que me ajudou pra almoçar...A igreja quando tem gente que é novo aqui ajuda até conseguir emprego. Pra almoço, pra roupa, pra dormir, pra tudo.

No retorno a Caxias do Sul, Jerome finalmente conseguiu trabalho na cidade e foi atuar em uma fábrica de doces, emprego em que permanece até hoje, na área de produção. No Haiti, Jerome conta que, além de ter trabalhado como taxista, fez faculdade de Mecânica. Mas ao chegar no Brasil, nunca conseguiu trabalhar na profissão. “É difícil, precisa fazer um curso de novo. Porque língua é difícil e o certificado lá e difícil pra usar aqui”. Apesar de não ter conseguido atuar na sua área de formação, Jerome não reclama das oportunidades que recebeu.

> Foi tudo bem pra nós, eles são gente boa. Abrem porta pra todos haitianos. Todo país tem racista, até Haiti tem racista, aqui nós estamos acostumando. Porque nós haitianos somos bem inteligentes, quando chega pra trabalhar nas empresas eles gostam nós, porque nós vem só pra trabalhar, não é pra brincar...e por isso eu tem seis anos na empresa que eu trabalho. Eu não quer sair. Às vezes eu pedi pra chefe “Eu vou sair” e ele diz “não, não vai sair. É gente boa.” Às vezes ele precisa hatiano pra trabalhar. Eles gostam de haitiano.

Recentemente, depois de concluir um curso em máquinas pesadas, Jerome conseguiu um segundo emprego na Randon, que durou apenas três meses. Conciliar os dois empregos com os compromissos na igreja, segundo ele, estava impossível. “Era bem difícil pra mim cuidar aqui. Eu sou o presidente da igreja também, em três meses fica tudo desorganizado. Eu saí semana passada e agora vim pra ajeitar tudo”. Com o valor que consegue economizar do seu trabalho, Jerome também ajuda os parentes que ficaram no Haiti: o pai, a mãe e um irmão. Entretanto, segundo ele, as condições atuais tão motivando muitos haitianos deixarem a cidade e o país.

> Tem gente que vem pra cá e tem família lá. Às vezes é difícil pra ele mandar dinheiro pra família. Às vezes é difícil pra ele ir lá olhar a família também porque o passagem é muito caro. Tem (haitianos) que vão pros Estados Unidos, pra Europa também. Tem os que fica aqui mesmo. Porque nós somos imigrantes e a gente procura um lugar melhor pra conseguir ajudar a família...Quando nós trabalha aqui, eu mandar dinheiro pra lá. Se precisa 100 dólares, eu preciso mais de 600 pra mandar pra lá

Jerome conta ainda que a sua esposa passou por uma experiência traumática na cidade. O caso ocorreu em 2020, quando ela perdeu um bebê. Segundo ele, o acompanhamento pré-natal indicava que estava tudo bem com a criança. Mas após ser atendida em um posto de saúde do bairro Madureira, onde a família mora, a esposa sentiu fortes dores e Jerome precisou levá-la ao hospital. Foi lá que a família recebeu a triste notícia.

> Minha esposa tava grávida e ela ir lá no posto tomar injeção. Depois o nenê ta morto, na barriga. Oito dias morto. Depois eu ir lá no Pompéia (hospital) eles viu o nenê ta morto, faleceu. Graças a Deus ela não tinha nada, tava grávida de sete meses. Não sabe o que aconteceu. Ele só pediu pra ela tomar uma injeção, não sabe qual injeção. Ela só tomar injeção pra covid. Depois de tomar a injeção, nenê tá morta.

Este episódio foi contado por Jerome no momento em que eu o questionei se alguém da família já havia sido vítima de preconceito na cidade. Segundo ele, com exceção desse caso, não havia problemas. Há quatro meses, a esposa de Jérome conseguiu trabalho e está empregada em um supermercado, nos turnos da tarde e noite.

Apesar dos desafios enfrentados e as dificuldades com o idioma e para conseguir trabalho, Jerome conta que seu sonho é permanecer em Caxias do Sul. “Eu quer ficar aqui, minha esposa gosta daqui, meus filhos também. Meu sonho é ficar aqui.”

3.3 - Levantamento de dados e análise dos resultados

A partir das entrevistas realizadas com dez imigrantes senegaleses e oito imigrantes haitianos, torna-se possível, por meio das respostas, analisar o objeto deste trabalho de pesquisa, a partir de assuntos chave como racismo, xenofobia e inserção no mercado de trabalho. É possível observar vários pontos em comum entre os entrevistados e também as particularidades de cada uma das nacionalidades. Para organizar a análise, decidi subdividi-la em quatro temas, que estão elencados a seguir: Perfil dos imigrantes entrevistados; Percepções do racismo e da xenofobia; Inserção e mobilidade no mercado de trabalho e Barreiras para ascensão profissional e qualidade de vida

3.3.1 - Perfil dos imigrantes entrevistados

Em minhas andanças por Caxias do Sul e conversas com os imigrantes percebi algumas semelhanças e diferenças entre as principais características dos dois povos. Os senegaleses, por exemplo, são muçulmanos, já os haitianos, em sua grande maioria, são devotos da fé cristã. Mas ambos buscam manter suas tradições religiosas. Enquanto os senegaleses se organizam para conseguir orar cinco vezes por dia e frequentar a cerimônia na única mesquita da cidade, às sextas-feiras (pelo menos os homens), os haitianos frequentam igrejas evangélicas, principalmente aos fins de semana, e inauguraram três unidades da Assembleia de Deus, específicas para seus conterrâneos.

Outra diferença diz respeito à formação da família. Enquanto haitianos consolidam matrimônio com apenas uma pessoa, semelhante ao que acontece no Brasil, os homens senegaleses podem ter mais de uma esposa. Entre os entrevistados para a minha pesquisa, o único que admitiu estar casado com mais de uma mulher foi Onael. Conforme notícia publicada pelo G1, em abril de 2014, o atual presidente do país é polígamo, assim como 1/3 da população de Senegal. Conforme o portal, a poligamia é uma prática tradicional entre os muçulmanos senegaleses. O Islã permite que os homens tenham até quatro esposas, desde que tenham recursos para sustentá-las e passem tempo igual com cada uma delas.

Outra observação que fiz ao longo das entrevistas e das respostas que fui obtendo dos imigrantes é que alguns trouxeram parte da família, outros estão sozinhos na cidade, mas absolutamente nenhum dos entrevistados mencionou ter se envolvido afetivamente ou mantido relacionamentos amorosos com pessoas brasileiras. Até mesmo as relações de amizade citadas, foram tímidas. A maioria dos entrevistados disseram que suas rotinas são de casa para o trabalho, com pouca ou nenhuma brecha para o lazer. As exceções me pareceram ser, justamente, os senegaleses que estavam em posições hierarquicamente superiores aos brasileiros. Nana, dona de loja, me mostrou no celular a foto de um almoço de confraternização com seus funcionários brasileiros. Também observei que Damien, outro lojista, tinha um relacionamento bastante amistoso com sua funcionária brasileira.

Porém, tanto os senegaleses quanto os haitianos, mantêm um elo forte com os familiares que ficaram na terra natal e reservam suas economias para ajudar os parentes. O senegalense Onael, por exemplo, reside no Brasil com uma de suas esposas, mas manda dinheiro mensalmente para a outra esposa e para os filhos que ficaram na África. Alasan também economiza o máximo que pode para enviar aos parentes que ficaram em Senegal. A maioria dos demais entrevistados senegaleses adota o mesmo comportamento. “A emigração senegalesa é majoritariamente projetada como um empreendimento coletivo em termos de família e nacionalidade” (DE CASARIO, BARBOSA E ZANINI 2017)

Entre os haitianos, também observei a mesma preocupação em ajudar os parentes que ficaram no Haiti. Jerome, por exemplo, deu uma visão geral sobre a realidade haitiana de quem decide imigrar: “Ás vezes é difícil pra ele mandar dinheiro pra família. Às vezes é difícil pra ele ir lá olhar a família também porque o passagem é muito caro”. Jocelyn, por sua vez, demonstra frustração por não conseguir ajudar os parentes como gostaria: “Pra ajudar alguém no Haiti não tá bom pra nós, precisa mais dinheiro. Se alguém ta trabalhando na empresa que vai pagar 1200, 1300, não dá”. O sentimento de frustração é compartilhado por Monique, que desempregada, pouco consegue ajudar a irmã e, principalmente, os pais, que permanecem no Haiti. “Tem que ajudar, eles tão doentes, são velhos já, não trabalham.... meu sonho é ajudar um pouco a minha mãe, porque eles precisam de ajuda. Eu tenho meu irmão aqui, mas só ele não consegue”.

Ainda no que diz respeito à relação familiar, constatei diferenças relevantes entre os dois povos, que foram mencionadas por vários autores ao longo desse trabalho. Em busca de personagens para minha pesquisa, tive muitas dificuldades para conseguir

entrevistar mulheres senegalesas. A Nana foi a única que concordou em conversar comigo. Além de ter encontrado bem poucas senegalesas nas ruas, algumas delas não falavam português - o que impossibilitava a entrevista, já que não falo outro idioma. Dos nove homens senegaleses entrevistados por mim, mais da metade deles mantiveram os familiares na África, apesar de morarem no Brasil há muitos anos. São os casos de Alasan, Bouba, Patrice, Mohamed e Madiop. Essa constatação vai ao encontro do que dizem Mocellin e Herédia (2018) quando identificaram em sua pesquisa que, dos 535 senegaleses que compareceram ao CAM em 2015, apenas 5 eram mulheres. “O perfil sobretudo é de homens jovens entre 25 e 35 anos, predominantemente muçulmanos, de solteiros e casados” (MOCELLIN E HERÉDIA 2018).

Por outro lado, apesar de ter conseguido entrevistar menos haitianos no geral em comparação a senegaleses, a proporção foi mais equilibrada. Quatro homens e quatro mulheres. Essa constatação *in loco* também corresponde à realidade identificada por Uebel (2016). Apesar de mencionar que no primeiro fluxo migratório, iniciado em 2010, o perfil dos haitianos era similar ao dos senegaleses, ou seja, homens em idade ativa no mercado de trabalho, nos anos seguintes, o perfil de imigrantes haitianos acabou se modificando. “A segunda geração de imigrantes teria começado em 2013, com outros perfis de ingressantes no país. Nesse novo fluxo, vieram as esposas, pessoas mais velhas e famílias completas, todos com grau de instrução variados”. (UEBEL, 2016).

Nesta análise, também é possível observar que Caxias do Sul deixou de ser um destino preferencial tanto dos senegaleses quanto dos haitianos que buscam melhores condições de vida. Se em 2015, 535 senegaleses compareceram ao CAM, os dados de apontam uma redução drástica no decorrer dos anos. Em 2023, apenas 90 senegaleses foram atendidos pela instituição e a escala permanece decrescente, visto que, até a metade de 2024 (julho), essa quantidade reduziu ainda mais, para apenas 21 imigrantes senegaleses atendidos (ZUCCO, 2024). O mesmo cenário foi apresentado pelo CIAI, órgão da prefeitura de Caxias do Sul. Apenas 13 senegaleses foram atendidos pelo CIAI em 2023 e somente quatro até o mês de julho de 2024 (ROTH, 2024).

No que diz respeito aos haitianos a realidade é similar. Conforme Uebel e Rückert (2017), dos 2.503 haitianos que escolheram migrar para o Rio Grande do Sul até outubro de 2014, cerca de 59% haviam escolhido a Serra Gaúcha para residir, mais especificamente nos municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Pelos dados mais recentes do CAM, o interesse dos haitianos pela região também vem reduzindo. Se em 2023, 351 haitianos procuraram o local, em 2024, até o mês de julho, apenas 81

haitianos procuraram os serviços do CAM, menos de ¼ em comparação ao ano anterior. Os números do CIAI apontam para a mesma direção. Se em 2023 foram realizados 113 atendimentos, em 2024, até o mês de julho, esse número caiu para apenas 28.

O que acontece em Caxias do Sul vai ao encontro do cenário nacional, apresentado pelo relatório OBMigra de 2022. O relatório nacional se debruça sobre dados de imigrantes senegaleses com carteira de trabalho assinada, mas também mostra que, depois de um período de auge, a curva segue em declínio. De 2015 para 2021, houve diminuição de quase 1 mil senegaleses em emprego formal no país. Essa constatação também pode ser observada no mesmo relatório, pelo número de pedidos de refúgio. Se entre 2010 e 2015 o relatório aponta que os senegaleses foram o povo que mais solicitou o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, entre 2016 e 2021, Senegal caiu para a sétima posição nesse *ranking*. Com relação aos haitianos, esse mesmo relatório aponta que os números também apresentam redução na procura por imigrantes. Se em 2019, o número de pedidos de haitianos por refúgio no país chegou a 16.610, em 2021 esse número reduziu para apenas 794. Embora a redução possa ser justificada pela pandemia de covid-19, os números recentes de Caxias do Sul ajudam a ilustrar esse declínio.

As entrevistas realizadas nesse trabalho de pesquisa trazem elementos que auxiliam a compreensão desse desinteresse recente dos senegaleses e haitianos pelo Brasil e por Caxias do Sul como destino para morar. Pelo menos três senegaleses entrevistados consideram a possibilidade de irem embora da cidade, se a situação não melhorar, e as razões dadas têm relação com a questão econômica. A moeda brasileira está desvalorizada na conversão para o dólar e a remessa de recursos para os familiares que ficaram nos países de origem está cada vez menos vantajosa. Os haitianos não chegaram a cogitar a mudança de cidade, mas fazem as mesmas reclamações.

Apesar de estar estabelecido como empresário, o senegalês Madiop considera ir embora se a moeda brasileira continuar se desvalorizando na conversão: “O cara que mandava quinhentos reais pra família dele, hoje ele precisa mandar mil, pra dar o mesmo valor lá...a conversão é absurdo”. A haitiana Monique já percebeu o êxodo de conterrâneos, justamente por conta da moeda: “Agora é difícil de encontrar um monte de haitiano andando por aí. Alguns tão trabalhando e muitos foram embora. Eles tão indo pros Estados Unidos pra uma vida melhor e a moeda também”. O haitiano Jerome não considera ir embora, pois a família já se adaptou ao Brasil, mas entende a decisão de muitos conterrâneos procurarem outro destino: “Nós somos imigrantes e a gente

procura um lugar melhor pra conseguir ajudar a família...Quando nós trabalha aqui, eu mandar dinheiro pra lá. Se precisa 100 dólares, eu preciso mais de 600 pra mandar pra lá".

Sobre a vontade de voltar à terra natal, pelo menos três dos senegaleses entrevistados relataram a vontade de retornar. Alasan, por exemplo, justificou a saudade da sua terra e cultura. "Eu sou africano, do Senegal, posso ficar 50 anos aqui e vou gostar mais da minha comida, da minha cultura, nunca vou perder isso." Entretanto, o senegalês também alegou as condições econômicas atuais para justificar uma mudança. "Não vou dizer decepção, mas a gente trabalha só pra comer, mas pra poder juntar dinheiro e construir uma casa não tá dando certo não." Segundo ele, dos mais de 900 senegaleses que já chegaram a residir na região, menos de um terço permanece. Patrice também relata a vontade de retornar a Senegal um dia, mas dependendo da situação econômica do país. "O objetivo é conseguir um pouco de dinheiro, voltar lá ou ir num lugar que a gente acha a economia melhor pra conseguir sobreviver". Sadio também mencionou o sonho de voltar a Senegal um dia, mas por enquanto gostaria de permanecer na cidade e tentar prosperar.

Com relação aos haitianos, o retorno à terra natal é menos citado. Gerard até deseja voltar, mas admite que, nas condições atuais do país, a vontade não passa de um sonho distante: "A maioria de nós pretende voltar, porque nós não estamos aqui porque nós queremos. É por causa da situação do país. Se muda amanhã ou depois de amanhã, é claro que eu vou voltar". Para Jules, a realidade atual do Haiti não permite projetar perspectivas positivas. Faltam condições mínimas para sobrevivência: "Não é só segurança de trabalho, é de guerra mesmo, tiros toda hora, bandidos tomando a rua. Não tem como fazer nada, é uma terra sem lei". Outros como Jerome e Angelo já nem consideram mais essa possibilidade de voltar. Angelo chegou a dizer: "Brasil noventa por cento melhor que Haiti, por isso não fui lá e onze anos aqui".

3.3.2 - Percepções do racismo e da xenofobia

A presença de senegaleses e haitianos no Brasil levanta questões sobre a percepção do preconceito, que muitas vezes é mais sutil e velada do que em outros contextos. Como vimos ao longo desse trabalho, a história brasileira é marcada por uma complexa teia de discriminação, onde o racismo se manifesta através de

microagressões, estereótipos e desigualdades sociais. Para os imigrantes, essa realidade pode ser difícil de reconhecer, uma vez que suas experiências anteriores podem não ter preparado para as nuances do racismo brasileiro.

No racismo à brasileira, a ideologia do branqueamento faz com que os negros brasileiros acreditem que a sua respectiva exclusão social está ligada à cor de pele, fazendo com que as vítimas busquem o branqueamento biológico e a adequação a padrões estéticos e comportamentais predominantes na sociedade (SOUZA 2021). Os senegaleses e haitianos, ao não terem passado por essa ideologia do branqueamento, preservam uma valorização mais forte de sua cor de pele e identidade, sem terem sofrido os impactos da pressão pela miscigenação em seus países. Sendo assim, é possível observar particularidades na forma como o racismo é recebido pela vítima.

As manifestações mais explícitas e violentas de discriminação foram mais facilmente identificadas pelos imigrantes, enquanto outras formas mais sutis, presentes na rotina cotidiana, passaram despercebidas ou foram relativizadas. Os senegaleses Bouba e Patrice, por exemplo, admitem terem sido vítimas de racismo nas ruas, enquanto trabalhavam com vendas. Enquanto Bouba chegou a bater em seu agressor, Patrice relatou que o episódio de ofensa racista chegou a envolver até a polícia.

Por outro lado, esses mesmos senegaleses admitiram que são “olhados” pelos moradores locais, mas buscam se manter indiferentes a esses olhares como forma de proteção. Enquanto Bouba diz que reage apenas quando o racismo é verbalizado: “Eu não posso imaginar o que a pessoa pensa quando tá olhando, mas se ela fala é outra coisa”, Patrice prefere ignorar e tentar normalizar os olhares, os considerando normais por serem endereçados a estrangeiros: “O mais importante pra nós é a gente seguir a vida e fazer o nosso trabalho”.

O senegalês Mohamed, por exemplo, reconheceu ser um ato racista quando ouviu de um desconhecido o seguinte relato: “Essa bosta tá podre”. E nesse caso, mesmo ouvindo uma agressão explícita, o imigrante optou por ignorar e seguir em frente: “Eu deixo as coisas passar...eu não tento pagar as coisas o mal por mal.....tem muitas coisas que as pessoas nem precisar dar bola, né? Se você dá bola pra uma cara racista, tu vai aumentar as coisas”. Já o haitiano Angelo também se percebe vítima de racismo quando nota que algumas pessoas não querem se sentar ao lado dele no restaurante popular, entretanto, prefere focar no lado bom das pessoas: “Oitenta por cento dos brasileiros ajuda a mim, fala bem comigo”.

Entretanto, nem todos conseguem suportar os olhares de desprezo. O senegalês Damien contou a experiência de um amigo que decidiu ir embora por não aguentar a

forma como era visto na cidade. “Olhar assim eu sinto diferente.” Ele falava isso. Aí ele pegou o avião e foi embora pra Bahia.” O próprio Damien conseguiu reconhecer como racismo o fato de alguém não querer se sentar ao lado dele no ônibus e atravessar a rua para evitar o encontro, mas não percebeu como uma atitude racista o vigilante do supermercado o perseguir enquanto fazia as suas compras: “Nem precisa falar “cara, por que tu ta me olhando?” Não precisa isso, espera. Até eles te abordar e falar alguma coisa, que tu não fez. Mas se tu chega a dizer ”ah, ele me olhou”. É a função dele”.

Ainda como forma de se proteger, muitos imigrantes procuram outras explicações para definir possíveis rejeições. O senegalês Sadio preferiu não falar sobre pessoas racistas e usou um termo ameno para dizer que tem pessoas que *não se misturam muito*. “A pessoa não me gosta, não me valoriza, eu sabe me valorizar e gosta de mim mesmo. Então não me importo muito com a pessoa, do jeito que ela olha pra mim.” Já a haitiana Monique preferiu chamar de *bullyng* o tratamento diferente que recebia de sua chefe imediata, em comparação às colegas de firma: “A gente trabalha por horas, tu tem uma meta...cinquenta peças por hora. Se eu consigo dar cinquenta, ela quer mais. Eu só tenho dois braços, eu vou ao banheiro, preciso respirar um pouco”. Já o senegalês Madiop, por exemplo, sabe da existência do racismo e está pronto para enfrentá-lo. Mas prefere chamar de “falta de educação” o comportamento das pessoas: “Ser ofendido no trabalho.... comigo nunca aconteceu, mas como diz aqui, eu sou meio faca na bota, eu não deixo certas coisas passar, tu me dá uma eu te dou três”.

A palavra “valorizar” foi usada por vários dos entrevistados e ela revela um orgulho com relação à raça e às origens. Para alguns imigrantes, a falta de prestígio social dos negros brasileiros é, em parte, resultado de comportamentos ou da falta de valorização por parte da própria comunidade negra. Essa visão pode levar alguns senegaleses a culparem os negros brasileiros por sua situação, acreditando que a desvalorização e certos comportamentos inadequados contribuem para a marginalização. Alasan exemplifica isso ao se espantar com as posições de trabalho que os negros brasileiros ocupam, na portaria de prédios e em funções de limpeza, mas nunca como gerentes ou outros cargos de chefia.

Segundo ele: “Havia uns camaradas brancos que estudavam comigo na minha terra, mas a gente nunca sentia essas coisas (que os negros sentem aqui)”. Já na fala da senegalesa Nana foi possível identificar a busca por um ''branqueamento social''. Ela relata se comportar de maneira que se distancie de estereótipos negativos associados aos negros brasileiros: “Se me olham eles sabem branca... aqui faz tudo coisa correta, não gosto faz como outra negra faz, porque se faz como outro negro faz ele não vai ter

respeito". É importante destacar que todos os entrevistados para essa pesquisa são pessoas pretas retintas, o que as torna alvo mais provável de preconceito, pois no Brasil ocorre o preconceito de marca, relacionado à aparência (NOGUEIRA 2006).

Ao longo das entrevistas, também foi possível compreender que algumas pessoas ficam mais à vontade para serem racistas quando se sentem em um ambiente seguro, somente com pessoas brancas. Talvez o que minha tia Maria ouviu no elevador sobre os senegaleses, logo que eles chegaram a Caxias do Sul, não tivesse sido dito diretamente a eles. "O pessoal do prédio toda vez ficava reclamando do cheiro no elevador, que eles fediam, não tomavam banho, que o suor era muito forte e eles não aguentavam".

O conceito de Hall (2016) aponta para a existência de "oposições binárias". Reforça-se a importância da marcação dos estereótipos raciais negativos para os negros com fins de consolidar os estereótipos positivos aos brancos, na lógica branco-belo x negro-feio; branco-civilização x negro-selvagem, branco-intelectual x negro-primitivo. (HALL, 2016 APUD CARRERA, 2024). Lembrei desse conceito ao ouvir do senegalês Alasan a seguinte observação: "Eles acham que a pessoa que vem da África é selvagem, que mora no mato, que não sabe de nada." Por serem estrangeiros, os imigrantes senegaleses ainda têm de enfrentar outro preconceito sobreposto, a xenofobia. Migrantes transnacionais não-brancos são ainda mais marginalizados que os pretos e pardos brasileiros (RIBEIRO E BAENINGER, 2024).

O senegalês Alasan, por exemplo, menciona um episódio constrangedor do qual foi testemunha, em Caxias do Sul, com características de xenofobia. Segundo ele, um cliente, insatisfeito com a mercadoria adquirida de um vendedor ambulante senegalês, mandou "a gente voltar pra nossa terra". O senegalês Christian relata um episódio ocorrido dentro de um ônibus que transportava pessoas que foram comprar mercadorias no Paraguai. A manifestação pode ter motivações racistas, afinal foi direcionada a um homem preto retinto, mas tem, sem dúvidas, inegáveis características de xenofobia, quando a pessoa que escancara o preconceito diz, nas palavras de Christian: "ele veio aqui pra tomar o nosso serviço, então nós todos vamos ficar no desemprego e tal".

3.3.3 - Inserção e mobilidade no mercado de trabalho

Com relação à ocupação de postos de trabalho em Caxias do Sul, encontramos cenários completamente distintos entre imigrantes senegaleses e haitianos. Enquanto muitos senegaleses trabalham como vendedores ambulantes ou já conquistaram o seu próprio negócio, todos os haitianos que eu entrevistei ou estão trabalhando em alguma firma com carteira assinada ou estão desempregados. Essa constatação vai ao encontro da observação de Celsa Zucco, diretora do CAM, ao afirmar sobre os senegaleses: “eles são acostumados com o comércio ambulante, a gente tem que pensar que eles são outra nacionalidade, outra cultura, outros costumes, então pra eles trabalhar assim na rua é bem normal”.

Os autores Gamberoni e Tedesco (2022) também destacaram a opção pelo trabalho ambulante dos senegaleses e o relacionaram à realidade de Senegal, país que foi afligido pela seca e por crises econômicas. A informalidade acabou se tornando uma solução para uma população empobrecida na busca pela sobrevivência. Em Caxias do Sul, de acordo com os entrevistados senegaleses, a informalidade se tornou uma opção para ganhar mais. Em suas entrevistas, muitos deles afirmaram que chegaram a trabalhar em empresas, com carteira assinada, mas optaram pelo trabalho informal.

Em sua entrevista Alasan, que é responsável pela associação de moradores senegaleses na região, explicou que há ainda muitos senegaleses ainda estão empregados na Marcopolo, empresa de fabricação de carroceria de ônibus da cidade - um deles até em cargo de chefia, mas boa parte trocou as garantias trabalhistas pelo trabalho de ambulante ou foi embora. Ele mesmo descartou oportunidades para trabalhar em cargos de chão de fábrica e optou pela informalidade, justamente pela baixa remuneração: “o salário-mínimo não vai dar certo pra mim. Aqui tem que morar em apartamento, pagar as contas e mandar dinheiro pro Senegal, a gente não consegue viver com esse salário-mínimo”. Outros senegaleses, como Bouba, chegaram a mencionar a atuação em outras atividades com carteira assinada, mas indicaram que a opção pelo trabalho informal era mais rentável. “Onde pagar mais eu vou”. Patrice, por sua vez, não chegou a mencionar os motivos pelos quais não se manteve nos empregos de carteira assinada, mas hoje atua apenas como vendedor ambulante, depois de 10 anos na cidade.

A própria imposição de um local específico para os ambulantes realizarem a

venda de mercadorias tem relação com a questão de ordenamento urbano, mas também com o preconceito. Não foi uma escolha dos senegaleses. Apesar disso, antes da regulamentação, eles tinham de enfrentar episódios de violência e confisco, como relatou Onael sobre a abordagem de um fiscal. “Ele pegou toda minha mercadoria, tirou o relógio da maleta e largou no chão, tirou tudo, começou a brigar, pegou uma arma com energia, depois ele me colocou, já cai no chão...muitas coisas (aconteceram) aqui em Caxias”. Outros senegaleses também viram como racismo a proibição de trabalhar livremente, após reclamações da população sobre a dificuldade para caminhar nas calçadas “Eles tinham por onde passar, tinha muito espaço”. Conforme Zucco (2024), o fato de não serem bem-vistos pela população e pelos lojistas com esse trabalho de “camelódromo” também foi uma das razões para vários senegaleses deixarem a cidade.

Porém, é preciso destacar que alguns entrevistados relataram crescimento profissional dentro das empresas. Sadio chegou a mencionar que conseguiu até algum crescimento em nove anos dentro da mesma empresa, mas decidiu que, trabalhar como ambulante, era uma alternativa melhor: “A renda não tava muito boa, tem muitas contas pra pagar. O salário era até bom, mas tinha que fazer serão pra ganhar bastante, aí corpo também não aguenta, era um trabalho pesado”. Damien trabalhou como estoquista, locutor e gerente da mesma loja, antes de abrir o seu próprio negócio. Madiop antes de abrir sua barbearia, em parceria com outros colegas, também foi conseguindo oportunidades graças à sua qualificação, esforço e desempenho profissional.

No que diz respeito aos haitianos, Celsa Zucco destacou que eles não têm esse perfil empreendedor e a maioria dos que migraram para Caxias do Sul, buscaram colocação nas empresas da cidade ou tentaram migrar para os Estados Unidos. Além disso, vários dos entrevistados disseram ter sofrido preconceito dentro das empresas. Jules, por exemplo, destacou que no seu primeiro emprego na cidade conseguiu vaga no cargo de desossador, e acabou trocando de firma, por não ver muito futuro onde atuava: “eu falava com os gestores e não via oportunidade.... depois eu fui pedindo, pedindo, pedindo eu consegui só um pouquinho de promoção, mesmo assim as pessoas do mesmo cargo ganhavam mil reais a mais do que eu”. Segundo ele, nessa empresa os imigrantes não subiam de cargo, somente os brasileiros.

Monique conseguiu trabalho como costureira, após anos desempregada, e também percebeu diferenças de tratamento da chefe em relação a ela, em comparação com as colegas brasileiras. “Onde que eu trabalhava a minha líder, não sei o que ela tinha, ela me tratava um pouco diferente, sabe?” A mesma impressão teve Gerard ao

trabalhar em uma empresa que ficava na cidade de Chapecó, Santa Catarina. “Acontece uma coisa no trabalho, quem tá errado é o nosso colega brasileiro, acabei baixar a cabeça porque é brasileiro, no país dele...”. Para os autores Ribeiro e Baeninger (2024) o fato de serem negros e estrangeiros tornam os imigrantes mais suscetíveis ao preconceito. “São inúmeras as adversidades enfrentadas por essas/es migrantes, para que elas/es possam se estabelecer junto às sociedades receptoras”.

Para Almeida (2019), o racismo é naturalizado quando se interpreta que pessoas negras são menos aptas para a vida acadêmica, tem menos acesso à educação e, justamente por isso, exercem funções menos qualificadas e mal remuneradas. “O racismo cria uma narrativa que associa as pessoas negras a papéis subalternos, enquanto privilegia pessoas brancas”. (ALMEIDA, 2019). Gonzáles (2020) explica que o racismo, enquanto construção ideológica, legitima a divisão racial do trabalho. Os negros, sejam brasileiros, senegaleses ou haitianos irão sair no prejuízo em comparação aos brancos, seja pela superexploração submetida pelos capitalistas ou ainda através da vantagem competitiva obtida pelos brancos na disputa de posições na estrutura de classes.

Mesmo que ocupando postos no chão de fábrica da hierarquia do capitalismo, a pesquisa demonstrou que, entre os senegaleses, não houve grandes dificuldades para inserção no mercado de trabalho formal. Apenas dois dos dez entrevistados relataram demora para conseguir emprego em Caxias do Sul. Onael, por exemplo, chegou a ficar cinco meses desempregado, sem conseguir atuar em Mecânica, sua área de formação. Apesar de algumas curtas experiências com carteira assinada durante os anos que reside na Serra Gaúcha, ele começou a trabalhar como vendedor ambulante e ainda exerce esse ofício nos dias atuais. Mohamed também relatou não ter conseguido trabalho em Caxias do Sul, mas o caso desse senegalês é bem particular. Ele admitiu enfrentar o vício em drogas e estar sobrevivendo graças a benefícios sociais e à coleta de materiais para reciclagem. Quando chegou ao Brasil (antes de lutar contra o vício) Mohamed conseguiu emprego como costureiro em pouco tempo, em outra cidade do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, pelo menos cinco dos dez entrevistados admitiram não conseguir trabalhar nas funções que exerciam ou nas áreas que estudaram em Senegal. Além de Onael, citado no parágrafo anterior, Alasan também disse não ter conseguido facilidades para trabalhar como soldador, nem como artesão em madeira, outro de seus ofícios. Já Nana tinha uma carreira bem-sucedida como contadora em Senegal e nem chegou a tentar atuar na área, pois o marido já tinha aberto lojas na Serra Gaúcha. O marido, no

entanto, há anos reside na região e também não trabalhou na sua profissão, devido à baixa remuneração ofertada. Nas palavras da Nana: “No Brasil eles não gostam de outras pessoas que vem aqui e trabalhe.... eles não vai pegar uma pessoa estrangeira que vem aqui e trabalhe na coisa que faz no país, é muito difícil.”

Também é preciso destacar que o trabalho como vendedor ambulante é comum em Senegal, então há razões culturais nessa escolha. “eles são acostumados com o comércio ambulante, a gente tem que pensar que eles são outra nacionalidade, outra cultura, outros costumes, então pra eles trabalhar assim na rua é bem normal”. (ZUCCO, 2024). A própria informalidade torna mais maleável a participação nas celebrações de fé. Por razões religiosas, tanto Christian quanto Damien, que são empresários, deixam suas lojas aos cuidados de funcionárias, às sextas-feiras, no horário do almoço, e vão acompanhar presencialmente a cerimônia na mesquita. Além disso, no dia que compareci à mesquita, encontrei pelo menos outros dois entrevistados, que trabalham como vendedores ambulantes, participando da celebração.

No que diz respeito aos haitianos, observei que houve mais dificuldade na obtenção de trabalho, principalmente entre as mulheres. Monique, por exemplo, ficou mais de dois anos desempregada e só conseguiu se sustentar durante esse tempo porque o marido, que chegou antes à cidade, já estava estabelecido na mesma empresa há muitos anos. A situação é bem semelhante à de Jocelyn. O marido já estava empregado, mas ela demorou dois anos para conseguir trabalho. A primeira oportunidade surgiu na cidade de Vacaria, na colheita de maçãs. A jovem Herve, que veio para Caxias do Sul para fugir do pai violento, ainda está desempregada e mora com o namorado e outros amigos haitianos, que a ajudam no próprio sustento.

Angelo, por sua vez, conseguiu trabalho em pouco tempo. Entretanto, a sua esposa ainda está penando para conseguir a primeira oportunidade, principalmente por causa das dificuldades com o idioma. E as chances que aparecem são muito longe de casa, o que acaba não sendo interessante para a família. “Na verdade a esposa não sabe assinar e não sabe falar (português). Eu fui lá procurar serviço restaurante, fui na lotérica.... e eles mandar pra outro lugar, tá longe de casa”. A única das mulheres entrevistadas que conseguiu emprego rapidamente foi Lucienne. A oportunidade surgiu graças à cunhada, que havia chegado antes à cidade e a indicou para a loja onde ela trabalhava, gerenciada por um senegalês. “Ela falar com o gerente pra mim e quando eu vem, vem direto aqui pra trabalhar. Eu venho numa quinta e venho aqui trabalhar no sábado”.

Entre os homens, as oportunidades demoraram menos, mas também não foram

imediatas. Jules esperou quatro meses para conseguir o primeiro trabalho em um grande frigorífico da cidade, no cargo de desossador. Para Jerome a espera foi ainda maior, foram cinco meses de desemprego até conseguir o primeiro trabalho em Vacaria, na colheita de maçãs. Durante o tempo sem renda, contou com a ajuda do cunhado, da igreja e se apoiou nas economias que havia feito antes de viajar: “No ano que eu cheguei aqui tava bem difícil o emprego, em 2016. Procurava em bastante lugar, era difícil”.

No que diz respeito à ascensão profissional, alguns entrevistados relataram ter havido crescimento, mas ainda distante de cargos de chefia. Lucienne, por exemplo, depois de atuar por um período na arrumação e estoque na loja onde trabalha, conseguiu ascender ao cargo de vendedora. Já Jules, que começou como desossador em frigorífico, relatou ter conseguido uma pequena promoção nessa empresa, mas disse que foi o único entre os trabalhadores estrangeiros a ter conseguido subir de cargo. E ainda assim, abaixo de seu potencial – Jules estuda Gestão da Produção Industrial na Universidade de Caxias do Sul: “Imagina, eu já tinha dois anos de faculdade lá, eu falava com os gestores e não via oportunidade....depois eu fui pedindo, pedindo, pedindo eu consegui só um pouquinho de promoção”. Atualmente, Jules mudou de empresa e está confiante que subirá de cargo após um ano.

Entretanto, há vários elementos que devem ser mencionados e não é possível creditar apenas ao racismo ou à xenofobia as dificuldades de obtenção de emprego e ascensão profissional. Como veremos a seguir, as barreiras com o aprendizado do português e com a burocracia para validação de diplomas também contribuem para que as oportunidades que apareçam no mercado de trabalho sejam em funções que exigem pouca qualificação e, por consequência, paguem menos. Quem conseguiu ascender socialmente, foi através do próprio negócio, como os senegaleses Damien e Christian, principalmente. Além disso, o nível de estudo também compromete. O levantamento divulgado por Mocellin e Herédia (2018) aponta que a grande maioria dos senegaleses que procuraram atendimento pelo CAM de Caxias do Sul em 2015 não tinha sequer o ensino médio completo, (52,15% tinham ensino fundamental incompleto). Déficit apontado por Wenczenovicz (2016), ao relatar deficiências educacionais graves em Senegal, identificadas por órgãos internacionais, e justificadas pelo histórico processo de colonização francesa.

No que diz respeito aos haitianos, Uebel e Rückert (2017) também identificaram que o nível de instrução era mediano. Entre os 2.503 haitianos que escolheram o Rio Grande do Sul para morar, de acordo com dados de 2014, apenas 1 havia concluído o curso superior e a maioria tinha formação primária ou técnica profissionalizante.

3.3.4 - Barreiras para ascensão profissional e qualidade de vida

Os haitianos e senegaleses que imigraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida enfrentaram desafios comuns no processo de adaptação, mas, em geral, relataram menos dificuldades para obter a documentação necessária para trabalhar no país. Graças a políticas migratórias brasileiras voltadas para acolher esses grupos, como o visto humanitário para haitianos e a permissão para os senegaleses trabalharem enquanto aguardavam a resolução dos pedidos de refúgio, muitos conseguiram regularizar sua situação de forma relativamente rápida. O haitiano Gerard exemplifica: “Foi fácil, eu tirei o visto, mas eu não sei como é que se chama isso. Eu cheguei dali duas semanas ligou pra agendar na polícia federal e eu consigo tirar minha carteira ...antes de dois meses eu tinha meu documento pra ir trabalhar.”

Tanto os haitianos quanto os senegaleses relataram dificuldades com a língua ao chegarem ao país. O português representou um obstáculo inicial para a comunicação no dia a dia e na busca por trabalho. Mesmo após anos residindo no Brasil, observei que alguns estrangeiros ainda enfrentam dificuldades para se expressar fluentemente. Essa barreira linguística não apenas afeta a integração social, mas também pode limitar as oportunidades de emprego e educação, embora muitos tenham se esforçado para aprender a língua ao longo do tempo. Cursos de português e o convívio com a população local têm ajudado no processo de adaptação, mas o domínio pleno do idioma ainda é um desafio para parte dessa comunidade. O senegalês Alasan explica as barreiras que muitos imigrantes têm com o idioma. “Eu estudei francês na minha terra e tive mais facilidade, mas tem gente que não aprendeu francês, pra eles falar português não é fácil”. O senegalês Bouba também relatou dificuldades e precisou de ajuda com a língua no seu primeiro emprego no país: “Para mim a língua sempre foi a parte mais difícil. Nesse restaurante eu tive sorte porque tinha uma brasileira que falava francês e ela me ajudou”.

Por conta da barreira do idioma, o senegalês Damien e a haitiana Lucienne conseguiram emprego com rapidez, mas precisaram trabalhar nos bastidores de loja de roupas por algum tempo, antes de assumirem funções que exigiam comunicação com os clientes. O senegalês Madiop também relatou dificuldades no princípio, mas o fato de falar bem francês foi um diferencial para conseguir trabalho em uma padaria. Já a haitiana Herve, apesar de ter passado boa parte da adolescência no Brasil, não conseguiu se expressar suficientemente bem em português e durante entrevista que

realizamos e precisou recorrer a um aplicativo de tradução para expressar suas ideias, em alguns momentos.

A senegalesa Nana, há dois anos morando no Brasil, ainda fala português com dificuldades, mas se comunica bem o suficiente para tocar a sua loja. Além disso, sempre que precisa, recorre a sua funcionária brasileira para fazer alguma tradução: “Eu vim aqui e não sabia falar português, eu aprendi tudo aqui”. Já o senegalês Sadio, poliglota que fala cinco idiomas, estudava Letras, com ênfase em Árabe, mas não conseguiu aproveitar nada dos seus estudos no Brasil e precisou recomeçar do zero: “Quando eu cheguei aqui, me falava que eu tinha que recomeçar porque não tem língua que eu estudava lá. Aí fui fazer EJA, ensino fundamental e ensino médio e depois fui pra faculdade”.

Alguns dos senegaleses e haitianos que foram entrevistados enfrentaram grandes dificuldades burocráticas para validar os cursos que estudaram ou os diplomas que obtiveram em seus países de origem. Eles não conseguiram o reconhecimento de seus títulos no Brasil, o que os impediu de exercer suas profissões. Como consequência, muitos tiveram que aceitar empregos fora de suas qualificações, frustrando suas expectativas de utilizar suas habilidades no novo país.

O senegalês Alasan relata o tamanho do problema: “todos os diplomas que eu tenho são em francês, quando chega aqui não vale de nada, tem que correr atrás da validação. A gente ouviu os relatos de que não era fácil daqueles que chegaram primeiro e acabei trabalhando com vendas”. O também senegalês Madiop chegou a procurar saber como poderia validar o seu diploma de Filosofia, mas desistiu ao saber que não havia uma alternativa próxima: “O único lugar era Brasília, que Brasília o pessoal que tava lá tava conseguindo validar os diplomas, mas aqui no Rio Grande do Sul não”.

A haitiana Monique, que atuava como professora na República Dominicana, não conseguiu exercer a profissão no Brasil, justamente pelo não reconhecimento dos seus certificados: “A gente como somos haitianos tem estudo lá, quando chega aqui não vale nada. Quando eu cheguei não tinha como fazer nada, não tinha dinheiro também”. Ela relatou estar com dificuldades, inclusive, de conseguir o certificado do curso de enfermagem que concluiu, pela falta de reconhecimento da conclusão do Ensino Médio: “Eu deixei o meu emprego (na costura) pra fazer esse estágio e estou indo na escola procurando o meu diploma. Agora tenho que ver meu documento porque aqui tem que fazer o histórico do ensino médio. O meu histórico não vale aqui”. O haitiano Jerome também tinha certificado em Mecânica, mas não conseguiu aproveitá-lo no Brasil: “É difícil, precisa fazer um curso de novo. Porque língua é difícil e o certificado lá e difícil”.

Considerações Finais

As experiências vividas pelos imigrantes senegaleses e haitianos entrevistados ao longo deste trabalho contribuem significativamente para a compreensão de como o racismo no Brasil, utilizado como ferramenta de opressão dentro do sistema capitalista, também afeta diretamente a vida desses imigrantes. Ao analisarmos os inúmeros relatos de rejeição, ofensas e poucas oportunidades de ascensão profissional na maioria dos casos, e cruzando com os dados fornecidos pelos institutos de pesquisa, fica evidente que o racismo brasileiro atua como uma barreira estrutural que dificulta a inserção plena desses imigrantes no mercado de trabalho.

Apesar de o racismo atuar como uma barreira significativa, há relatos de imigrantes que conseguiram superar os obstáculos e prosperar. Alguns senegaleses, com perfil empreendedor, abriram seus próprios negócios, conquistando uma posição estável no mercado e criando redes de apoio em suas comunidades. Outros imigrantes alcançaram alguma mobilidade (mesmo que pequena) em seus empregos, recebendo promoções e ganhando reconhecimento pelo trabalho. Esses casos mostram que, apesar das dificuldades e do preconceito, conseguiram alcançar mobilidade social.

Além dos desafios já relatados, os imigrantes senegaleses e haitianos no Brasil enfrentam dificuldades que são agravadas por outros aspectos. Como o racismo no país é frequentemente vinculado à cor da pele (NOGUEIRA, 2016), e ambos os grupos são predominantemente de pele preta retinta, eles se tornam alvos mais visíveis de preconceito. Essa discriminação racial é entrelaçada com a xenofobia, intensificando os obstáculos diários que encontram. Muitos imigrantes relatam ouvir comentários como “voltem para o seu país” ou acusações de que estão “roubando empregos” dos brasileiros. No ambiente de trabalho, percebem diferenças de tratamento, com salários inferiores e promoções negadas, situações em que a condição de estrangeiro é frequentemente um fator de desvantagem.

Um dos principais pontos levantados nas entrevistas foi a dificuldade que os imigrantes enfrentam para obterem cargos que refletissem suas trajetórias profissionais. Muitos relataram que, apesar de possuírem experiência e especialização em diversas áreas, as oportunidades que surgem são restritas ao chamado "chão de fábrica", ou seja, ocupações com pouca ou nenhuma chance de crescimento e que pagam um salário mínimo. Isso reforça a ideia de que o racismo está presente não apenas nas interações sociais, mas também no mercado de trabalho, onde limita o acesso a

melhores condições de vida e emprego. O preconceito racial, nesses casos, opera de maneira silenciosa, oferecendo aos imigrantes as piores vagas, enquanto os brasileiros brancos ocupam posições mais privilegiadas.

No entanto, é necessário ponderar que o racismo, embora seja uma barreira fundamental, não é o único fator que impede a ascensão profissional dos imigrantes. O idioma, por exemplo, foi apontado por muitos entrevistados como uma das principais barreiras para conseguir melhores empregos. A dificuldade de comunicação em português faz com que muitos imigrantes, mesmo que tenham outras qualificações, não consigam competir em igualdade de condições com os brasileiros no mercado de trabalho. Assim, o racismo, a xenofobia e a questão linguística se entrelaçam, dificultando ainda mais a vida desses imigrantes.

Outro aspecto importante de se ressaltar é que os imigrantes conseguiram obter, sem grandes dificuldades, os documentos necessários para trabalhar formalmente no país. No entanto, quando se trata de validar os certificados que comprovam suas experiências e qualificações profissionais, a realidade é diferente. A revalidação de diplomas de graduação emitidos fora do Brasil ou o reconhecimento de certificado de pós-graduação obtidos no exterior são processos demorados e, muitas vezes, feitos em locais distantes da moradia do imigrante. Sem outra alternativa viável, muitos acabaram desistindo de atuar em suas áreas preferenciais e optaram por aproveitar as oportunidades de trabalho disponíveis, mesmo que estas não refletissem suas reais qualificações e experiências.

Também é válido ressaltar a diferença de postura entre os haitianos e senegaleses em relação ao mercado informal. Ao longo das entrevistas, ficou claro que, enquanto muitos senegaleses optam por trabalhar como vendedores ambulantes, essa alternativa não é escolhida pelos haitianos. Essa distinção parece estar relacionada a fatores culturais, já que, tradicionalmente, os senegaleses possuem uma forte tradição de comércio informal, algo que não se observa com a mesma intensidade entre os haitianos. Assim, a primeira premissa da pesquisa, que busca identificar as razões para a escolha do trabalho ambulante por imigrantes, deve ser ajustada, reconhecendo que essa escolha está presente apenas entre os senegaleses, e que o racismo, embora influente, não é o único fator explicativo.

A segunda premissa, que trata da percepção do racismo pelos imigrantes, também merece ser analisada com atenção. A maioria dos entrevistados relatou que o racismo, quando escancarado, é facilmente identificado e causa grande sofrimento. No entanto, muitos imigrantes preferem ignorar as manifestações mais sutis de

discriminação, seja como forma de proteção psicológica ou por estarem mais focados em sobreviver e enviar dinheiro para suas famílias. Essa diferença de percepção do racismo é um fator relevante para entender como esses imigrantes lidam com as adversidades que encontram no Brasil. A capacidade de perceber ou não o racismo, em suas diferentes formas, influencia diretamente a forma como eles reagem às oportunidades ou às limitações que o país lhes oferece.

Por fim, a terceira premissa, que aborda a migração de retorno de muitos imigrantes para seus países de origem ou para outros países, deve ser analisada à luz de fatores econômicos. Embora o racismo certamente contribua para a decisão de alguns imigrantes deixarem o Brasil, os relatos indicam que a principal razão para essa escolha está ligada à desvalorização da moeda brasileira. Tanto os haitianos quanto os senegaleses têm como característica cultural a responsabilidade de ajudar suas famílias que ficaram em seus países de origem. No entanto, com a desvalorização do real, a remessa de dinheiro para suas famílias tornou-se financeiramente desvantajosa, o que os leva a buscar outros países onde a moeda seja mais forte, permitindo-lhes ajudar seus familiares de maneira mais eficaz.

Portanto, as considerações finais desta pesquisa reforçam a complexidade da vivência dos imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil, particularmente em Caxias do Sul. O racismo, sem dúvida, desempenha um papel central na marginalização desses grupos, limitando suas oportunidades e criando barreiras que dificultam sua plena integração na sociedade brasileira. No entanto, é fundamental reconhecer que o racismo não age isoladamente. Outros fatores, como a barreira linguística, os trâmites exigidos para a obtenção de documentos e a situação econômica do país, também têm um impacto significativo na vida desses imigrantes. Além disso, a análise cultural das duas nacionalidades revela nuances importantes que devem ser levadas em conta ao se discutir as experiências de migração e trabalho desses grupos.

Para promover maior acesso e qualidade de vida aos imigrantes do Sul Global, é fundamental a implementação de políticas públicas abrangentes e integradoras. Um dos primeiros passos é a simplificação e aceleração dos processos de regularização migratória. Essa regularização é crucial para que os imigrantes tenham acesso a direitos básicos e possam participar plenamente da sociedade brasileira, exercendo direito à saúde, à assistência social e a moradias dignas. A inserção no mercado de trabalho também é uma questão prioritária. Programas de qualificação profissional voltados especificamente para imigrantes podem ser desenvolvidos em parceria com empresas e instituições de ensino. Além disso, campanhas de sensibilização contra a

discriminação no ambiente de trabalho ajudariam a combater preconceitos e ampliar as oportunidades de emprego.

No campo da educação, é indispensável ampliar a oferta de cursos de língua portuguesa e de formação básica para adultos e crianças, facilitando a integração cultural e a preparação para o mercado de trabalho. Por fim, campanhas públicas de conscientização são fundamentais para combater o preconceito e valorizar a contribuição cultural e econômica dos imigrantes. A sociedade brasileira deve reconhecer o potencial dessas pessoas e seu papel no desenvolvimento do país, promovendo uma convivência mais justa, inclusiva e plural. Com essas ações integradas, o Brasil poderá avançar significativamente na construção de uma sociedade mais equitativa e acolhedora para todos.

Dessa forma, esta pesquisa não apenas contribui para o entendimento das dinâmicas de racismo que afetam os imigrantes, mas também oferece uma visão mais ampla sobre os desafios econômicos, culturais e sociais que influenciam suas trajetórias no Brasil. Ao destacar a intersecção entre racismo, xenofobia, fatores culturais e economia, esperamos que este trabalho inspire futuras pesquisas que busquem soluções para melhorar as condições de vida e de trabalho desses imigrantes.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AUDEBERT, Cédric. La diaspora haïtienne: Territoires migratoires et réseaux transnationaux. In:JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e) migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** Companhia das Letras, 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e cconvergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle:** um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 528**, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/5/2024.

BRASIL. **Decreto nº 19.482**, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em: 22 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto n° 7.614**, de 12 de dezembro de 1938. Provê sobre o ensino primário. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/125330/DECRETO%207614%20DE%201938.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 22 mai. 2024

BRASIL. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatudo dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.445,** de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 22 mai. 2024.

CABRAL, A. Libertação Nacional e Cultura. In: DIAS, Áurea Cristina Santos.

IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA E TRABALHO NO BRASIL: SENEGALESES EM NITERÓI/RJ1. POLÍTICAS SOCIAIS, TRABALHO E CONJUNTURA: CRISE E RESISTÊNCIAS, p. 101.

CASELLA, Paulo Borba. Refugiados. In: GOMES, Márcia Letícia. **Entre o Senegal e o Brasil: migração, refúgio e direitos humanos na cidade do Rio Grande-RS**. 2015.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2023** - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas.Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cumplicidade secreta: o Brasil diante da questão dos refugiados judeus (1933-1948). In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de A.; MALATIAN, Teresa (Orgs.). **Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 257-276.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2014.

CENSO aponta que 16,5% dos caxienses são negros ou pardos. Rádio Caxias, 2011. Disponível em: <https://www.radiocaxias.com.br/portal/noticias/censo-aponta-que-165-dos-caxienses-sao-negros-ou-pardos-11113>. Acesso em: 3 de jul. de 2022.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas**. 2020.

COELHO, M, C. Sobre tropas e cornetas: apresentações à edição brasileira de writing culture. In: BIAR, Liana de Andrade; ORTON, Naomi; BASTOS, Liliana Cabral. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 21, n. 02, p. 231-251, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política de empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONTRASTE social em duas imagens. **Página da Mídia Ninja no Facebook.** 21 de

novembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/o-contraste-social-e-racial-em-duas-imagensde-um-lado-formandos-do-curso-de-medi/1022446721246806/>. Acesso em 22/5/2024

COSTA, Luiz Rosado; DE SOUZA, José Eduardo Melo; DOS ANJOS BARROS, Lívia Cristina. Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista GeoPantanal**, v. 14, n. 27, p. 167-184, 2019.

DE CÉSARIO, Filipe; BARBOSA, Lorena Salete; ZANINI, Maria Catarina. Um panorama das migrações internacionais para o sul do Brasil: haitianos e senegaleses em movimento. **Impacto dos fluxos imigratórios recentes no Brasil**. Santo André: Editora da UFABC, p. 80-101, 2017.

DE MORAES, Isaias Albertin; DE ANDRADE, Carlos Alberto Alencar; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, p. 95-114, 2013.

DE OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. Dandara Editora, 2021.

DE SOUSA, F; DE MENEZES, Lená Medeiros. **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017.

DIALLO, Alfa Oumar. A migração senegalesa para o Brasil. **Entre-Lugar**, v. 12, n. 23, p. 185-213, 2021.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim DIEESE – Novembro de 2020 – Dia Nacional da Consciência Negra. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/> Acesso em: 22/5/2024

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim DIEESE – Novembro de 2020 – Dia Nacional da Consciência Negra. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/consciencianegra2023.html> Acesso em: 22/5/2024

EBERHARDT, L. D., SCHÜTZ, G. E., BONFATTI, R. J., & MIRANDA, A. C. D. (2018). Imigração haitiana em Cascavel, Paraná: ponto de convergência entre história (s), trabalho e saúde. **Saúde em Debate**, 42, 676-686.

ESTUDANTE vira alvo de racismo em escola particular do Rio de Janeiro. **Correio Braziliense**, 21/5/2020. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/21/interna-brasil,857089/estudante-vira-alvo-de-racismo-em-escola-particular-do-rio-de-janeiro.shtml> Acesso em: 22/5/2024

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução em África**. Sá da Costa Editora, 1980.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Ubu Editora, 2020.

FERNADES, D; FARIA, A. V. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfi. Ln: NUNES, Lineker Alan Gabriel; ANTONELLO, Ideni Terezinha. **Migração e trajetória haitiana em território brasileiro: um breve relato**. Ciência Geográfica, Bauru, v. 25, p. 111-124, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª edição. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FREIRE, Simone. Xenofobia e racismo contra médicos cubanos. **Geledés**, 11 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/xenofobia-e-racismo-contra-medicos-cubanos/>. Acesso em 22/5/2024

GAMBERONI, Emanuela; TEDESCO, João Carlos. Dinâmicas históricas e causalidades da diáspora senegalesa–1970-2010:: breves apontamentos. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 22, n. 3, p. 147-171, 2022.

GOMES, Márcia Letícia. **Entre o Senegal e o Brasil: migração, refúgio e direitos humanos na cidade do Rio Grande-RS**. 2015.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Editora Vozes Limitada, 2019.

GOMES, Nilma L. Educação, Raça e Gênero: Relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu** (6-7), p. 67-82, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Organizado por. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Cultura e representação. In: CARRERA, Fernanda. **Sarará: Memórias de Colorismo**. Mauad Editora Ltda, 2024.

HERÉDIA, Vania BM; GONÇALVES, Maria do Carmo S.; CAMARGO, Caroline. Migrações internacionais: impactos culturais na hospitalidade numa cidade média brasileira. XIII **Seminário anual da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em turismo**, 2016.

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. Migrações internacionais numa cidade média brasileira no século XXI. **Revista TransVersos**, n. 26, p. 51-69, 2022.

IANNI, O. **Raça e Classes Sociais: Ensaios Públicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

INSTITUT Haitien de statistique et d'informatique. Présentation Générale des Résultats: Structure par âge et sexe. In: UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno imigratório contemporâneo. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 92-110, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociai: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2022 / IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979> Acesso em 22. mai. 2024

JUNG, Philipp Roman; ASSIS, Glaucia De Oliveira; CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. Aqui para ficar ou só de passagem? Experiências migratórias de senegaleses e ganeses no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 33, n. 2, 2018.

JUNG, Philipp Roman. Desenvolvimento de processos migratórios do Senegal para o Brasil e suas alterações. **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**, v. 2, p. 45-76, 2019.

LEAL, Vânia Aparecida Lopes. Professores de Espanhol em Formação inicial: "Crenças e Práticas Sobre as TDIC no Ensino e Aprendizagem de Língua Espanhola". In: **Barra, pelos caminhos do jongo em**. Paulo César Cardoso. 2015. Dissertação de Mestrado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

MA GASSOUBA, M. L´Islam au Sénégal. In: TEDESCO, J.C. A imigração senegalesa: dimensões históricas, econômicas e socioambientais. In: GERHARDT, M., NODARI, E.S., and MORETTO, S.P., eds. **História ambiental e migrações: diálogos [online]**. São Leopoldo: Oikos; editora UFFS, 2017, pp. 237-257

MAGALHAES, L. F. A.. Migração de dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no brasil. In: BAENINGER, R; BOGUS, L; BERTINO et al (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª ed.).

MAIS Médicos: é importante continuar com o programa? Revista Exame, 9 de fevereiro 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mais-medicos-e-importante-continuar-com-o-programa/> Acesso em: 22/5/2024

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 14, p. 141-158, 1999
MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, 1983.

MANFIO, Bárbara. Análise juridica sobre os haitianos no Brasil: entre a imigração e o refúgio. **Fundação Educacional do Municipio de Assis (FEMA)**, 2016. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/Bdigital/arqPics/1311400427P641.pdf>. Acesso em 22 out. 2024

MARQUES, Patrícia; MENEZES, César. Justiça vai restringir entrada de imigrantes sem visto no Brasil, após PF apontar que país é usado como rota de tráfico de pessoas. G1, 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/08/21/justica-vai-restringir-entrada-de-imigrantes-sem-visto-no-brasil-apos-pf-apontar-que-pais-e-usado-como-rota-de-trafico-de-pessoas.ghtml> Acesso em: 12 de nov. de 2024

MATTOS, Greici. Caxias do Sul assume a liderança nacional na geração de empregos na indústria com carteira assinada. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/09/29/caxias-do-sul-assume-a-lideranca-nacional-na-geracao-de-empregos-na-industria-com-carteira-assinada.ghtml>. Acesso em: 22 de mai. de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n° 1.051/2023. Dispõe sobre a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros. Portal GOV, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/nova-portaria-regulamenta-revalidacao-de-diplomas-

estrangeiros> Acesso em: 20 dez. de 2024

MINISTÉRIOS regularizam senegaleses que vivem no Brasil. Portal GOV, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/ministerios-regularizam-senegaleses-que-vivem-no-brasil> Acesso em: 22 de out. de 2024

MOCELLIN, Maria Clara; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Dinâmicas migratórias, trabalho e diferenciação social: o caso das migrações em Caxias do Sul. **Seculo XXI**, v. 8, n. 1, p. 144, 2018.

MOÏSE Kabagambe: O que se sabe sobre a morte do congolês no Rio. Portal G1, 31/1/2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml> Acesso em: 22 de mai. de 2024

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, p. 33-44, 2017.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NAVARRO, Sílvio. Caxias do Sul – Festa da Uva. Folha Online. Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/americadosul/brasil-caxias_do_sul-festa_da_uva.shtml#:~:text=Realizada%20desde%201931%20para%20celebrar,provinciana%20para%20homenagear%20suas%20ra%C3%ADzes> Acesso em: 18 dez de 2024.

NÓBREGA, Ricardo; DAFLON, Verônica Toste. Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil. **Latin American Studies Association**, p. 1-30, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, p. 287-308, 2007.

PACHI, Priscilla. **A precarização na base da mundialização contemporânea: a imigração haitiana na metrópole de São Paulo**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n.60, 2006.

PEZZATO, João Pedro. “Pesquisa qualitativa, modernidade, pós-modernidade, questionários e entrevistas: um diálogo com pesquisadores”. In: DOS SANTOS MONTEIRO, Alexandre. **Mulheres negras em jacutinga: sobre interseccionalidade e empoderamento.** 2014. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

PICOLOTTO, Maria Antonieta. Entrevista concedida por whatsapp a Tiago Picolotto.

Caxias do Sul, 8 de agosto de 2024

POLÍGAMO, presidente de Senegal assume o cargo e apresenta duas primeiras-damas. Portal G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/04/poligamo-presidente-de-senegal-assume-o-cargo-e-apresenta-duas-primeiras-damas.ghtml>. Acesso em 22 out. 2024

RIBEIRO, Juliana Carvalho; BAENINGER, Rosana. Xenorracismo: a face do preconceito contra imigrantes. **TRAVESSIA-revista do migrante**, v. 1, n. 99, 2024.

RODA VIVA. Entrevista de Sílvio Almeida ao Programa Roda Viva, da **TV Cultura**. YouTube, 28 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw

ROTH, Bruna. Entrevista concedida por e-mail a Tiago Picolotto. Caxias do Sul, 27 de junho de 2024.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Boitempo Editorial, 2022.

SALES, Suewellyn Cassimiro; NUNES, Patrícia de Souza. **Mulheres negras nas imagens de controle: da construção de imaginários racistas à imposição de lugares subalternos na mídia**. 2021.

SANTOS, Frederico Santos dos. **Casa de tèranga: nomeações e materialidades da migração transnacional entre Senegal e Brasil**. 2022.

SANTOS, Thalena Evangelista; BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose. Senegaleses no Brasil: aspectos culturais, socioeconômicos e linguísticos. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 6, 2020.

SCHILLER, N. G.; FOURON, G. Laços de sangue: os fundamentos raciais do Estado-nação transnacional. In: DE CÉSARIO, Filipe; BARBOSA, Lorena Salete; ZANINI, Maria Catarina. Um panorama das migrações internacionais para o sul do Brasil: haitianos e senegaleses em movimento. **Impacto dos fluxos imigratórios recentes no Brasil**. Santo André: Editora da UFABC, p. 80-101, 2017.

SEVERINO,A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

SIMIONI, R. L; VEDOVATO, L. R. **A migração fronteiriça no Brasil: os desafios da nova Lei de Migração, vetos e regulamento**. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.). Migrações fronteiriças. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018

SIMÕES, André; NETO, João Hallak. A inserção do imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2011 e 2020. **Relatório anual 2021 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).** Brasília, DF OBMigra, 2021
.

SOUZA, Mário Luiz de. Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira. **Revista Katálysis,** v. 25, p. 202-211, 2022.

SOUZA, Mario Luiz de. Hegemonia e a transformação do racismo em força social e

numa das estruturas da sociedade brasileira. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 11, n. 20, 2023.

SOUZA, Mário Luiz de. Racismo como instrumento epistemológico e político para o entendimento da situação da população negra na sociedade brasileira. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 12, p. 06-23, 2014.

STEFFENS, Isadora da Silveira. **Mobilidade humana internacional sob a perspectiva das políticas locais: um estudo de caso de Caxias do Sul**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil: 1917-1940. In: **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. 2004. p. 331-391.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

TEDESCO, J.C. A imigração senegalesa: dimensões históricas, econômicas e socioambientais. In: GERHARDT, M., NODARI, E.S., and MORETTO, S.P., eds. **História ambiental e migrações: diálogos [online]**. São Leopoldo: Oikos; editora UFFS, 2017, pp. 237-257

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. A Mudança da Política Externa Brasileira para Imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiana no início do século XXI. **Barbarói**, n. 47, p. 22, 2016.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno imigratório contemporâneo. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 92-110, 2017.

VIDIGAL, Lucas. **Senegaleses que pediram refúgio no Brasil terão novo procedimento para obter autorização de residência**. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/06/senegaleses-que-pediram-refugio-no-brasil-terao-novo-procedimento-para-obter-autorizacao-de-residencia.ghtml>. Acesso em: 22 de out. de 2024.

VILLEN, Patricia. **Imigração na modernização dependente:" e; braços civilizatórios" e; e atual configuração polarizada.** 2015. Tese de Doutorado. [sn]

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Imigrantes senegaleses no Brasil e Direitos Humanos: vivências e oralidade. África [s]-**Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 3, n. 5, 2016.

WOODING, Bridget e MOSELEY-WILLIAMS, Richard. Nécessaires mais indésirables. Les immigrants haïtiens et leurs descendants en République Dominicaine. In: JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e) migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. Périplos: **Revista De Estudos Sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017.

ZUBRZYCKI, Bernarda. Senegaleses en Argentina: un análisis de la Mouridyya y sus asociaciones religiosas. In: DE CÉSARIO, Filipe; BARBOSA, Lorena Salete; ZANINI,

Maria Catarina. Um panorama das migrações internacionais para o sul do Brasil: haitianos e senegaleses em movimento. **Impacto dos fluxos imigratórios recentes no Brasil**. Santo André: Editora da UFABC, p. 80-101, 2017.

ZUCCO, Celsa. Entrevista concedida pessoalmente a Tiago Picolotto. Caxias do Sul, 2 de julho de 2024.

Anexo A

Perguntas-chave

1	Você foi vítima de racismo em Caxias do Sul?
2	Você demorou para regularizar a documentação e para conseguir emprego em Caxias do Sul?
3	Após chegar ao Brasil, você conseguiu trabalhar ou trabalha na sua área de estudos/formação?
4	Quais foram as suas principais dificuldades de adaptação ao Brasil ou à cidade?
5	Você tem o desejo de retornar à terra natal ou mudar de país? Por qual motivo?